

Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna



Daniel Almeida Dias

Aspirante a Oficial de Polícia

Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais
XXXIII Curso de Formação de Oficiais de Polícia

ATTITUDES DE JOVENS RELATIVAMENTE À POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Orientador:

Prof. Doutor Eduardo Ferreira

Coorientador:

Prof. Doutor Paulo Machado

Lisboa, 13 de maio de 2021



Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna



Daniel Almeida Dias

Aspirante a Oficial de Polícia

Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais

XXXIII Curso de Formação de Oficiais de Polícia

ATTITUDES DE JOVENS RELATIVAMENTE À POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna com vista à obtenção do grau de mestre em Ciências Policiais, elaborada sob a orientação do Prof. Dr. Eduardo Viegas Ferreira e coorientação do Prof. Dr. Paulo Filipe Machado.



**Estabelecimento
de Ensino:**

Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

Curso:

XXXIII CFOP

Orientadores:

Prof. Dr. Eduardo Viegas Ferreira
Prof. Dr. Paulo Filipe Machado

Título:

Atitudes de jovens relativamente à Polícia de Segurança Pública

Autor:

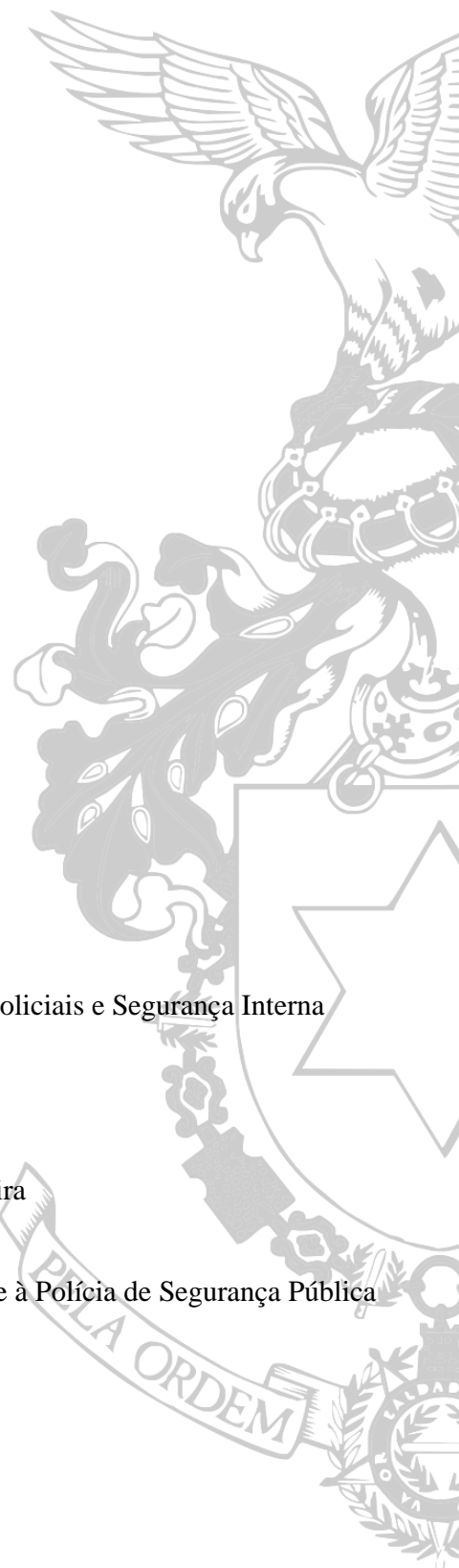
Daniel Almeida Dias

Local de Edição:

Lisboa

Data de Edição:

13 de maio de 2021



Dedicatória

Aos meus irmãos,
por serem uma fonte de apoio e inspiração.

Aos meus pais,
pelos valores e educação transmitidos.

Ao XXXIII CFOP,
pelo espírito do curso e pela camaradagem e amizade que nos une.

Agradecimentos

Este trabalho e todo o percurso realizado durante os passados cinco anos, devem-se não só ao mérito pessoal, mas também ao esforço e contributo, direto ou indireto, de muitas pessoas. Cabe-me assim tentar enumerar todas estas, o que certamente não conseguirei fazer. Porém, mencionadas ou não, saibam todas que não foram esquecidas.

A todos os elementos da 78.^a Esquadra de Camarate do COMETLIS e em especial ao Subcomissário Paulo Aguiar, pela boa disposição e pela proatividade e empenho que demonstraram no seu trabalho durante o meu primeiro estágio prático como Aspirante a Oficial de Polícia. Serão um exemplo a relembrar.

A todos os elementos da Esquadra de Valadares do COMETPOR, em especial ao Subcomissário Telmo Rocha, pela forma como me receberam e pela total disponibilidade para com a minha aprendizagem no segundo estágio prático.

Um enorme agradecimento aos meus camaradas do XXXIII CFOP, pelo espírito de perseverança, pela união e por todos os momentos pelos quais passámos juntos.

Um obrigado especial à minha família, mãe, pai e irmãos por todo o apoio e dedicação.

Um agradecimento a todos os docentes, funcionários e polícias responsáveis pela formação proporcionada durante estes cinco anos no ISCPSI.

Ao meu orientador, Professor Doutor Eduardo Ferreira e ao meu coorientador, Professor Doutor Paulo Machado, por terem aceitado o desafio e por todos os esclarecimentos e sugestões que contribuíram para o enriquecimento deste trabalho. O meu sincero agradecimento.

A todos os estabelecimentos de ensino, instituições e indivíduos que voluntariamente participaram no questionário difundido, permitindo assim uma análise mais completa do tema em investigação.

Ao Subcomissário e camarada, Cédric Costa, pelo seu bom humor, disponibilidade e apoio em todas as situações e pela forma como me recebeu na família do ISCPSI.

Agradeço também ao Mário, por todo o apoio e explicações das diversas situações mais complexas relativas ao tratamento estatístico.

A todos aqueles que me acompanharam neste caminho e estiveram presentes, tanto nos bons como maus momentos. Um franco sentimento de gratidão.

Resumo

Os jovens são um dos vários grupos sociais com os quais os polícias da Polícia de Segurança Pública (PSP) lidam no cumprimento da sua missão. Desta relação surgem, inevitavelmente, perceções avaliativas dos jovens relativas aos polícias. Para uma melhor compreensão do tema em estudo, explorou-se o construto das atitudes no âmbito da Psicologia Social, de forma a se esclarecerem os fenómenos responsáveis pela formação das atitudes dos jovens relativamente aos polícias. Após a verificação da correlação isolada de diferentes variáveis com as atitudes gerais e perceções sobre a imparcialidade, foi criado um Modelo de Equações Estruturais que integrou as variáveis do sexo, estatuto socioeconómico subjetivo da família, pertença a um grupo social minoritário, perceções do contexto do bairro ou vizinhança, contactos com os polícias derivados de vitimação prévia ou delinquência, observação da atividade policial através dos órgãos de comunicação social, redes sociais ou outras pessoas e o grau de satisfação com as interações diretas (tanto voluntárias como involuntárias) e indiretas com os polícias. Os resultados obtidos permitem concluir que, considerando os jovens que interagiram direta e indiretamente com os polícias, por um lado, a satisfação com os contactos diretos e indiretos com os polícias, são as variáveis que mais influenciam as atitudes gerais e perceções sobre a imparcialidade relativamente aos mesmos e, por outro lado, as atitudes gerais mais positivas contribuem para uma maior disponibilidade dos jovens em cooperar com os polícias, mas as perceções sobre a imparcialidade não.

Palavras-chave: atitudes, cooperação, jovens, polícias da PSP.

Abstract

Youth are one of the several social groups with whom the policemen from Polícia de Segurança Pública deal with in the fulfillment of their duty. From this relationship, evaluative perceptions of youth related to the police inevitably arise. For a better understanding of the subject under study, the construct of attitudes within the scope of Social Psychology was explored, to clarify the phenomena responsible for the formation of youth attitudes towards police. After verifying the isolated correlation of different variables with the general attitudes and perceptions of bias, a Structural Equation Model was created that integrated the variables of sex, subjective socioeconomic status of the family, belonging to a social minority group status, perceptions of the neighborhood context, contacts with police derived from previous victimization or delinquency, observation of police activity through the media, social networks or other people and the degree of satisfaction with direct (both voluntary and involuntary) and indirect interactions with police officers. The results obtained allow us to conclude that, considering the youth who interacted both directly and indirectly with the police, on the one hand, satisfaction with the indirect and direct contacts with police, are the variables that most influence general attitudes and perceptions of bias toward them and, on the other hand, that more positive general attitudes contribute to a greater willingness of youth to cooperate with police officers, while perceptions of bias do not.

Keywords: attitudes; cooperation; PSP policemen; youth.

Índice

Dedicatória	i
Agradecimentos	ii
Resumo	iii
Abstract	iv
Índice	v
Índice de Figuras	vii
Índice de Tabelas	ix
Índice de Apêndices	x
Índice de Anexos	xi
Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas	xii
Introdução	1
Enquadramento temático.....	2
Justificação do tema	4
Problema de investigação e objetivos	5
Capítulo I – Revisão da Literatura	6
1.1. Atitudes nas Ciências Sociais	6
1.2. Conceito de atitudes	7
1.3. Estrutura e bases das atitudes	11
1.4. Funções e dimensões das atitudes	14
1.5. Formação e mudança das atitudes: fatores que as influenciam	16
1.6. Atitudes relativamente aos polícias (ARP).....	18
1.7. Importância das atitudes relativamente aos polícias (ARP)	20
1.7.1. Importância das atitudes de jovens relativamente aos polícias (ARP).20	
1.7.1.1. Conceito de jovem e demarcação da faixa etária em Portugal.....	22
1.8. O objeto das atitudes: os polícias da Polícia de Segurança Pública (PSP).....	24
1.9. Fatores associados às atitudes relativamente aos polícias (ARP).....	25
1.9.1. Grupos sociais minoritários.	26
1.9.2. Estatuto socioeconómico (ESE) e o contexto de vizinhança.....	28
1.9.3. Sexo.	29
1.9.4. Interações com os polícias.....	29
Capítulo II – Modelo de Investigação e Método	33
2.1. Modelo de investigação	33

2.1.1.	Hipóteses de estudo.	33
2.2.	Método.....	35
2.2.1.	Delineamento.....	35
2.2.2.	Caracterização do <i>corpus</i>	35
2.2.3.	Instrumentos de recolha de dados: inquérito por questionário.	35
2.2.3.1.	Escala de atitudes relativamente aos polícias.	36
2.2.3.2.	Estatuto socioeconómico (ESE).	38
2.2.3.3.	Contexto de vizinhança.	39
2.2.3.4.	Sexo e pertença a grupo social minoritário.	40
2.2.3.5.	Interações com a PSP.	40
2.3.	Procedimentos	41
2.4.	Instrumentos de análise de dados	42
Capítulo III – Apresentação e Discussão de Resultados		44
3.1.	Descrição da amostra e resultados.....	44
3.1.1.	Caracterização sociodemográfica.	44
3.1.2.	Interações com os polícias e o grau de satisfação com as mesmas.	45
3.1.3.	Atitudes dos jovens relativamente aos polícias.	46
3.2.	Análise e discussão de resultados.....	46
3.2.1.	Qualidades métricas das escalas.....	46
3.2.2.	Correlações isoladas entre as variáveis.	48
3.2.3.	Aplicação do Modelo de Equações Estruturais.	50
3.2.4.	Discussão de resultados e teste de hipóteses.	52
Capítulo IV – Conclusões.....		58
Referências		61
Legislação		83
Anexos e Apêndices		85
Apêndices.....		85
Anexos		126

Índice de Figuras

Figura 1 - Modelo de Equações Estruturais.....	50
Figura 2 - Autorização do uso da <i>Perceptions of Police Scale</i> (Nadal & Davidoff, 2015). 89	
Figura 3 - Tradução da <i>Perceptions of Police Scale</i>	90
Figura 4 - Apreciação e verificação da tradução da <i>Perceptions of Police Scale</i>	91
Figura 5 - Autorização para o uso da Escala de Discriminação Quotidiana adaptada para jovens portugueses (Freitas et al., 2015).	92
Figura 6 - Autorização para o uso do instrumento relativo à Posição Social Subjetiva e ao nível de escolaridade do pai ou mãe (Cristina, 2014).....	93
Figura 7 - Autorização para o uso da escala de atitudes criada por Jackson e Bradford (2019).	94
Figura 8 - Questionário aplicado 1/10.	95
Figura 9 - Questionário aplicado 2/10.	96
Figura 10 - Questionário aplicado 3/10.	97
Figura 11 - Questionário aplicado 4/10.	98
Figura 12 - Questionário aplicado 5/10.	99
Figura 13 - Questionário aplicado 6/10.	100
Figura 14 - Questionário aplicado 7/10.	101
Figura 15 - Questionário aplicado 8/10.	102
Figura 16 - Questionário aplicado 9/10.	103
Figura 17 - Questionário aplicado 10/10.	104
Figura 18 - <i>E-mail</i> modelo enviado aos estabelecimentos de ensino.	105
Figura 19 - Colaboração por parte da Escola Profissional de Valongo.	106
Figura 20 - Colaboração por parte do Centro de Formação Profissional da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica.	107
Figura 21 - Colaboração por parte da Escola Profissional Ruiz Costa.	108
Figura 22 - Colaboração por parte da Escola Profissional do Alto Douro.	109
Figura 23 - Colaboração por parte da Escola de Tecnologias, Inovação e Criação do Algarve.	110
Figura 24 - Idades dos respondentes.....	111
Figura 25 - Distribuição por sexo.	111
Figura 26 - Nível de escolaridade dos jovens.	112
Figura 27 - Maior nível de escolaridade dos pais dos jovens.	112

Figura 28 - Distribuição por estatuto socioeconómico individual e familiar.	113
Figura 29 - Pertença a grupo social minoritário.	113
Figura 30 - Distribuição por tipo de grupo social minoritário.....	114
Figura 31 - Distribuição por meio indireto de observação da atuação dos polícias mais frequente.	114
Figura 32 - Interações diretas involuntárias com os polícias.....	115
Figura 33 - Interações diretas voluntárias com os polícias.....	115
Figura 34 - Distribuição por motivos de contacto com os polícias.	116
Figura 35 - Modelo de Equações Estruturais aplicado através do software AMOS (original).	124
Figura 36 - Modelo de Equações Estruturais aplicado através do software AMOS (modificado).	125
Figura 37 - <i>Perceptions of Police Scale</i>	126

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Análise de componentes principais da escala de atitudes.	47
Tabela 2 - Sensibilidade fatorial das subescalas de atitudes.	47
Tabela 3 - Modelo de investigação.	85
Tabela 4 - Distribuição do estatuto socioeconómico subjetivo familiar e do próprio.	112
Tabela 5 - Satisfação das interações diretas, voluntárias e involuntárias, e indiretas com os polícias.	115
Tabela 6 - Níveis do contexto de bairro ou vizinhança.	116
Tabela 7 - Distribuição da escala de atitudes relativamente aos polícias da PSP.	116
Tabela 8 - Distribuição da disponibilidade em cooperar com os polícias da PSP.	117
Tabela 9 - Matriz de correlações das atitudes com a disponibilidade de cooperação com os polícias.	118
Tabela 10 - Correlação das atitudes com as variáveis sociodemográficas.	118
Tabela 11 - Correlação entre as atitudes e o meio de interação indireta com os polícias mais frequente.	119
Tabela 12 - Correlação entre o meio de obtenção de informação indireta mais frequente e a satisfação com as interações indiretas.	119
Tabela 13 - Correlação entre as atitudes e os motivos de contacto com os polícias.	120
Tabela 14 - Correlação entre as atitudes e as interações com os polícias e nível de satisfação dessas interações.	120
Tabela 15 - Correlação entre as atitudes e o contexto de bairro ou vizinhança.	121
Tabela 16 - Correlação entre o Sexo e o contacto com polícias derivados de suspeita de crimes ou incivilidades.	121
Tabela 17 - Correlação entre o Sexo e o facto de ter sido abordados pelos polícias (interações involuntárias).	121
Tabela 18 - Correlação entre o Minoria e o contacto com polícias derivados de suspeita de crimes ou incivilidades.	122
Tabela 19 - Correlação entre o Minoria e o facto de ter sido abordados pelos polícias (interações involuntárias).	122
Tabela 20 - Resultados do Modelo de Equações Estruturais (original).	123
Tabela 21 - Resultados do Modelo de Equações Estruturais (modificado).	124

Índice de Apêndices

Apêndice A: Estrutura dos dados questionados.	85
Apêndice B: Autorização para o uso da <i>Perceptions of Police Scale</i>	89
Apêndice C: Tradução e apreciação da tradução da <i>Perceptions of Police Scale</i>	90
Apêndice D: Autorização para o uso da <i>Escala de Discriminação Quotidiana</i>	92
Apêndice E: Autorização para o uso do instrumento de medição do ESES e nível de escolaridade.	93
Apêndice F: Autorização para o uso da escala de Jackson e Bradford (2019).....	94
Apêndice G: Questionário aplicado.....	95
Apêndice H: Colaboração dos estabelecimentos de ensino na divulgação do questionário.	105
Apêndice I: Descrição da amostra e dos resultados.	111
Apêndice J: Análise e discussão de resultados.....	118
Apêndice K: Aplicação do Modelo de Equações Estruturais.....	123

Índice de Anexos

Anexo A: Perceptions of Police Scale (Nadal & Davidoff, 2015).	126
--	-----

Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas

AMOS:	<i>Analysis of Moment Structures</i>
ARP:	Atitudes relativamente aos polícias
CFI:	<i>Comparative Fit Index</i>
EPES:	Equipas do Programa Escola Segura
ESE:	Estatuto Socioeconómico
ESES:	Estatuto Socioeconómico Subjetivo
GFI:	<i>Goodness-of-Fit Index</i>
GNR:	Guarda Nacional Republicana
LOPSP:	Lei Orgânica da Polícia de Segurança Pública
MIPP:	Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade
NFI:	<i>Normed Fit Index</i>
OCS:	Órgãos de Comunicação Social
OLS:	<i>Ordinary Least Squares</i>
OPJ:	Observatório Permanente da Juventude
PSP:	Polícia de Segurança Pública
RMSEA:	<i>Root Mean Square Error of Approximation</i>
SPSS:	<i>Statistical Package for the Social Sciences</i>

Introdução

A ciência contemporânea, nomeadamente a de inspiração mais positivista, para construir um conjunto organizado e coerente de conhecimentos, divide-se em áreas distintas que especificam a sua investigação e exigem processos metodológicos sufragáveis. No entanto, as diversas áreas da ciência podem-se relacionar e complementar no estudo científico. Assim, as Ciências Policiais, que estudam os objetos sociais que se relacionam, direta ou indiretamente, com a missão da Polícia (ela própria um objeto de estudo), são ecléticas, precisamente por congregarem na produção do saber as Ciências Sociais, Exatas e Jurídicas.

A presente dissertação submete-se a esta natureza interdisciplinar das Ciências Policiais, que usufruem dos saberes da Criminalística, Direito Penal, Sociologia, entre outras disciplinas. Foca-se, mais precisamente, no conhecimento da Psicologia Social, que se ramifica da área da Psicologia, no sentido de aprofundar conhecimentos sobre a temática em questão. Desta feita, através dos construtos estudados nesta disciplina, torna-se possível aprimorar o conhecimento quanto às atitudes de jovens relativamente à Polícia de Segurança Pública (PSP), tema que se cruza com a linha temática “Atitudes sociais perante a ação policial”.

A Polícia de Segurança Pública (PSP) constitui-se como uma instituição do Estado português ao serviço da população, podendo os seus polícias, enquanto grupo, serem definidos como um objeto social quando se analisam as relações e interações sociais que se desenvolvem na sociedade. Tendo em conta que está dependente dos interesses sociais, a PSP preocupa-se em aprimorar a sua imagem demonstrando ser uma organização que se pauta pelo profissionalismo e eficácia (Ferreira, 2017).

Constata-se que, na sociedade atual, os polícias são escrutinados pelo público, algo que é intrínseco à sua função por estarem frequentemente expostos ou em interação com o mesmo (Antunes, 2019). Como indica Poiares (2018), o serviço policial ultrapassa a concessão de uma força coerciva do poder político, tendo este que se ajustar às opiniões sociais cada vez mais incisivas. A preocupação com a forma como os indivíduos percecionam os polícias e a forma como atuam, ganha relevo, principalmente quando se considera que os cidadãos são a peça central da atividade policial e que o comportamento dos polícias transpõe a maturidade de uma democracia (Clemente, 2010).

Tendo em conta que a sociedade e cada indivíduo nela inserido adotam posições dinâmicas que se moldam com estímulos e interações no tecido social (Montuschi, 2003),

torna-se importante que a PSP considere o fenómeno supramencionado e compreenda a sua relevância. Com este conhecimento, poderão ser evitadas, por exemplo, representações que gerem interações polémicas e que “ancoram no conflito implícito ou explícito entre grupos sociais” (Vala, 1997, p. 7) ou, por outro lado, atitudes negativas que possivelmente podem originar ações negativas para com os polícias (Kassin, Fein, Markus & Brehm, 2013; Freire & Fonte, 2007).

As atitudes dos jovens relativamente aos polícias da PSP são, como corolário, uma das consequências da referida interação entre indivíduos e os polícias e, logicamente, a forma como estes exercem a sua missão poderá beneficiar do conhecimento dessas mesmas atitudes e ser orientada de maneira que se tornem positivas.

Enquadramento temático

No contexto da vida em sociedade produzem-se múltiplas interações entre os indivíduos, grupos sociais e instituições que a integram (Diani, 1992), onde se criam conceitos, significados e regras pelos quais se regem as relações sociais e se originam os comportamentos sociais (Montuschi, 2003).

Para analisar estas relações, nas Ciências Sociais são estudados os objetos sociais, que, de acordo com a teoria das representações sociais, são explicados ou construídos pelos indivíduos nas interações sociais (Vala, 1996). Montuschi (2003), aponta que estes objetos são plurifacetados podendo ser observados de diferentes perspetivas. Não são como os naturais porque “não são independentes das atividades que influenciam (...) não são identificados de forma independente da sua prática empírica (...) não existem sem as conceções dos agentes sobre o que fazem nas suas atividades”¹ (p. 14). Por isto, e por assim se tornar mais fácil analisar, generalizar e compreender o comportamento humano, são observados os tipos de pessoas e não as pessoas, são classificados os atos em vez de cada ato ser visto de forma individual e são analisados os padrões das ações (Montuschi, 2003).

Encontramos, no conjunto das Ciências Sociais, disciplinas como a Sociologia, a Psicologia, a Criminologia e a Psicologia Social que procuram identificar-se pela formação de objetos formais distintos uns dos outros, embora permaneça como objeto material comum o Homem e as suas realizações, baseando-se para tal em determinados conceitos e modelos teóricos que se têm vindo a desenvolver e que são utilizados para

¹ Traduções realizadas da nossa responsabilidade.

descrever certos “comportamentos sociais ou propriedades das coisas vivas” (Zahn et al., 2007, p. 6430).

Lane (2017) indica que a Psicologia é a Ciência Social que se ocupa do comportamento do ser humano, expressando-se este em ações (desde reflexos, comportamentos conscientes e inconscientes), para posteriormente se encontrarem padrões e leis gerais que as permitam prever, tendo em conta o meio do qual o sujeito faz parte. Sendo estas ações influenciadas pelo meio, existirá certamente uma influência social devido, por exemplo, à linguagem, sistema de valores e cultura presentes (Lane, 2017). Ocupa-se desta área de investigação a Psicologia Social, que Baron, Byrne e Suls (1989) afirmam ser o “campo científico que tenta compreender a natureza e as causas do comportamento individual em situações sociais” (p. 6). Gold e Douvan (1997) dividem ainda os objetos de estudo desta disciplina em três vertentes: a que se ocupa do psicológico (processos cognitivos); a que tenta compreender as dinâmicas sociais; e a que lida com as interações dos interesses sociais e psicológicos ou individuais.

Desta feita, é do interesse da Psicologia Social “a formação e alteração de atitudes, a atribuição das causas dos comportamentos, o autoconceito, as relações entre a estrutura social e o desenvolvimento de personalidade, os comportamentos de grupos” (Gold & Douvan, 1997, p. 5), entre outros, no sentido de se perceber que influência tem o contexto social no que pessoas sentem, como pensam e agem (Montuschi, 2003). Em suma, as preferências e atitudes e a compreensão da nossa mente e dos outros são dos principais focos desta área científica (Epley & Waytz, 2010). Atualmente, com os instrumentos tecnológicos disponíveis, Banaji e Heiphetz (2010) assinalam que se tem vindo a demonstrar uma relação compartilhada por um “substrato neutro em comum no córtex pré-frontal medial” quanto aos processos em que esta área se foca, nomeadamente no “Eu, nas percepções da mente e nas atitudes” (p. 353).

Na relação que os indivíduos têm com as forças de segurança, decorrem, inevitavelmente, processos psicossociais de onde se formam novas crenças, pensamentos, sensações e ações face ao objeto polícias, que podem ser estudados através dos construtos das Ciências Sociais – como as opiniões, valores, percepções, representações sociais, atitudes e até pontos de vista face ao objeto social (Bergman, 1998; Sammut, 2015). Para se compreenderem e transparecerem os fenómenos sociais, são então necessários determinados conceitos, sendo as atitudes o mais relevante para esta investigação.

É um construto antigo e trata-se, ainda hoje, de um dos mais distintos e indispensáveis para a Psicologia Social, com uma influência notável para as Ciências

Sociais (Eagly & Chaiken, 1993; Wood & Fabrigar, 2015). Abrange diversas áreas de investigação como, por exemplo, as atitudes face ao voto político, do consumidor, do operário, face à natalidade, face à morte, à doença, à pandemia, às alterações climáticas, entre muitas (Johnson & Junker, 2014), sendo, de modo geral, determinantes para as escolhas das pessoas (condutas) no decorrer da sua vida e para o auxílio na delimitação de possíveis consequências das mesmas (Petty & Wegener, 1998). Servirá assim para o estudo da predisposição mental de indivíduos relativamente a um determinado objeto social, neste caso os polícias da PSP e a sua atuação.

Justificação do tema

A identidade, as funções e as ações das organizações policiais, bem como a conformação dos indivíduos com estas últimas, são fatores fundamentais para as perceções dos indivíduos face às mesmas, podendo afetar os comportamentos quando com estas deparados (Reynolds, Estrada & Nunez, 2018).

Realça-se assim a importância do estudo das atitudes, tanto devido à capacidade de tornarem possível prever a cooperação e conformidade com os polícias (Papachristos, Meares & Fagan, 2012; Fine, Padilla & Tom, 2020) como também, porque, de acordo com Fine, et al. (2020), as perceções positivas da atuação policial estão associadas à “obediência à lei, à denúncia de crimes e à cooperação nas investigações (Fagan & Tyler, 2005; Sunshine & Tyler, 2003; Trinkner et al., 2018; Tyler, 1990; Walters & Bolger, 2018)”, enquanto que as perceções negativas “podem originar crimes e outros comportamentos ilícitos, bem como à reincidência criminal (Hinds, 2007; Trinkner, 2012; Trinkner & Cohn, 2014; Tyler & Trinkner, 2018)” (p. 4). O foco nas atitudes dos jovens deve-se, tanto à existência de uma tendência destas em se correlacionarem com os comportamentos futuros de forma mais consistente, como devido ao facto das mesmas se formarem durante o desenvolvimento do indivíduo, persistindo da adolescência para a vida adulta e, depois, ao longo desta (Murphy, 2015; Fagan & Tyler, 2005).

Ponderando o supramencionado, torna-se pertinente analisar as referidas atitudes, ou seja, estudar a pré-disposição mental avaliativa dos jovens face aos polícias da PSP. Com isto, a PSP obterá mais conhecimento da sua relação com um grupo importante da sociedade, podendo desempenhar de melhor forma a sua missão. Poderá ser também denotada a relevância das atitudes e do seu conhecimento para as forças de segurança.

Problema de investigação e objetivos

Quivy e Campenhoudt (1995) afirmam que o melhor começo de “um trabalho de investigação em Ciências Sociais consiste em esforçar-se por enunciar (...) uma pergunta de partida.” (p. 44). No sentido de se perceber como são interrogados os fenómenos acima mencionados, serve como fio condutor desta investigação a pergunta de investigação que, de acordo com os autores, “tenta exprimir o mais exatamente possível aquilo que procura saber, elucidar, compreender” o investigador (p. 44). Assim a pergunta de investigação passa por perceber “Que fatores influenciam as atitudes dos jovens relativamente aos polícias da PSP?”.

São então objetivos deste trabalho: identificar e descrever as atitudes face aos polícias da PSP de uma amostra de jovens; perceber quais as variáveis que, na literatura, determinam, com maior ou menor influência estas atitudes; identificar a razão dos diversos fenómenos observados; e compreender, em conformidade com os resultados obtidos, onde se deve a PSP focar para melhorar estas perceções, o que poderá servir de apoio à formulação de estratégias para reforçar e aprimorar as ligações com este grupo, promovendo perceções positivas, tanto enquanto jovens, como posteriormente na vida adulta.

Ao se identificarem as variáveis que determinam as atitudes dos jovens relativamente aos polícias, esta investigação poderá contribuir, tanto para o conhecimento científico que auxilia ou justifica a tomada de decisão, como para uma noção mais clara sobre a origem e caracterização das atitudes dos jovens e as quais as suas consequências.

Capítulo I – Revisão da Literatura

1.1. Atitudes nas Ciências Sociais

Como emanados anteriormente, nas Ciências Sociais existem determinados construtos que nos permitem transcrever e analisar as intermináveis e desiguais realidades produzidas pelos indivíduos ou grupos pertencentes à sociedade. Estes são mais ou menos usados de acordo com a área de estudo. Por exemplo, a Ciência Política tende para a análise de opiniões, a Sociologia e Antropologia Social para o estudo dos valores e a Psicologia Social para a compreensão das atitudes relativas a uma determinada entidade (Bergman, 1998). Apesar de alguns destes serem, aparentemente, semelhantes e terem sido até confundidos na sua evolução conceptual (Farr, 1994; Fraser, 1994), é importante diferenciá-los, no sentido de esclarecer e clarificar alguns dos conceitos, para se perceber a sua utilidade e para que se evitem interpretações incorretas.

Importa realçar, nesta área científica, as ideias apresentadas por Durkheim em *Les Règles de la Méthode Sociologique* (1894), onde o autor apresenta como objeto primordial de estudo desta disciplina, o facto social. Este entende o fenómeno referido como “toda a forma de fazer, podendo exercer uma coerção externa sobre os sujeitos; ou então, toda a forma de fazer geral na dimensão social, possuindo uma existência própria, independente das manifestações individuais” (Durkheim, 2007, p. 13). Os factos sociais podem então ser definidos como imposições gerais de uma sociedade, externas do que é individual, apresentando algum grau de coercividade. No fundo, são “compostos por regras de ação ou maneiras de agir, pensar e sentir” (Durkheim *apud* Malczewski, 2013, p. 167). Os conceitos anteriormente mencionados expressam ou são a origem destes factos sociais.

Todas as manifestações dos processos cognitivos e afetivos, tanto individuais como coletivos, entendem-se como pensamento social (Vala & Castro, 2013). Já as representações sociais tratam-se tanto da “substância simbólica que entra na elaboração” das relações e interações sociais, como da “prática que produz a dita substância” (Moscovici, 1979, p. 41) e o seu estudo, de forma semelhante ao das atitudes, tenta compreender o comportamento humano. Moscovici em *La Psychanalyse, son Image et son Publique* em 1961, trouxe uma nova noção do conceito, fornecendo-lhe uma natureza psicológica. Desta obra conclui-se que o indivíduo representa os fenómenos sociais sempre com uma certa dependência da experiência de vida, do meio e contexto em que se insere (Moscovici, 1978).

Neste âmbito surge a perceção, que se relaciona com as atitudes por se referir à interpretação de estímulos com base na experiência, ou seja, ao fenómeno que permite aos organismos interpretar ou estruturarem sensações para se produzirem ou percecionarem experiências (Lindsay & Norman, 2013), decifrando-se daqui que, no mesmo contexto social, duas pessoas podem ter interpretações da realidade diferentes, não sendo afetadas da mesma forma (Morgan, 2016). Como exemplo, um elemento da PSP pode então ser percecionado por pessoas diferentes, ou como rude ou como amigável, na mesma situação.

Para Moscovici (1978) a opinião é instável e pode-se considerar como um processo onde, individualmente, o sujeito se foca em questões específicas. Este conceito "representa uma posição mental consciente, manifesta sobre algo ou alguém" (Ander-Egg, 1978 cit in. Marconi & Lakatos, 2017, p. 112), sendo, no fundo, uma perspetiva da realidade ligada a um raciocínio onde predomina o componente cognitivo, contrariamente à atitude onde predomina o afetivo (Marconi & Lakatos, 2017). Existem ainda autores que não diferenciam os construtos (McGuire, 1985; Bergman, 1998).

Por sua vez, os valores referem-se às posições mentais relativamente estáveis, embutidas com afeto que se relacionam com objetivos e ideologias de vida e formas de conduta (Schwartz & Bilsky, 1987) e que “transcendem ações e situações específicas e orientam a perceção, a avaliação e o comportamento” (Bergman, 1998, p. 86).

Por fim, as atitudes que, pela sua importância nesta investigação, merecem uma contextualização relativa aos seus modelos teóricos mais detalhada.

1.2. Conceito de atitudes

De acordo com Banaji e Heiphetz (2010) e Cerclé e Somat (1999), uma das primeiras referências ao conceito de atitude surge na obra *The Polish Peasant*, onde os sociólogos Thomas e Znaniecki (1918 a 1920) concluíram que havia a necessidade de um conceito que fosse para além dos valores ou representações coletivas, apresentando assim as atitudes como uma ação possível ou real do indivíduo na sociedade, baseada na sua consciência. Esta ideia, apresentada no início do século XX, representa, no fundo, as preferências humanas nas decisões quotidianas, que são inerentes a qualquer animal, mas que nos seres humanos se diferencia, como indicam Banaji e Heiphetz (2010), nos “modelos conscientes das atitudes, na expressão artística e nos códigos morais pelos quais julgamos o nosso valor e os nossos valores” (p. 353), tendo sido inicialmente introduzida como aspeto fundamental no estudo das relações sociais no âmbito da Psicologia Social,

dando assim relevância às preferências internas que os indivíduos atribuem ao que os rodeia.

Mais tarde, após enumerar uma série de anteriores definições, Allport (1935), refere-se ao conceito como “um estado mental ou neutro de prontidão, organizado pela experiência, que exerce uma influência diretiva ou dinâmica na resposta do indivíduo a todos os objetos e situações com que se relaciona.” (p. 810). Gerando outro marco na emancipação do conceito, este evidencia ainda que as atitudes são tão abrangentes que podem ser aplicadas na análise, tanto das pré-disposições pessoais, como dos padrões culturais. De maneira a pormenorizar e compreender tal definição, McGuire (1968), procurou descrever os possíveis significados de cada palavra utilizada. É com tudo isto, que se interpretam, nessa época, vários modelos teóricos sobre a estrutura das atitudes.

A questão conceptual e epistemológica do constructo ganha relevo muito devido ao conhecimento gerado quanto ao “inconsciente cognitivo” (Banaji & Heiphetz, 2010, p. 354) mas também, porque estudos na atividade cerebral comprovaram as diferenças entre as respostas avaliativas e não avaliativas (Cacioppo, Crites, Berntson & Coles, 1993). Assim, em 1993, surge uma nova e intuitiva corrente de pensamento, em que Eagly e Chaiken (1993), apesar de não promoverem uma perspetiva teórica única, como preferência, atribuem às atitudes o significado de “uma tendência psicológica que é expressa ao avaliar uma entidade particular com um determinado grau de favorecimento ou desfavorecimento” (p. 1). Petty, Wegener e Fabrigar (1997) reforçam a ideia, indicando que as das várias definições que se atribuem ao construto, a noção de avaliação é sempre central.

Mais tarde, Banaji e Heiphetz (2010) consideram também que o impacto deste trabalho levou a que a mencionada expressão das atitudes através de uma avaliação se tornasse uma noção base de posteriores investigações, indicando que, apesar das diferentes definições e consensos quanto ao conceito de atitudes, não existe conceptualização mais entendível “como a ideia central de ‘favorecimento ou desfavorecimento’” (p. 357). O mesmo indicam, recentemente, Albarracin et al. (2019), ao referirem que a definição do construto precisa de ser uma que englobe, suficientemente, toda a literatura existente até ao momento, e que para tal se pode considerar, de forma consensual, a noção de avaliação.

Petty e Wegener (1998) aprofundam esta ideia e elucidam que “a atitude se refere a quão favorável ou desfavoravelmente, ou quão positiva ou negativamente, alguém, de modo geral, percebe algum objeto” (p. 323) e apesar de muitos autores considerarem

as crenças como fundamento dessa apreciação, em que “cada crença associa o objeto a um atributo” (Ajzen, 2001, p. 30), estes esclarecem que, na verdade, o mesmo poderá variar bastante, ocorrendo com assento, tanto em crenças, como emoções ou ainda em experiências e comportamentos anteriores, onde a “consistência interna (por exemplo, estar fortemente associadas a sentimentos, atributos e comportamentos positivos)” (p. 323) é um fator a considerar.

Do mesmo modo, Ajzen (2001) na sua revisão conceptual de 1996 a 1999, aponta “um consenso geral de que a atitude representa uma avaliação sumária de um objeto psicológico obtida por dimensões de atributos como bom-mau, prejudicial-benéfico, agradável-desagradável e simpático-desagradável” (p. 28). No entanto, expõe certos aspetos e críticas a este modelo, importantes de citar: embora o afeto influencie as atitudes, há que separá-lo deste construto e salientar que se trata do “estado de humor em geral” e das “emoções específicas” (p. 29); a importância de uma crença afeta a sua acessibilidade mental, devendo cada uma ser, assim, diferenciada; poderá existir uma errada suposição sobre a existência de uma relação entre crenças e avaliações; poderão existir diferentes atitudes para com o mesmo objeto psicológico, o que justifica as dificuldades dos investigadores em encontrar uma consistência na correlação entre atitude e comportamento.

Entende-se que aqueles que seguem esta linha de argumentação, abordam as atitudes como uma questão de tendências, ou melhor dizendo, acreditam que existe uma certa constante na mente de cada sujeito quanto ao que percebe, sente ou crê ser determinada entidade, existindo uma condição estável e quase que permanente, da qual pode o sujeito usufruir quando se relaciona com esta (Bohner e Dickel, 2011; Banaji & Heiphetz, 2010). Neste processo, cada indivíduo difere na tendência crónica das suas respostas avaliativas (Ajzen, 2001).

Apesar de ser a visão predominante e aparentemente coerente, numa outra perspetiva surgem autores que discordam, expondo uma incorreta caracterização de permanência das atitudes que se baseia em erros epistemológicos. Por conseguinte, com fundamento nas teorias de cognição situada, como a de Smith e Semin (2004), e com base em críticas como as anteriormente referidas por Ajzen (2001), creem numa espontaneidade das atitudes, que se formarão apenas quando necessário e se geram no momento específico, sendo o contexto a condicionante mais influente. Nesta vertente, autores como Zaller e Feldman (1992), Smith e DeCoster (2000) e Schwarz e Bohner (2001), defendem, em suma, a possível adaptabilidade às exigências do meio, havendo

uma mutabilidade de acordo com as situações. Banaji e Heiphetz (2010), afirmam existirem alguns estudos a apoiar esta teoria, onde se originam diferenças grandes com pequenas variações do meio ou situação.

Contrariando esta visão, Fazio (2007), baseando-se no preceito que aponta para a existência de processos na mente que permitem organizar e sintonizar o pensamento, apresenta um argumento consistente que se refere à estabilidade das preferências humanas precisamente por estarem aliadas à aprendizagem, à construção da personalidade e às memórias que se produzem e que associam determinados atributos a um objeto. Neste sentido, a dimensão avaliativa assume-se como uma predisposição humana de relevo para todas as componentes das condutas em sociedade (Banaji & Heiphetz, 2010). Neste modelo, as atitudes são então “específicas para objetos particulares, ao contrário de meras reações avaliativas, relacionadas com o estado de humor ou disposições do indivíduo” (Visser, 2010, p. 97).

Assim, em conformidade com Bohnet e Dickel (2011), as definições das atitudes caracterizam-nas ou como “construídas no local a partir de informações acessíveis, ou por entidades estáveis que são armazenadas na memória” (p. 411) e ambos os modelos teóricos têm os seus pontos fortes e fracos. É esta última corrente de pensamento que persiste na grande parte das teorizações do construto, dando-se como resposta às prévias críticas e inconsistências supracitadas, por um lado, a diferenciação entre atitudes conscientes e controladas daquelas, como oposição, implícitas (Greenwald & Banaji, 1995), e por outro, pela possibilidade de existirem dissonâncias cognitivas, ou seja, diferentes atitudes perante o mesmo objeto (Festinger, 1957; Kassin et al., 2013). Esta dissonância que pressupõe modelos distintos de formação ou alteração das atitudes é estudada por DeFleur e Westie (1963), de onde se inspiram, mais tarde, Petty e Cacioppo (1984) e Chaiken e Eagly (1983) apresentando teorias que suportam a existência da dualidade de processos, podendo estes divergir entre inconscientes e conscientes (atitudes implícitas e explícitas, respetivamente).

As incoerências apontadas ao modelo que crê na componente avaliativa e na consistência das atitudes, justificam-se então pela distinção entre atitudes explícitas e implícitas, que é denotada nos estudos e teorias sobre a transformação e formação das atitudes (Banaji & Heiphetz, 2010), sendo estas distintamente formadas e influenciadas, até nas investigações das Ciências Biológicas (Craemer, 2007; Bohnet & Dickel, 2011). Com isto, Albarricín e Vargas (2010) concluem que “as atitudes são avaliações implícitas ou explícitas de objetos e, portanto, têm implicações para todas as áreas da vida social.”

(p. 395). É nas atitudes conscientes ou explícitas que o presente estudo se foca, das quais, de acordo com Banaji e Heiphetz (2010), a Psicologia compreende já a “natureza - o que se passa na sua formação, maleabilidade e sua função” (p. 378).

Como referido anteriormente, as atitudes são um conceito antigo e de relevo para a Psicologia Social, podendo-se encontrar diferentes definições e mutações conceptuais que têm emergido com o tempo, surgindo daqui formas de aplicação e estudo, com modelos teóricos divergentes (Banaji & Heiphetz, 2010; Albarracín et al., 2019). Rao (2004), afirma que a literatura contém mais de trinta definições, contudo, é de denotar alguma unanimidade entre os diferentes autores ao considerarem que as atitudes são um construto de certa forma ambíguo e de difícil compreensão (Albarracín, Johnson & Zanna, 2005). Em suma, tanto Visser (2010) como Albarracín et al. (2019) referem que os psicólogos sociais usam o termo para se referirem a uma avaliação individual de uma entidade (objetos, pessoas, atividades, ideia ou grupo) que surge de uma pré-disposição mental derivada das perceções desta ou dos atributos que a ela se associam.

Numa perspetiva sociológica, realça-se de forma complementar, o conceito de *habitus*, que Bourdieu (2007) apresenta como resultado da história e cultura formada numa determinada comunidade ou sociedade, que aglomera as diversas experiências dos indivíduos que as integram (Araújo & de Oliveira, 2013), e que define como o “sistema de disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes” (Bourdieu, 2007 cit in. Araújo & de Oliveira, 2013, p. 218).

1.3. Estrutura e bases das atitudes

Quanto à estrutura das atitudes, Kassin et al. (2013) indicam que o indivíduo poderá ter quatro tipos de avaliações relativas à sua emoção ou perceção ou noção, podendo esta ser positiva, negativa, de indiferença e ambivalente (onde para a mesma entidade existirá uma dualidade de atitudes ou uma mistura de emoções, havendo tanto uma associação positiva e outra negativa conforme a situação). Enfatizam também que as ações ou reações perante a mesma estão, normalmente, direta e proporcionalmente relacionadas com a positividade ou negatividade dessa avaliação. Já Albarracín et al. (2019) comentam que, quanto aos modelos de sentimentos afetivos, existe, não só a incorporação de um espectro positivo e negativo, mas também um outro relacionado com o nível de estimulação na interação que é proveniente de processos físicos autónomos.

No sentido de analisar estes espectros das avaliações quanto ao objeto, as atitudes podem ou não ser divididas em componentes, sendo assim considerada, por um lado, apenas uma (unidimensionalidade) ou, por outro, várias (multidimensionalidade). A primeira assume que as atitudes são todas as percepções de um objeto ou de um atributo associado a este, às quais se atribui uma avaliação, podendo estas ser limitadas apenas a uma componente, como a afetiva (Fazio, 2007), já a segunda considera que existem diferentes componentes das atitudes que são medidas separadamente (Rosenberg & Hovland, 1960).

Quanto a esta última, dentro dos vários modelos desenvolvidos, destaca-se como visão inicial e dominante, a estruturação das atitudes em três componentes: a comportamental, a afetiva e a cognitiva. Este pensamento é denotado no trabalho de Rosenberg e Hovland (1960), que demarcam as componentes num modelo tripartido. Mais tarde, com uma das visões influentes da época que apresentava as atitudes como “respostas que situam objetos de pensamento em dimensões de julgamento” (McGuire, 1985, p. 239), os investigadores acrescentaram a este modelo o estudo do impacto de cada componente na conceção da atitude geral do indivíduo, de onde se destaca a revisão de Zanna e Rempel (1988), que atribuem então uma avaliação relativa à influência de cada componente no modelo tripartido. Na mesma linha, Eagly e Chaiken (1993) apresentam o conceito de estrutura intra-attitudinal que vai originar, no estudo das atitudes, a inclusão tanto das relações entre as três variáveis, como da análise de diferentes atitudes para o mesmo objeto, no sentido de encontrar a consistência entre estas. Isto permitiu um conhecimento mais detalhado quanto à disparidade entre os valores das componentes na mesma atitude e, por sua vez, quanto à sua própria conceituação.

As componentes podem ser explanadas e compreendidas segundo Visser (2010), Banaji e Heiphetz (2010) e Rodrigues, Assmar e Jablonski (2009). Em sintonia com estes autores, constata-se que a noção de que as respostas cognitivas são determinantes na formação ou alteração das atitudes, emergiu com investigações baseadas na teoria comportamental de aprendizagem. Assim, quando as atitudes derivam das cognições, é porque se baseiam nas crenças ou conhecimentos (conscientes ou inconscientes), aos quais se associa a avaliação relativa a um determinado objeto, uma estrutura interligada de informação e de atributos. A organização dessa informação cria uma estrutura mental armazenada na memória, gerando a componente cognitiva da atitude. Muitas vezes esta componente é mais intensa e consistente num indivíduo quando o conhecimento do objeto é vago ou erróneo.

Já a componente afetiva pode-se referir a determinados processos que acontecem como resposta à interação com o objeto, como as reações corporais, ou aos sentimentos, emoções do sujeito quanto ao objeto, que permitirão inferir a atitude. Damásio (2017) apresenta os sentimentos como “as expressões mentais da homeostase” que são “a linha funcional que liga as primeiras formas de vida à extraordinária parceria de corpos e sistemas nervosos (...) responsável pelo surgimento de mentes dotadas de consciência e sentimentos” e que dá origem ao que “é mais distintivo no ser humano: cultura e civilização” (p. 4). O afeto é a componente com maior destaque nas investigações sobre as atitudes, tendo uma forte ligação com os processos cognitivos, dizendo respeito “ao mundo que nos cerca, real ou evocado da memória, com seus objetos e eventos, humanos ou não, representados por inúmeras imagens de todos os tipos sensitivos, frequentemente traduzidas em linguagens verbais e estruturadas em narrativas” (Damásio, 2017, p. 84).

Por último a componente comportamental, que se refere à intenção ou ideia pré-concebida de comportamento, isto é, a forma como o indivíduo acredita agir ou reagir perante um determinado objeto, da qual é possível inferir o tipo de atitude. Traduz, em suma, o estado de prontidão do sujeito baseando-se numa tendência comportamental e sendo considerada estável por ter uma estrutura organizada e de fácil acesso na mente. A sucessão dos estados de predisposição das ações para um determinado comportamento, tendo em conta a situação específica, é o fenómeno que mais importância tem para as Ciências Sociais e do Comportamento (incluindo a Neurociência) no estudo das atitudes, e que se poderá relacionar com a Sociologia das Emoções, que procura interpretar, do ponto de vista socioantropológico, a “emoção entre classes sociais, gerações e outros agrupamentos sociais” (da Silveira, 2009, p. 19). Destaca-se que a componente cognitiva, mais especificamente, as crenças e conhecimentos que se expressam nos vários atributos associados às atitudes e na sua capacidade em inferi-las, tem sido, desde o início do construto, um aspeto fundamental nas investigações da estrutura intra-attitudinal (Banaji & Heiphetz, 2010). Da mesma forma o têm sido os modelos relativos aos sentimentos afetivos, que incorporam e procuram compreender as reações físicas, ou melhor dizendo, os pequenos ou elevados estímulos, ou as valências positivas ou negativas vinculadas a estados emocionais como tristeza, frustração, contentamento ou excitação (Albarracín & Vargas, 2010).

A respeito das investigações até 1999, Ajzen (2001) refere que não existe um consenso quanto ao debate sobre as bases cognitivas ou afetivas das atitudes, havendo uma tendência de cada componente ter maior influência conforme o objeto atitudinal ou

diferenças entre indivíduos. Posteriormente, numa à revisão de literatura até 2004, Crano e Prislín (2006), afirmam que a maioria aceitava a visão de que uma atitude representa uma “integração avaliativa de cognições e afetos experienciados em relação a um objeto. As atitudes são os julgamentos avaliativos que integram e resumem essas reações cognitivas / afetivas” (p. 347).

Apesar disto, o consenso de momento e de acordo com Albarracín et al. (2019), é de que as atitudes se baseiam em informações afetivas, cognitivas e comportamentais, sendo estas as bases das atitudes. É ainda perceptível na literatura, que a escolha das componentes e da uni ou multidimensionalidade da atitude deriva do objeto em análise e dos objetivos de cada investigação.

1.4. Funções e dimensões das atitudes

Allport (1935) começou por referir que as atitudes são determinantes nas nossas ações, referindo-se às mesmas como “o nosso método para encontrar o nosso caminho num universo ambíguo” (p. 806). Mais tarde, de acordo com Banaji e Heiphetz (2010), Katz (1960) apresenta um dos mais significativos esclarecimentos das funções das atitudes, enumerando quatro encargos das mesmas.

Banaji e Heiphetz (2010) sintetizam a estruturação que este autor realiza, apresentado primeiramente a função utilitarista. Esta permite ao indivíduo procurar o melhor para si e evitar o que lhe é mau, por exemplo, procurando as recompensas e evitando punições, ou levando-o a identificar-se ou não com determinados grupos sociais. A segunda função prende-se ao conhecimento e cognição do sujeito, que lhe concede a capacidade de compreender a situação em que se encontra. A terceira tem que ver com a necessidade de defesa ou reforço do ego, onde o indivíduo segue uma preferência promotora da autoestima e protetora quanto a sentimentos de inferioridade e preconceitos nas constantes comparações que perceciona entre si e o que o rodeia. Por último, as atitudes servirão também para ajudar a expressar valores e intenções que representam a essência do indivíduo, algo que se tem demonstrado como gratificante e recompensador por permitir a autoafirmação ao mesmo. As atitudes que possuem esta função são normalmente resistentes à mudança e reafirmam os compromissos individuais referentes a um determinado comportamento.

Com esta descrição surgem diferentes métodos de observação das funções das atitudes, dos quais, de acordo com Maio e Olson (2000), se retiram diferentes conclusões conforme aquele utilizado: primeiramente as atitudes podem servir propósitos distintos

para pessoas diferentes; noutro sentido, determinadas atitudes podem servir propósitos idênticos para diferentes pessoas em relação a situações ou objetos específicos; pode ainda existir a possibilidade de diferentes funções de uma atitude serem salientadas em diferentes situações; e, por último, pode existir uma inconsistência nas funções das atitudes, devendo estas ser analisadas de forma individual para cada objeto atitudinal ou para cada indivíduo e situação.

Considerando o que elucidam Bohner e Dickel (2011), é ainda de realçar que a proeminência das atitudes na Psicologia Social, advém da crença de que estas podem moldar o pensamento ou a forma como a informação é recebida pelo indivíduo, podendo também alterar o seu comportamento. Autores como Crano e Prislin (2006) e Bohner e Dickel (2011), detalham a teoria por detrás desta influência que, sumariamente, considera que a correlação entre atitudes e comportamentos está longe de ser linear, mas que de facto existe, tendo afirmado Kraus (1995), numa extensa meta-análise, que “as atitudes preveem significativa e substancialmente o comportamento futuro” (p. 58). Bohner e Dickel (2011) indicam ainda que as pessoas têm a capacidade de selecionar, filtrar e compreender a informação com base nas suas atitudes e que as “investigações sobre as atitudes como precursoras do comportamento mostram que medidas implícitas de atitude predizem comportamento espontâneo e menos controlável, enquanto medidas explícitas de atitude predizem comportamento deliberativo e mais controlado” (p. 412) estando, de facto, a influência comprovada em determinadas circunstâncias. Assim, é consensual que em contextos específicos e já delineados por autores como Glasman e Albarracín (2006), as atitudes conseguem prever os comportamentos futuros, havendo uma correlação considerável (Albarracin et al., 2019), onde as pesquisas precisam que é dependente da pessoa, da sua predisposição em avaliar o objeto, da situação, da atitude em análise e da forma como esta é medida (Banaji & Heiphetz, 2010).

Nesta ótica, Visser (2010) sumariza que estas têm um papel importante nas nossas interações com o que nos rodeia, podendo influenciar o processamento da informação e ser inferidas em relação a uma possível ação, indicando intenções de comportamento em condições específicas, ideia que é suportada por Albarracin et al. (2019). Posto isto, estes últimos consolidam que, numa atitude, podem ser observadas as dimensões da força (grau com que a atitude persiste com o tempo, resiste à mudança ou influencia a cognição e o comportamento), o extremismo (quanto a atitude se desvia da neutralidade no sentido positivo ou negativo), a importância (grau de comprometimento pessoal nessa atitude), a

certeza (grau de confiança na atitude) e a acessibilidade (a força da associação entre a entidade e a avaliação).

1.5. Formação e mudança das atitudes: fatores que as influenciam

“As diferenças na conceptualização e medição das atitudes, têm suporte na compreensão teórica da mudança das atitudes” (Bohner & Dickel, 2011, p. 396). Quando falamos das formações ou mudanças nas atitudes, alguns autores, como Albarracín e Vargas (2010), entendem que esta nasce tanto de fatores biológicos, que se referem às “bases genéticas e biológicas de padrões gerais de valências de afetividade e estimulação” e de fatores ambientais, que podem ser “ativos ou passivos, e influenciam respostas afetivas, cognitivas e comportamentais” (p. 395). No entanto, a visão mais consensual e cientificamente sustentada vai ao encontro desta última ideia relativa à construção das atitudes devido ao meio e às condições sociais (Eagly & Chaiken, 1993).

Noutro sentido, há que mencionar que os processos de formação e alteração de atitudes estão interligados, não havendo necessidade de os diferenciar. Bohner e Dickel (2011) demonstram que, de um ponto de vista construcionista (aqueles que não acreditam na memória permanente de uma atitude e sim na sua criação espontânea), todas as mudanças de atitudes são, no fundo momentos distintos em que se forma uma nova atitude, o que se compara nas alterações existentes nas atitudes consideradas implícitas, quando falamos do modelo teórico predominante. Neste último, considera-se que as mudanças das atitudes conscientes ocorrem pela substituição de antigas por outras novas, num processo de formação-mudança, podendo existir até duas atitudes para o mesmo objeto quando a anterior não é eliminada, sendo um dos pressupostos para a já mencionada, dissonância cognitiva (Festinger, 1957).

Apesar dos estudos sobre a mudança das atitudes, que usaram medidas explícitas e implícitas, produzirem resultados mistos em que alguns resultados apresentam uma semelhança entre as duas medidas e outros observam uma alteração num tipo de atitude e não no outro, existe um consenso quanto aos processos de formação e mudança das atitudes que, como propõem Albarracín e Vargas (2010), acontecem em “variadas e diferentes maneiras com quantidades díspares de ponderação cognitiva (por exemplo, a exposição repetida a estímulos pode estar fora da consciência ou sujeita a uma ponderação cognitiva cuidadosa) e consciência da fonte de mudança” (p. 394).

Um dos fatores que estes autores mencionam concerne então à influência da informação proveniente do meio que rodeia o indivíduo sobre atitudes, que vão desde

fenómenos de persuasão subliminar e inconsciente aos efeitos das experiências diretas, onde tanto as atitudes conscientes como inconscientes são moldadas pela interação com o ambiente em que o indivíduo se insere, podendo a mudança surgir, por um lado, pela simples exposição repetida ao objeto ou, por outro, pelas experiências diretas ou indiretas, que tendencialmente se correlacionam de forma significativa com o comportamento (Albarracín & Vargas, 2010).

Por último, os autores debruçam-se sobre a persuasão e influência social, descrevendo vários mecanismos e técnicas que têm vindo a ser desenvolvidas e estudadas e que, no fundo, se baseiam no pressuposto da alteração de uma atitude por meio de estímulos do ambiente em que se insere o sujeito. Por exemplo, se um sujeito perceber um ambiente ativo em que considera que existe uma tentativa de o influenciarem, pode reagir com autodefesa, ou seja, ao perceber estar a ser influenciado, como reação, procura resistir. Referem ainda que tem emergido uma maior atenção ao papel do pragmatismo para complementar a ideia das mensagens persuasivas com base em meras informações.

Mais recentemente, Albarracín et al. (2019) vêm delinear os fatores responsáveis pela formação ou alteração das atitudes, abordando como exemplo, a importância e influência da experiência direta com a entidade, da mera exposição (ou seja, o facto de que a repetida exposição a um estímulo com o objeto molda a atitude), do condicionamento avaliativo (que se baseia na presença de um estímulo ou atributo de uma entidade ou objeto, não relacionado com a entidade atitudinal, criando assim uma correlação mental inconsciente entre os dois), da exposição seletiva (onde se considera a capacidade individual da não exposição a informações que contrariem a atitude já formada), das motivações e objetivos pessoais, da exposição à informação relativa à entidade, da comunicação persuasiva e dos comportamentos entre o indivíduo e a entidade.

Destaca-se que as experiências diretas (onde se incluem também as virtuais ou indiretas) com o objeto, são um fator com uma grande correlação com o comportamento (Albarracín et al., 2019). Realça-se também que, inversamente ao supramencionado, o próprio comportamento pode influenciar as atitudes quando este não vai ao encontro das mesmas. Visser (2010) e Albarracín et al. (2019) indicam que quando se criam inconsistências internas no indivíduo devido à incongruência que cria na sua mente entre um comportamento e uma atitude, estas levam-no, por vezes, a mudar a sua atitude, alinhando-a em função do comportamento passado através da autorreflexão.

Em suma e de forma complementar, Kassin, et al. (2013) assinala que estas formações e alterações são “parte importante da vida social” podendo surgir tanto pela comunicação de terceiros através de “jornais, lixo eletrônico, livros, anúncios televisivos, blogs, sites e outros meios” (p. 249) onde existe tanto o mérito do comunicante como outros fatores superficiais e indiretos, que possivelmente originam a alteração do comportamento ou a alteração autónoma da atitude, quando esta é incongruente com um comportamento ou com as verdadeiras convicções pessoais. Deduz-se também que o contexto social, as experiências com o objeto e as variáveis sociodemográficas, são fatores que poderão influenciar as atitudes, algo que é demonstrado em diferentes estudos (ver Ouarasse & van de Vijver, 2005; Wardle & Steptoe, 2003; Michael & Joanne, 2007; Visser & Mirabile, 2004; Rohde & Rohde, 2011).

1.6. Atitudes relativamente aos polícias (ARP)

As atitudes relativamente aos polícias (ARP) podem ser compreendidas ao se averiguar o que os investigadores procuram avaliar nesta temática onde, de acordo com Webb (2007), as pesquisas se baseiam principalmente nas “perceções dos cidadãos sobre desempenho policial, crenças relativas à conduta policial, avaliações das características de elementos policiais e as preferências civis dos deveres e práticas policiais” (p. 73-74).

As ARP podem também ser compreendidas ao se estudar a literatura existente sobre a justiça procedimental, que será a ideia que “todos os aspetos dos procedimentos legais são justos e imparciais; estes incluem as perceções dos indivíduos sobre as leis, aplicação da lei, juízes, julgamentos e todos os outros aspetos do sistema de justiça criminal (Tyler, 1988, 2006)” (Nadal & Davidoff, 2015, p. 2). Pode subdividir-se em aspetos como a justiça distributiva, o envolvimento da comunidade, a confiança, a imparcialidade, a legitimidade e eficácia (Jackson & Bradford, 2019), e é com base na mesma que se investigam nas atitudes determinados atributos presentes na conduta policial, como as perceções quanto à eficácia, ética, civismo, integridade e imparcialidade, entre outros, que se interligam com a perceção da legitimidade da atuação policial (Trinkner & Tyler, 2016; Jackson & Bradford, 2019), bem como com a “disponibilidade em cooperar ou reportar crimes (Bennett e Wiegand, 1994; Silver e Miller, 2004; Warner, 2007)” (Nadal & Davidoff, 2015, p. 1).

Seguindo as ideias de Tyler (1988, 2006), Nadal e Davidoff (2015) referem que aqueles com perceções negativas sobre a justiça procedimental têm maior probabilidade de terem menos confiança com o sistema legal. Já no caso oposto, “têm maior

probabilidade de obedecer à lei e até apoiar os polícias (Sunshine e Tyler, 2003; Tyler e Wakslak, 2004)” (p. 2) o que vai ao encontro do já referido sobre as ARP. Do mesmo modo, Wu, Lake & Cao (2013) indicam que se os cidadãos percecionarem que os polícias são justos, reconhecem os seus direitos, tratam-nos com respeito e dignidade nas interações que com estes têm e, ao mesmo tempo, se preocupam com as suas causas ou valores, existe uma maior tendência para que estes venham a cooperar e até a cumprir a lei de forma mais consistente.

Jackson e Bradford (2019) complementam esta ideia, afirmando que se trata de um modelo teórico onde existe uma tendência ideológica de um policiamento pelo consentimento e apoio social, que surge de uma geração que acredita no consenso e no que é certo e não na coercividade e nos interesses individuais. Estes mencionam vários pontos que a teoria prevê, dos quais se destaca que a imparcialidade, as decisões justas, o respeito e a forma de interação das autoridades do sistema de justiça, são muito importantes para moldar o comportamento e para fortalecer os laços entre as instituições deste sistema com os cidadãos.

A especificidade da estrutura das atitudes é observável nas ARP. Alguns autores defendem que a melhor forma de observar o construto é ao analisá-lo de forma unidimensional (Maguire & Johnson, 2010), havendo diferentes autores a seguir esta ideia (ver Nihart et al., 2005; Wu et al., 2013), enquanto outros autores preferem a sua análise na forma multidimensional (ver Brown & Benedict, 2002; Jackson & Bradford, 2019). Quando se estudam as ARP, a dimensionalidade refere-se à análise conjunta ou separada de determinadas crenças relativas aos atributos que se associam à atuação policial (ver Nadal & Davidoff, 2015; Brown & Benedict, 2002; Jackson & Bradford, 2019).

Nas escalas de medição das atitudes, a componente afetiva é observada como os sentimentos face aos polícias (ver Nihart et al., 2005), e a componente cognitiva é então interpretada como as crenças relativas a avaliações sobre os atributos associados à atuação dos polícias (ver Nadal & Davidoff, 2015; Jackson & Bradford, 2019; Brown & Benedict, 2002; Dunham & Alpert, 1988; Webb & Marshall, 1995; Wu et al., 2013). A componente comportamental foca-se, maioritariamente, na vontade do indivíduo em cooperar com os polícias (Avdija, 2010; Jackson & Bradford, 2019). Destaca-se que as funções específicas da Polícia apresentam perceções mais negativas comparativamente a avaliações sobre a organização em geral (Brown & Benedict, 2002).

1.7. Importância das atitudes relativamente aos polícias (ARP)

Para se compreender a importância das ARP e para demarcar a pertinência desta investigação, realça-se que estas são, de forma consensual, determinantes para o comportamento e cooperação dos indivíduos com os polícias (Hinds, 2009; Webb, 2007) e que podem influenciar o cumprimento da lei e ordem política, a legitimidade do Estado, a resistência à autoridade e a eficácia do trabalho policial (Bridenball & Jesilow, 2008). Considerando que as atitudes afetam a cooperação com os polícias, Webb (2007) afirma que as ARP têm vindo a ganhar relevo com o aparecimento do policiamento comunitário, semelhante ao policiamento de proximidade em Portugal (Elias, 2018), pelo tipo e frequência de contacto que esta forma de policiamento gera com os cidadãos.

Relativamente aos estudos realizados nos Estados Unidos da América, existe já um corpo teórico considerável a respeito das ARP (Webb, 2007). No entanto, vários autores defendem a necessidade de um trabalho mais profundo e completo, e que, relativamente aos jovens, o corpo teórico existente é reduzido (Webb, 2007; Avdija, 2010; Nihart et al., 2005). Noutra vertente, trata-se de um construto que é pouco investigado, indicando Avdija (2010) que existe pouco conhecimento sobre os vários fatores que estão na origem destas atitudes, tanto face aos polícias, como face às relações que possuem com a comunidade.

1.7.1. Importância das atitudes de jovens relativamente aos polícias (ARP).

Quanto aos jovens, é necessário ter em conta que “o Estado e a comunidade têm impacto nos processos sociais relativos às novas e mais complexas experiências da juventude, das quais surgem interações sociais que traduzem maneiras de pensar, agir e sentir individuais e grupais” (Carvalho, 2019, p. 79). Wu et al. (2013) revelam um conjunto de literatura que aponta para a escassez de estudos relacionados com as ARP dos jovens em comparação aos adultos, destacando que “os jovens são o futuro de uma nação” e que “muitos deles estarão em posições para influenciar leis, políticas e práticas, incluindo aquelas que afetam a polícia (Cockerham & Forslund, 1975)” (p. 445).

As relações dos jovens com os polícias são bastante importantes porque estes pertencem a um dos maiores grupos sociais com o qual esta se depara na sua atividade, “especialmente encontros involuntários como abordagens, revistas e detenções (Hurst, Frank, & Browning, 2000; Leiber, Nalla, & Farnworth, 1998)” (Wu et al., 2013, p. 446). Por outro lado, a falta de confiança dos jovens pode reduzir a vontade destes em cooperar com os polícias, reduzindo assim a sua eficácia e eficiência, podendo também pôr em

causa a legitimidade da sua atuação (Hinds, 2009). Isto acontece, principalmente, quando se abordam aspetos como o civismo, a justiça e a imparcialidade nas interações, que se enquadram no conceito de justiça procedimental (Tyler, 2001).

Também neste âmbito, Murphy (2015) aponta que recentes investigações têm vindo a sugerir que os comportamentos face aos polícias são mais afetados pela perceção que se tem desta enquanto jovem comparativamente aos adultos, isto é, um jovem que tenha uma atitude negativa relativa à mesma, mais facilmente terá também uma ação negativa, algo que é ainda mais preponderante quando têm idades inferiores a 18 anos. Refere ainda que as atitudes dos jovens relativamente aos polícias afetam as perceções e interações que estes terão na vida adulta. Para além de que as atitudes se formam predominantemente na adolescência e, quando estabelecidas, são mais difíceis de alterar (Fagan & Tyler, 2005).

Apesar de ser um tema pouco abordado, Nihart et al. (2005) acrescentam que os resultados existentes chegam a ser conflituosos, onde alguns apresentam dados que levam a crer que os jovens não confiam nos polícias, acreditando que usa excessivamente a força, que não contribui para as suas comunidades e que não tem um papel útil na sociedade, mas, por outro lado, outros estudos demonstram que os jovens têm atitudes positivas e acreditam até que esta é muito criticada apesar de realizar bem a sua missão, não recebendo o devido apoio da comunidade. Referem que são também pouco exploradas as razões que mais influenciam essas atitudes. Murphy (2015) conclui ainda que a justiça procedimental é mais importante para os jovens do que para os adultos e que este é um dos aspetos que afeta a cooperação com os polícias.

Neste sentido, Jesilow, Meyer e Namazzi (1995) acreditam que as críticas dos jovens surgem do facto destes não compreenderem a sua função e necessidade, ao contrário dos adultos que têm perceções mais ponderadas e não se limitam a criticar. Noutra perspetiva, Webb (2007) refere que a maioria das pesquisas em jovens se focam na delinquência juvenil, ou seja, em jovens que têm um contacto específico com os polícias, cujas atitudes são normalmente negativas e difíceis de alterar.

É necessário ter em conta que, como estes estudos se focam na população americana, existirão diferenças na composição social e demográfica e, possivelmente, nas perceções sobre os polícias e nos fatores que as influenciam em Portugal, sendo uma realidade mais próxima a Europa. Neste sentido, Sindall, McCarthy e Brunton-Smith (2016) evidenciam também que a confiança nos polícias é mais frágil em jovens do que em adultos, fenómeno que se relaciona com a existência de mais contactos, conflitos e experiências negativas em geral com os polícias por parte deste grupo. Do mesmo modo,

Oberwittler e Roché (2017) referem que os adolescentes poderão estar mais sujeitos a abordagens policiais, principalmente os do sexo masculino ou aqueles que pertencem a minorias étnicas, o que afeta as suas perceções e confiança nos polícias.

Em Portugal o estudo das ARP encontra-se numa fase embrionária, existindo estudos que abordam as atitudes de grupos socioprofissionais face aos polícias da PSP (Medeiros, 2018), as atitudes face à legitimidade e uso da força (Alves, 2016), as atitudes face ao atendimento dos polícias da PSP (Frias, 2012) e também alguns outros aspetos como a confiança para com a PSP e a perceção sobre as interações com a mesma (Mota, 2010). No que concerne aos jovens, a investigação sobre as ARP é escassa. No entanto, existe um nível elevado de confiança que os cidadãos depositam na Polícia portuguesa, como explana Medeiros (2018), tanto através do *European Social Survey* (2014), como pela análise da *European Commission* (2017), tendo-se mantido esta tendência nos últimos anos, onde se pode verificar que cerca de 71% dos inquiridos no estudo da *European Commission*, (2019), tendem a confiar na Polícia. Neste sentido, é efetivamente importante explorar o tema para melhor se compreender o relacionamento da PSP com uma parte considerável da sociedade portuguesa que serve.

1.7.1.1. Conceito de jovem e demarcação da faixa etária em Portugal.

Coimbra, Bocco e Nascimento (2005), citando autores como Margaret Mead (1951), Erik Erikson (1976), Friedrich Nietzsche (1988) e Michel Foucault (1996), referem que os conceitos de jovem ou adolescência se definem socialmente e nas Ciências Sociais com base em teorias de desenvolvimento racional, que assumem etapas de evolução, tanto do pensamento, como da consciência humana para aquilo que o indivíduo perceciona e compreende nas suas experiências. Nestas fases demarcadas, a adolescência apresenta-se como um momento em que são observadas características específicas e se define ou desenvolve a identidade e personalidade, facto que se materializa numa série de escolhas e perceções individuais.

Como refere Bendit (2006), as atuais mudanças económicas e sociais das sociedades contemporâneas podem gerar certos fenómenos que alteram a condição de juventude em função da idade de um indivíduo, sendo “difícil determinar com certeza o tempo de vida individual durante o qual um homem ou uma mulher podem ser considerados jovens” (p. 71). O Departamento das Nações Unidas de Assuntos Económicos e Sociais (s.d.), no seu folheto *Definition of Youth*, define, para análise estatística, um jovem como uma pessoa com idade compreendida entre os 15 a 24 anos

de idade, referindo, no entanto, que o intervalo de idades pode variar em diferentes sociedades. Nos tempos modernos, com a diversidade e individualização da vida social, a definição de jovem pode assim ser diferente, até mesmo entre os vários países da União Europeia, estando condicionada por aspetos culturais (Bendit, 2006). De acordo com Quinta (2016), o Observatório Permanente da Juventude (OPJ) refere que não existe uma delimitação específica de idades que defina jovem ou juventude, chegando-se até a considerar o início aos 14 anos e o fim aos 34 anos para fins de investigação.

Tendo em conta o tema em investigação, em Portugal, podemos tentar compreender qual o intervalo de idades em que se considera alguém como jovem ao observar a lei vigente. A Constituição da República Portuguesa (CRP) apresenta o conceito de juventude no seu artigo 70.º, não referindo qualquer idade. Já a Lei n.º 166/99, de 14 de setembro, designada Lei Tutelar Educativa, no seu artigo 1.º refere-se a “menor com idade compreendida entre os 12 e os 16 anos”, posteriormente referindo no artigo 5.º que “A execução das medidas tutelares pode prolongar-se até o jovem completar 21 anos”.

Um Acórdão da Relação do Porto de 22 de maio de 2013 (número RP201305222289/12.3TAVNG.P1) indica que um dos pressupostos para a intervenção tutelar educativa é que o jovem possua “idade mínima de 12 anos, fazendo coincidir o início da puberdade com o limiar da maturidade requerida para a compreensão do sentido da intervenção tutelar educativa.”. Pode-se ainda observar o Decreto-Lei n.º 401/82, de 23 de setembro, designado Regime Penal Aplicável a Jovens Delinquentes, que no n.º 2 do seu artigo 1.º indica que “é considerado jovem para efeitos deste diploma o agente que, à data da prática do crime, tiver completado 16 anos sem ter ainda atingido os 21 anos.”. Por fim, pode-se ainda prestar atenção à alínea a) do artigo 5.º da Lei n.º 147/99, de 01 de setembro, designada Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, onde se apresenta o conceito de criança ou jovem como “a pessoa com menos de 18 anos ou a pessoa com menos de 21 anos que solicite a continuação da intervenção iniciada antes de atingir os 18 anos, e ainda a pessoa até aos 25 anos sempre que existam, e apenas enquanto durem, processos educativos ou de formação profissional”.

Desta feita, é possível definir para esta investigação, um jovem na sociedade portuguesa, como um indivíduo que tenha uma idade compreendida entre os 12 e os 25 anos.

1.8. O objeto das atitudes: os polícias da Polícia de Segurança Pública (PSP)

A PSP é uma força de segurança que se enquadra no conceito de Polícia, que pode ser visto de diversos sentidos:

Por polícia em sentido material (ou funcional) entendem-se os atos jurídicos e as operações materiais desenvolvidas por certas autoridades administrativas – as autoridades policiais – e respetivos agentes de execução, com vista a prevenir a ocorrência de situações socialmente danosas, em resultado de condutas humanas imprevidentes ou ilícitas. (Raposo, 2006, p. 27)

A Polícia em sentido orgânico pode ser considerada como “o sistema de serviços, autoridades e agentes administrativos com funções exclusiva ou predominantemente policiais.” (Raposo, 2006, p. 35). Já no sentido formal resume-se ao “conjunto de autoridades que, segundo o respetivo regime orgânico, são chamadas de *polícia*”, mesmo que não desempenhem “funções materialmente policiais” (de Sousa, 2016, p. 43), sendo este conjunto de profissionais nos quais esta investigação se foca.

Por sua vez, a definição e atribuições legais da PSP vão ao encontro do que revelam estes autores, estando plasmadas tanto na CRP como na Lei n.º 53/2007, designada Lei Orgânica da Polícia de Segurança Pública (LOPSP). Destacam-se as definições e as atribuições no artigo 272.º e artigos 1.º e 3.º das mesmas, respetivamente. Os polícias desta força de segurança, são caracterizados como os elementos descritos no artigo 3.º, cuja condição é apresentada no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 243/2015, designado Estatuto Profissional do Pessoal com Funções Policiais da Polícia de Segurança Pública, estando também neste explanados os seus direitos e deveres.

De acordo com o Relatório de Atividades da PSP (2018), realça-se que, institucionalmente, esta se caracteriza como uma força de segurança que efetua a sua missão em “meio urbano com proximidade ao cidadão” (p. 23). O mesmo aponta Frias (2012) expondo o tipo de situações mais frequentes na urbe, como as incividades.

Assim, é de destacar que se concretiza destas atribuições um leque de atividades que os polícias da PSP desempenham e que implicam, assim, a interação com os jovens em meio urbano, sendo estes um grupo com o qual contactam diariamente, não só na sua atividade comum de prevenção e repressão de crimes e incividades ou de fazer cumprir certas normas legais, geralmente da Lei Tutelar Educativa, do Regime Penal Aplicável a

Jovens Delinquentes, da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo e do Código Penal (Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de março), mas também em ações de sensibilização específicas, provenientes de um policiamento de proximidade e que surgem de programas como o Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade (MIPP) com as Equipas do Programa Escola Segura (EPES) ou devido ao Projeto Universidade Segura (Elias, 2018; PSP, s.d.)

Tendo em conta o exposto, a PSP pode então ser acionada ou até acionar determinadas medidas, em determinadas condições, para intervir sobre os jovens. Estas poderão passar pela intervenção sobre a suspeita de participação em incivildades (Frias, 2012) pela realização de grafites, consumo de estupefacientes, manifestações ilegais², entre outras. Podem também surgir pela suspeita da participação em crimes, por terem sido vítimas de um crime, ou para uma simples abordagem como numa fiscalização no âmbito rodoviário³, entre outras situações.

1.9. Fatores associados às atitudes relativamente aos polícias (ARP)

Como visto, o construto incorpora uma definição ampla, sendo diversos os fatores que têm um papel na sua formação. Quanto às ARP, Medeiros (2018) explana os modelos teóricos que Reisig e Parks (2000) apresentam, referindo-se assim à *Experience with Police*, que pressupõe que “das experiências cumulativas com elementos policiais resulta a satisfação ou insatisfação civil” (p. 34), à *Quality of Life*, que “aglomera as perceções dos cidadãos face à sua vizinhança, considerando que estas afetam diretamente a forma como veem a Polícia” (p. 34) e ao *Neighborhood Context*, “que relaciona as condições de um bairro com a satisfação ou insatisfação grupal” (p. 35). Estes e outros modelos desenvolvidos, em conjunto com várias investigações, permitem identificar diferentes fatores que moldam as ARP.

Numa revisão de literatura a mais de vinte anos de investigações, Brown e Benedict (2002) encontraram uma consistência em determinados fatores que podem afetar e prever as ARP, salientando como tal a raça ou etnia, a idade, as experiências ou interações prévias com os polícias e ainda a influência do contexto de bairro ou vizinhança (*Neighborhood Context*). No mesmo sentido, tanto Bridenball e Jesilow (2008) como Avdija (2010), apresentam um conjunto de pesquisas que suportam a associação entre a

² Conforme a Lei n.º 61/2013, de 23 de agosto, o Decreto-Lei n.º 406/74 de 29 de agosto, a Lei n.º 30/2000 de 29 de novembro e a Lei n.º 72/2013, 3 de setembro.

³ Conforme o Regime Penal Aplicável a Jovens Delinquentes, a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo e o Código Penal.

etnia, a idade, o sexo e o estatuto socioeconómico (ESE) e as ARP. O tipo de interação, tanto iniciada pelo cidadão, como iniciada pelos polícias e a influência dos media também têm sido fatores consistentes (Development Services Group, 2018; Avdija 2010). Leiber, Nalla e Farnworth (1998) referem que tanto a pertença a grupos minoritários e a determinadas subculturas, como a delinquência juvenil afetam as atitudes dos jovens em relação aos polícias. Também O'Connor (2008) constatou que os jovens, as minorias, aqueles do sexo masculino, os que haviam sido vítimas de crimes, e aqueles mais insatisfeitos com o contexto de bairro têm atitudes mais negativas relativamente aos polícias.

Numa realidade mais próxima, Sindall et al. (2016) referem que os jovens podem ter atitudes diferentes porque os polícias lhes dedicam mais atenção, “normalmente jovens do sexo masculino, de minorias étnicas e jovens da classe trabalhadora (McAra e McVie, 2005; UK Parliament, 2014)” (p. 3), ideia que parcialmente é sustentada por Oberwittler e Roché (2017). Referem também que as perceções dos pais ou tutores das crianças, as perceções do nível de visibilidade dos polícias, as experiências de vitimização e a idade do jovem podem influenciar as suas atitudes (Sindall et al., 2016).

Webb (2007) salienta que o conhecimento sobre o que afeta as ARP dos cidadãos capacita os gestores das organizações policiais e os decisores políticos de produzirem estratégias que as tornem mais positivas, levando a uma maior “cooperação polícias-cidadão e à coprodução da segurança pública” (p. 74). O estudo das ARP será assim útil para a PSP conhecer as perceções do público e moldar, em conformidade, a sua forma de atuação. Sabendo o que afeta e gera a mudança atitudinal poder-se-ão compreender os mecanismos que as podem melhorar, que são claramente relevantes (Bridenball & Jesilow, 2008) e que permitirão manter a referida confiança da população ou melhorar as atitudes para com a organização e os seus profissionais.

1.9.1. Grupos sociais minoritários.

“Uma das principais razões para níveis mais baixos de justiça procedimental deve-se a incidentes anteriores de má conduta policial contra grupos marginalizados” (Nadal & Davidoff, 2015, p. 2). Os grupos sociais minoritários podem ser definidos de acordo com Cabecinhas e Amâncio (2004) que, seguindo as ideias de Guillaumin (1992), afirmam serem considerados como os grupos “destituídos de poder ou estatuto” (p. 3).

A origem étnico-racial entende-se como o conjunto de diferenças culturais que interligam grupos específicos de pessoas e que são associadas à pigmentação da pele ou

outras características fisionómicas específicas dos indivíduos (Hall, 2021; Cabecinhas & Amâncio, 2004). Esta foi a variável com o maior foco inicial no estudo das ARP, sendo alvo de um número elevado de pesquisas e chegando até a ser considerada a mais eficaz na predição das mesmas (Brown & Benedict, 2002). Tem-se mantido como um dos fatores que predizem as perceções acerca dos polícias até à atualidade (Caliso, Canare & Garcia, 2017; Peck, 2015) e grande parte dos estudos quanto à mesma, têm como objeto as minorias étnicas americanas onde as atitudes destes grupos relativas ao sistema de justiça são, frequentemente, mais negativas (Schuck, Rosenbaum & Hawkins, 2008; Webb, 2007).

Em concordância, Nihart et al. (2005) menciona que, quanto aos jovens, também “a variável mais comumente examinada em estudos recentes é o efeito da raça (Hurst et al. 2000; Hurst e Frank 2000; Janeksela 1999; JonesBrown 2000; Leiber et al. 1998; Taylor et al. 2001)” (p. 80). Os autores demonstram que os resultados apresentados são conflituosos, havendo minorias étnicas com perceções tanto negativas como positivas quanto aos polícias, mas que, de qualquer das formas, denota-se uma evidente diferença para com outras etnias. Mais recentemente, Wu et al. (2013) confirmam no seu estudo aplicado a 1300 jovens com idades compreendidas entre os 13 e 18 anos, que a etnia se mantém um fator significativo nas ARP dos jovens. O mesmo se verificou na investigação de Mbuba (2010) quanto a estudantes universitários. Oberwittler e Roché (2017) indicam também que as perceções de determinados grupos étnicos podem ser diferentes devido à possibilidade de serem alvo de um maior número de abordagens ou devido a uma maior presença dos polícias na zona em que habitam, que estará correlacionada com o seu estatuto socioeconómico, ou simplesmente devido à discricionariedade da atuação policial.

Quanto à orientação sexual, muitos autores reconhecem que esta tem origem em fatores biológicos e socioculturais (DeBord et al., 2017; Bohan & Russell, 1999), podendo ser definida como um conceito que se refere a categorias que definem o sexo do parceiro ou de outra pessoa pela qual o indivíduo sente atração sexual ou emocional, e que surge de uma qualidade independente relacionada com a identidade do sujeito ou, noutra perspetiva, de uma noção socialmente construída que atribui significado a determinadas experiências (Bohan & Russell, 1999). Nadal e Davidoff (2015) referem que, para além da etnia, existe cada vez mais uma atenção pormenorizada a minorias sexuais, explanando uma revisão de literatura que aponta para uma diferenciação das perceções destes grupos relativamente à atuação dos polícias. Já relativamente aos jovens,

Stoudt et al. (2012) concluem que aqueles pertencentes a estas minorias reportam interações mais negativas com os polícias, diminuindo a sua confiança e cooperação com a mesma.

A justiça procedimental e as perceções sobre os polícias também já foram correlacionadas com minorias religiosas ou de imigrantes (Factor, Castilo & Rattner, 2014; Wu, Sun & Smith, 2011; Roles, Moak & ten Bense, 2016).

1.9.2. Estatuto socioeconómico (ESE) e o contexto de vizinhança.

De acordo com Bradley e Corwyn (2002), o ESE é um dos construtos das Ciências Sociais mais estudados e está relacionado com a saúde e com o sucesso cognitivo e emocional nas crianças, podendo afetar também a vida adulta. Estes autores referem que pode representar posições económicas ou de prestígio, sendo normalmente observados pela “ideia de capital (Coleman 1988)” (p. 372), ou seja o acesso a capital financeiro, humano e social que afetam o bem-estar. Já o contexto da vizinhança serão as condições e ligações sociais ou comunitárias ligadas a uma limitação espacial, cujos limites são difíceis de definir (Coulton, Korbin & Su, 1996).

Avdija (2010), sustentando-se em diversas investigações, conclui que indivíduos “que vivem em bairros economicamente desfavorecidos ou com baixo estatuto socioeconómico têm maior probabilidade de exibir atitudes negativas em relação aos polícias (Huebner, Schafer, & Bynum 2004; Sampson & Bartusch, 1998; Weitzer, 2000; Wu, Sun, & Triplett, 2009)” (p. 78). Relativamente aos jovens, este fator que se relaciona com o *Neighborhood Context*, tem-se também demonstrado como um aspeto a ter em conta (Leiber et al., 1998; Reisig & Parks, 2000; Taylor et al., 2001). Por outro lado, este está interligado ao contexto de bairro ou vizinhança, sendo que este último já se demonstrou como um melhor indicador das ARP do que o ESE (Wu, Sun & Triplett, 2009).

Pressupõe-se que a relação entre níveis do ESE e contexto de vizinhança baixos com ARP mais negativas, se baseia na influência das atitudes do grupo ou comunidade pertencente à zona de habitação do indivíduo, que terão atitudes mais negativas devido a um maior número de intervenções por parte dos polícias nesse local, pela maior criminalidade, ou menor segurança existente (Schafer, Huebner & Bynum, 2003; Bradford, 2012). Schafer et al. (2003), clarificam o fenómeno referindo que “os cidadãos podem estar predispostos a perceber os polícias de uma forma particular baseada nas experiências coletivas e nas normas existentes nos seus bairros” (p. 447). Pode-se assim

correlacionar ao fenómeno apresentado por Breed e Ktsanes, (1961) quanto à formação de opiniões com base nas opiniões do grupo. Bradford (2012), realça que estas perceções gerais do grupo podem ser mais positivas se os polícias atuarem nesses locais de forma justa, imparcial e cordial, acontecendo o contrário se atuar no sentido oposto.

Outra hipótese que poderá explicar este fenómeno prende-se com a crença de que quem habita em zonas economicamente desfavorecidas tem também mais experiências com as intervenções policiais em incivilidades e crimes, atribuindo perceções negativas à mesma (Reisig & Cancino, 2004).

1.9.3. Sexo.

Seguindo os pensamentos de Maccoby (1988), Bem (1989) e Eagly (1995a), Archer e Lloyd (2002) diferenciam os conceitos de sexo e género na Psicologia Social, indicando que, apesar de distintos, estão relacionados. Os autores referem que o sexo representa as categorias binárias da sexualidade, ou seja, o macho e a fêmea, e que o género tem que ver com os atributos mais ou menos associados a estes últimos, como os traços masculinos e femininos.

Avdija (2010) afirma que o sexo “molda as atitudes relativamente aos polícias (Hawdon & Ryan, 2003; Kennedy & Homant, 1983; Salmi et al., 2000)” e que existem pesquisas que demonstram que o sexo feminino “geralmente tem atitudes relativamente aos polícias mais favoráveis (O’Connor, 2008; Taylor, Turner, Esbensen, & Winfree, 2001; Weitzer & Tuch, 2002)” (p. 78). Mbuba (2010) conclui também que o sexo influencia as ARP de jovens. No entanto, ao contrário da tendência nas pesquisas com adultos, Wu et al. (2013) afirma que existe alguma ambiguidade nos estudos, onde se verifica tanto que o sexo masculino tem piores ARP, como a situação oposta.

Tal constatação vai ao encontro do que esclarece Nihart et al. (2005) quanto aos jovens, ao afirmarem que não foi possível compreender com as pesquisas até hoje realizadas, se o género “contribui de forma consistente para as diferenças nas atitudes em relação aos polícias (Brown e Benedict 2002; Griffiths e Winfree 1982; Taylor et al. 2001)” (p. 80).

1.9.4. Interações com os polícias.

Observando o trabalho de Murphy (2015), Oberwittler e Roché (2017) e Sindall et al. (2016) surge a ideia de que, tendencialmente, os jovens são um grupo sujeito a um maior número de interações com os polícias, particularmente os do sexo masculino ou pertencentes a grupos minoritários. Uma interação com um polícia pode-se definir como

todo e qualquer contacto com os polícias das forças de segurança, sendo esta variável medida pelos contactos diretos, mas também pelos indiretos (Ren, Cao, Lovrich & Gaffney, 2005). As interações diretas consubstanciam-se num contacto iniciado pelo cidadão – voluntário –, ou num contacto iniciado pelos polícias – involuntário – sendo ambos influentes para as atitudes, onde os involuntários tendencialmente dão origem a atitudes mais negativas (Lima & Nassaro, 2011, Schafer et al., 2003). Já as interações indiretas serão as observações ou o conhecimento, por parte de um indivíduo, de experiências com os polícias que não vivenciou diretamente, e que também têm uma tendência de afetar a construção ou modificação das ARP (Rosenbaum et al., 2005). As interações são relevantes para a formação das atitudes do indivíduo (Oberwittler & Roché, 2017; Caliso et al., 2017; Avdija, 2010; Bradford, Jackson & Stanko, 2009).

As interações tendem a influenciar as atitudes, tanto por simplesmente terem acontecido, como pela qualidade da interação, ou seja, a satisfação com a mesma (Rosenbaum et al., 2005). A menor satisfação com os contactos, tende a se correlacionar com “perceções menos favoráveis dos polícias no geral (Campbell & Schuman, 1972; Jacob, 1971; Smith & Hawkins, 1973)” (Schafer et al., 2003, p. 446). Webb (2007), explana que quanto melhor for uma interação entre o polícia e o cidadão, mais positivas são as posteriores atitudes, e que as atitudes relativas a uma interação específica com os polícias, podem não expressar as atitudes gerais relativamente à instituição policial. Apesar de, com jovens, Mbuba (2010) não aferir importância a este fator, Wiley e Esbensen (2016), por outro lado, conferem que o contacto prévio é significativo para as atitudes dos mesmos face aos polícias. No mesmo sentido, Nihart et al. (2005) evidencia a relevância do contacto com os polícias dizendo que, normalmente, “tem sido correlacionado com atitudes menos favoráveis (Griffiths e Winfree 1982; Hurst e Frank 2000; Janeksela 1999; Jones-Brown 2000; Leiber et al. 1998)” (p. 80).

Existem ainda outros fatores que se poderão assumir como relacionados com os contactos com os polícias, isto porque, como refere Webb (2007), muitos estudos se focam na relação da delinquência com as ARP. Esta tem sido relacionada com atitudes mais negativas relativamente aos polícias (Leiber et al., 1998), sendo que a delinquência mais gravosa estará mais significativamente associada a atitudes mais negativas (Brick, Taylor & Esbensen, 2009). Hammond et al. (2008) constataram esta tendência na relação entre as ARP e os estudantes que consumiam estupefacientes ou que tinham mais comportamentos desviantes. Da mesma forma, Giordano (1976) concluiu que o envolvimento em comportamentos delinquentes se relaciona com perceções menos

positivas dos polícias. As atitudes de um jovem são então, tendencialmente, influenciadas pela delinquência, ou seja, o cometimento de crimes ou incivilidades (Wu et al., 2013; Leiber et al., 1998).

É também importante referir que, não só os jovens que incorrem em atividades ilícitas ou criminosas, mas também aqueles que tiveram experiências como vítimas têm, tendencialmente, perceções mais negativas relativamente aos polícias (Murphy, 2015; Chow, 2011; Walters, 2019). Existem estudos que se focam na vitimação prévia, de onde se observa que as “vítimas de crimes têm atitudes menos favoráveis do que as não-vítimas (Payne & Gainey, 2007; Priest & Carter, 1999), inclusive entre os menores (Brick et al., 2009; Hurst & Frank, 2000)” (Wu et al., 2013, p. 451). No entanto, este impacto pode ser considerado pelo facto das vítimas não se sentirem satisfeitas quando reportam crimes (Nadal & Davidoff, 2015; Brick et al., 2009). As atitudes podem ainda ser influenciadas pelo facto de um jovem ser abordado e identificado, fiscalizado ou revistado numa situação de *Stop and Search* (Oberwittler & Roché, 2017).

Também os contactos indiretos, nomeadamente o conhecimento sobre interações dos polícias com outras pessoas, afetam as atitudes, onde se incluem as interações percecionados nos órgãos de comunicação social (OCS) ou as redes sociais, ou através de outras pessoas (Rosenbaum et al., 2005).

Leiber et al. (1998) concluem que os jovens tendem a formar as suas perceções com base na experiência dos pares, ou seja, do contacto indireto com os polícias, sendo rapidamente ampliadas as crenças entre os grupos formados por estes, tanto no sentido positivo como negativo, salientando que as perceções negativas são consistentes. Os OCS apresentam ao público diversas interações, positivas e negativas, contribuindo tanto para a legitimidade, como para a descredibilização da atuação policial (Lawrence, 2000). Edwards (1983) desenvolve esta constatação, expondo que uma grande maioria dos sujeitos obtêm informações de outros e não da sua própria experiência com os polícias quando formam as suas atitudes, realçando aqui a importância dos OCS. Dowler (2002) constata que a exposição a este meio se relaciona com atitudes mais negativas e Chermak, McGarrell e Gruenewald (2006) afirmam que quanto mais notícias são lidas, mais culpa é atribuída aos polícias.

Relativamente aos media tradicionais, mais precisamente a internet e redes sociais, Intravia, Wolff e Piquero (2018) concluem que os jovens que leem notícias online têm tendencialmente atitudes mais negativas relativas à legitimidade da atuação policial, sendo este fenómeno mais preponderante nas redes sociais. Intravia, Thompson e Pickett

(2020) apresentam resultados semelhantes, concluindo que este fenómeno se relaciona com as ideologias políticas, mas não com a etnia. Também Nunes (2019), constata que as redes sociais têm um impacto nas perceções dos indivíduos relativamente à PSP.

Capítulo II – Modelo de Investigação e Método

2.1. Modelo de investigação

O presente modelo manifesta-se através da anterior revisão, descrição e explicação teórica, sendo assim hipotético-dedutivo, tanto porque “as observações no terreno e a recolha de dados são precedidas por uma construção teórica” (Campenhoudt, Marquet & Quivy, 2017, p. 29), como porque desta são deduzidas as hipóteses da investigação. Desta feita, procura-se identificar as principais relações estabelecidas pelos dados obtidos, particularmente, entre as atitudes dos jovens relativamente aos polícias da PSP e as restantes variáveis seleccionadas (*cf.* tabela 3, apêndice A).

A literatura disponível e consultada sugere que existe uma correlação entre as atitudes de jovens relativamente aos polícias e o sexo, a pertença a um grupo social minoritário, o ESE, o contexto de vizinhança, situações prévias de delinquência ou de vitimação, as abordagens por polícias e as interações prévias, diretas (tanto voluntárias, como involuntárias) e indiretas, com os polícias, bem como a satisfação com as mesmas. Sugere também que a positividade ou negatividade das atitudes se relaciona com a disponibilidade em cooperar com os polícias e que muitas das variáveis independentes poderão estar relacionadas com a frequência e satisfação com os contactos com os polícias. Apesar de se ter compreendido que existe, possivelmente, uma influência das ARP sociais nas ARP do indivíduo, particularmente de pessoas próximas ou de familiares, esta relação não foi considerada pela dificuldade em medir tais atitudes.

Face ao exposto, procurou-se analisar as correlações isoladas entre as variáveis mencionadas e as atitudes relativamente aos polícias da PSP, bem como criar um Modelo de Equações Estruturais (MEE) para compreender a influência destas, tendo em conta o impacto da satisfação com as interações com os polícias. Este modelo permite responder de forma mais completa à pergunta de partida, por possibilitar a estimação simultânea de uma série de equações múltiplas distintas, mas que se inter-relacionam, tal como a literatura sugere ocorrer no caso das atitudes de jovens face à polícia (Klem, 1995; Maruyama, 1998).

2.1.1. Hipóteses de estudo.

Após a revisão de literatura, poderão ser manifestadas suposições do investigador, que serão temporárias e provisórias (Sarmiento, 2013). A suposição tem uma relação com o “comportamento dos objetos reais estudados” e será “fundamentada numa reflexão teórica e um saber prévio do fenómeno estudado” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 119).

Deste modo, são hipóteses desta investigação as seguintes:

H1: As variáveis sociodemográficas, nomeadamente, o sexo, o ESE, o contexto de vizinhança, a pertença a um grupo social minoritário étnico, sexual, religioso ou nacional, estão correlacionadas de forma significativa com as atitudes de jovens relativamente aos polícias da PSP.

H1a: Jovens com estatutos socioeconómicos mais baixos tendem a ter atitudes mais negativas.

H1b: Jovens oriundos de contextos degradados e com menor segurança e piores relações com os polícias tendem a ter atitudes mais negativas.

H1c: Jovens pertencentes a minorias tendem a ter atitudes mais negativas.

H1d: Jovens do sexo masculino tendem a ter atitudes mais negativas.

H2: As interações com os polícias da PSP e o grau de satisfação com as mesmas estão correlacionados, de forma significativa, com as atitudes de jovens relativamente aos polícias da PSP.

H2a: Jovens com menor satisfação pelos contactos involuntários com os polícias tendem a ter atitudes mais negativas.

H2b: Jovens com menor satisfação pelos contactos voluntários com os polícias tendem a ter atitudes mais negativas.

H2c: Jovens com menor satisfação com contactos indiretos com os polícias têm atitudes mais negativas.

H3: Situações específicas que originaram interações dos jovens com polícias da PSP, estão correlacionadas, de forma significativa, com as atitudes e com o grau de satisfação com as interações diretas destes relativamente aos polícias da PSP.

H3a: Jovens que tenham tido contactos derivados de serem suspeitos de cometer um crime, tendem a ter atitudes mais negativas e um menor grau de satisfação com os contactos involuntários com os polícias.

H3b: Jovens que tenham tido contactos derivados de serem suspeitos de cometer uma incivilidade, tendem a ter atitudes mais negativas e um menor grau de satisfação com os contactos involuntários com os polícias.

H3c: As situações de vitimação prévia dos jovens têm uma correlação significativa e negativa com o grau de satisfação com as interações voluntárias com os polícias da PSP e com as atitudes relativamente aos mesmos.

H4: As atitudes gerais e as perceções de imparcialidade relativamente aos polícias, estão correlacionadas de forma significativa e positiva com a disponibilidade dos jovens em ajudar ou cooperar com estes.

2.2. Método

2.2.1. Delineamento.

Com base nos pensamentos de Durkheim (1895) em *Les Règles de la Méthode Sociologique*, Montuschi (2003) afirma que a Ciência Social é sobre factos, e que o garante do conhecimento é a sua factualidade e veracidade, que é instrumental para o método científico pois “fornece linhas confiáveis para selecionar os pedaços de informação que se destinam a aceitar os factos que podem, assim, entrar no domínio do conhecimento objetivo” (p. 6).

A presente investigação consiste então num estudo empírico não-experimental e correlacional. Tem um carácter explanatório e exploratório na medida em que se procurou explicitar e explorar a relação entre as variáveis em estudo. Segue uma abordagem quantitativa, tendo os dados sido recolhidos através de um questionário online estruturado com perguntas objetivas, e é de natureza transversal, uma vez que os dados foram recolhidos num único momento e que este método permite a “repetibilidade da investigação e da comparação de resultados” (Santo, 2010, p. 37).

2.2.2. Caracterização do corpus.

Apesar do intervalo de idades determinado para o conceito de jovem em Portugal, para maior facilidade na aplicação do questionário, por assim não haver a necessidade de obter o consentimento de tutores de menores e pelo tempo existente para a realização desta dissertação, foi escolhido, por conveniência, os jovens que se integram num intervalo de idades compreendido entre os 18 e 25 anos. A amostra foi recolhida através de um processo de amostragem não probabilística, por conveniência e intencional, do tipo *snowball* (Vinuto, 2014).

2.2.3. Instrumentos de recolha de dados: inquérito por questionário.

Um inquérito tem como objetivo a recolha de dados passíveis de análise e a dedução de metodologias para encontrar as relações entre as variáveis (Bell, 2010), permitindo obter informações que refutam ou verificam, total ou parcialmente, as hipóteses (Sarmiento, 2013). Bechhofer e Paterson (2000) indicam que os questionários são a técnica mais conhecida nas Ciências Sociais, sendo especialmente usados em

investigações de grandes dimensões. Referem, porém, a importância de se seguirem determinadas regras na formulação da sua estrutura e das questões a aplicar, que serviram de orientação para esta investigação. Procuraram-se seguir os cinco passos do modelo de Cannell, Miller e Oksenberg (1981) que Bechhofer e Paterson (2000) apresentam e citam, bem como as recomendações destes últimos quanto aos erros na elaboração do questionário, que poderão afetar a sua validade. O instrumento de medição utilizado é determinante, tanto para a “qualidade da informação recolhida, a metodologia de análise de dados” como para as conclusões (Maciel, Nunes, & Claudino, 2014, p. 162). Posto isto, foi construído um questionário (figura 8 a 17, apêndice G) que apresenta 21 questões (Cf. tabela 3, apêndice A).

Foram criadas também duas questões de controlo, tanto para a idade (questão 1), como para verificar se o jovem inquirido consegue distinguir entre os elementos da PSP e da Guarda Nacional Republicana (GNR), no sentido de o classificar quanto à capacidade de diferenciar e de avaliar os polícias da PSP (questão 2). Não ter uma idade compreendida entre os 18 e 25 anos e não saber distinguir os profissionais das duas forças de segurança, impediu o inquirido de preencher as restantes questões.

2.2.3.1. Escala de atitudes relativamente aos polícias.

Bogardus (1925), Likert (1932), Thurstone (1928b) foram os principais autores que se focaram na forma de medir as atitudes, tendo sido os primeiros a permitir o estudo científico da capacidade da mente em diferenciar algo como mais ou menos favorável. Thurstone (1928a), procurando comprovar a possibilidade de se medirem os sentimentos, refere que “nós dizemos, sem hesitar, que estamos a medir um homem quando lhe tiramos algumas medidas antropométricas... o seu peso ou altura, ou o que quer que seja. Tal como, da mesma forma, devemos dizer que estamos a medir atitudes” (p. 530). Para reforçar esta ideia, Banaji e Heiphetz (2010) indicam que, desde 1980, surgiram diferentes métodos de se inferirem as preferências, sendo desenvolvidas e melhoradas as formas de as medir. As atitudes podem então ser “medidas e expressas numa variedade de maneiras – comportamental, afetiva, cognitiva, implícita e explicitamente” (Albarricín & Vargas, 2010, p. 394).

Para se medirem as atitudes existe a possibilidade de serem utilizadas diversas ferramentas de medição. As mais comuns passam por “instrumentos explícitos de autorrelato ou medidas implícitas baseadas no tempo de resposta” (Bohner & Dickel, 2011, p. 396). Estando esta investigação concentrada nas atitudes explícitas, sobressaem-

se as medições de autorrelato, que se consideram a forma mais simples de medir atitudes (Kassin, et al., 2013). Este método é direto e permite uma avaliação da subjetividade do sujeito quanto às preferências, opiniões, crenças ou valores (Albarracín & Vargas, 2010), tendo sido inicialmente utilizado de diferentes formas. Algumas das mais marcantes são as de Thurstone's (1928b), com o Método de Escalas com Intervalos Semelhantes, Likert (1932) com o Método das Avaliações Somadas e Osgood, Suci e Tannenbaum (1957) com o Método de Diferencial Semântico. Todas estas baseavam-se em “círculos, marcas e vistos de participantes que ofereciam alguns indicadores de comportamento dos seus estados mentais acessíveis” (Albarracín & Vargas, 2010, p. 360).

Como referem Kassin, et al. (2013), o autorrelato recorria, preliminarmente, ao uso de perguntas, contudo, devido às medidas com recurso a perguntas serem incompletas, o estudo das atitudes e opiniões sociais passou a ser medido através de questionários com diferentes itens para preenchimento, a que se deu o nome de escalas de atitudes. Com isto, atualmente e na sua maioria, os questionários solicitam diretamente a um entrevistado que avalie um objeto atitudinal com base numa afirmação, selecionando uma resposta numérica num ou mais itens (Bohner & Dickel, 2011). Serão então medidas as atitudes através das respostas fornecidas em escalas de atitudes, que se podem considerar como um instrumento científico utilizado para a "observação e mensuração dos fenómenos sociais" (Marconi & Lakatos, 2017, p. 112).

As ARP têm sido medidas de diferentes formas (Brown & Benedict, 2002). No entanto, não é comum se enfatizar a imparcialidade dos polícias na sua atuação, e a influência das perceções sobre a mesma dos indivíduos ou dos grupos sociais minoritários, existindo, todavia, uma forte correlação estudada entre a pertença a estes grupos e as atitudes mais negativas quanto aos polícias ou à justiça procedimental (Nadal & Davidoff, 2015; Jackson & Bradford, 2019). Destarte, para a medição desta variável foi selecionada a *Perceptions of Police Scale* (figura 37, anexo A) criada por Nadal e Davidoff (2015) (a autorização foi fornecida pelos autores conforme a figura 2, apêndice B). A escala de concordância, que segue o método de Likert, possui uma subescala das atitudes gerais relativamente a elementos policiais: “Os polícias são simpáticos”; “Os polícias protegem-me”; “Gosto dos polícias”; “Os polícias são boas pessoas”; “Os polícias proporcionam segurança”; “Os polícias são prestáveis”; “Os polícias são pessoas em quem posso confiar”; “Os polícias são pessoas com quem posso contar”; “Os polícias importam-se com pessoas como eu”, e uma subescala para a medição das perceções quanto à imparcialidade da atuação policial: “Os polícias tratam todas as pessoas de forma

justa”; “Os polícias não discriminam ninguém”; “Os polícias são imparciais”. Neste conjunto, são realçadas as percepções quanto ao atributo da imparcialidade.

A escolha destas duas subescalas, justifica-se pela relevância que se constata na revisão de literatura quanto à atuação justa e neutra por parte dos polícias (ver Oberwittler & Roché, 2017, Sindall et al., 2016 e Nadal & Davidoff, 2015), fundamentando-se a análise diferenciada quanto ao atributo da imparcialidade e das atitudes em geral. Esta é também pertinente por englobar na subescala sobre as atitudes gerais, diferentes atributos relativos à justiça procedimental. Para avaliar a componente comportamental foi questionada, através de uma terceira questão (*cf.* o questionário apresentado no apêndice G): “Considero estar disponível para ajudar ou cooperar com os polícias”, que foi criada com base no trabalho de Jackson e Bradford (2019) (apesar de não ter sido utilizado diretamente o instrumento dos autores, foi fornecida a autorização pelos mesmos conforme a figura 7, apêndice F).

Para a sua tradução, dentro das diferentes possibilidades metodológicas (ver Maneesriwongul & Dixon, 2004), foi utilizado o método de tradução direta, devido ao tempo para a realização da investigação e à capacidade de recorrer a apenas dois peritos para o efeito (a tradução procurou seguir recomendações de van de Vijver & Hambleton, 1996 e Hunt, et. al., 1991). Deste modo, a escala original foi enviada para um professor de inglês e português, nativo de Inglaterra e a sua versão foi, posteriormente, enviada para uma tradutora literária do inglês para português, nativa de Portugal, para sua apreciação e verificação da correta tradução e aculturação dos termos para o português (*cf.* figura 37, anexo A e a tradução e verificação na figura 3 e 4, apêndice C). Por fim, foi realizada uma última verificação da tradução da nossa autoria, dando resultado à versão aplicada no questionário no apêndice G (de acordo com Maneesriwongul e Dixon, 2004, este tipo de tradução não garante a equivalência com a versão original).

2.2.3.2. Estatuto socioeconómico (ESE).

No sentido de medir o estatuto socioeconómico, Cardoso (2006) define como meios de quantificação a ocupação profissional, o grau de instrução ou educação, o rendimento e a propriedade ou riqueza e, por fim, a área geográfica em que o indivíduo habita. São também usados índices socioeconómicos que poderão englobar estes fatores conjuntamente. Entwislea e Astone (1994) explanam formas de medir o ESE e sugerem diferentes tipos de medição para o capital humano, financeiro e social de jovens. Importa também referir que existe uma componente subjetiva do ESE (estatuto socioeconómico

subjetivo – ESES) que muitas vezes é considerada (Navarro-Carrillo, Alonso-Ferres, Moya & Valor-Segura, 2020).

Dado que o ESES é um bom preditor de resultados psicológicos, incluindo em estudos com crianças onde é, frequentemente, utilizada a escala de MacArthur (Amir et al., 2019), e que existem algumas dificuldades na medição e fiabilidade de certas componentes do ESE (Cardoso, 2006; Mueller & Parcel, 1981), foi medido o ESES. Neste sentido, mediu-se ainda o grau de educação, tanto do jovem, como dos seus pais, visto que a educação está relacionada com a formação de opiniões (Park et al., 2015), que a medição da educação é uma das mais frequentemente utilizadas em estudos de desenvolvimento de crianças e jovens (Bornstein, Hahn, Suwalsky & Haynes, 2003), podendo ser um dos fatores que influenciam as ARP jovens (Mbuba, 2010).

Visto que um jovem adulto, poderá estar ou não, socioeconómicamente dependente da sua família, torna-se importante conjugar, tanto o seu próprio ESE, como o familiar (Silveira & Wagner, 2006). Dada a complexidade em medir o grau de autonomia socioeconómica, com base nos métodos apresentados por Cristina, Alves e Perelman (2016) (autorizado pelos autores conforme figura 6, apêndice E) e Cristina (2014), mediu-se o maior nível de educação dos pais (questão 16), sendo adaptada a escala para o nível de escolaridade do jovem (questão 17) e a posição social subjetiva familiar (questão 14) adaptando-se a medição para a posição individual (questão 15). Utilizou-se para o ESES a escala MacArthur composta por uma escada com 10 níveis, onde o jovem seleciona a posição em que considera que a sua família se insere na sociedade, seguindo os pressupostos de Adler et al. (2008): o nível 10 significa *best-off* “mais dinheiro, mais acesso à educação, e empregos mais prestigiados” (p. 1037) e o nível 1 significa o inverso, ou seja, *worst-off*. As escalas foram recodificadas conforme os procedimentos da autora (Cristina, 2014), para obter grupos mais estatisticamente significativos, mais precisamente nos níveis: baixo (1-4), mediano (5) e alto (6-10). As escalas referentes ao nível de escolaridade foram medidas da mesma forma que a autora.

2.2.3.3. Contexto de vizinhança.

Como referem Coulton, Korbin e Su (1996), grande parte dos estudos relativos ao contexto de vizinhança baseiam-se nos indicadores do ESE. No entanto, indicam também que esta assunção não é necessariamente verdadeira para toda a população, principalmente, quando se estudam crianças. Estes autores explanam uma série de medições relacionadas com a existência, no bairro ou vizinhança, de serviços ou recursos,

de atividades para os habitantes e sobre a sua qualidade e estabilidade. Já relativamente aos estudos sobre as ARP, incluem-se fatores como a qualidade de vida da vizinhança, as perceções do crime e da cooperação da vizinhança com os polícias (Schafer et al., 2003). Para o contexto de vizinhança foi então criada uma escala inspirada na escala de posição subjetiva de Macarthur e nestes autores, onde se pediu ao jovem que imaginasse numa escala de muito mau (1) a muito bom (10) qual é: “a qualidade de vida do seu bairro ou vizinhança”; “a segurança no seu bairro ou na vizinhança”; “a relação dos polícias com as pessoas bairro ou vizinhança”; e “disponibilidade de cooperação das pessoas do seu bairro ou vizinhança para com os polícias” (questões 18 a 21, respetivamente).

2.2.3.4. Sexo e pertença a grupo social minoritário.

No que diz respeito às variáveis do sexo (questão 2) e dos grupos sociais minoritários (questão 12), as questões inspiraram-se na Escala de Discriminação Quotidiana adaptada a jovens portugueses (Freitas, Coimbra, Marturano & Fontaine, 2015) (escala autorizada pelos autores conforme figura 5, apêndice D), tendo sido adaptada pela nossa autoria, com base na literatura, para medir a pertença a um grupo social minoritário, especificando qual se a resposta fosse positiva (questões 12 e 13).

2.2.3.5. Interações com a PSP.

Quanto às interações com a PSP, apesar de existirem diferentes investigações que comportam e analisam esta componente (ver Oberwittler & Roché, 2017; Jackson & Bradford, 2019; Rosenbaum et al., 2005; Smith & Hawkins, 1973), foi criado um conjunto de 7 questões (questões 3 a 9) que melhor correspondem ao objetivo da investigação. Estas basearam-se na revisão de literatura e nos estudos que analisaram esta variável.

Relativamente às interações diretas com os polícias, questionou-se se existiu alguma interação prévia, iniciada por estes, nos últimos anos, e o mesmo aconteceu quanto às interações iniciadas pelo próprio cidadão (questões 3 e 5), procurando-se saber, em caso positivo, qual o grau de satisfação com as mesmas (questões 4 e 6) (com base na escala autorizada por Jackson e Bradford, 2019). Foi também criada a questão 7 para medir a existência de contactos derivados de vitimação prévia, de delinquência grave (suspeito de crime) e não grave (suspeita de incivilidade) e de abordagens por parte dos polícias.

Já relativamente às interações indiretas, foi questionado o meio pelo qual o jovem, mais frequentemente, constata a atuação da PSP (questão 8), podendo ser selecionados os

OCS, as redes sociais ou internet, outras pessoas, ou outro, ou ainda que não considera, usualmente, obter informações indiretas. A existência de interações indiretas permitiu a resposta ao grau de satisfação com estas (questão 9). Para a avaliação da satisfação das interações, seguiu-se o método de Likert numa escala com valores de 1 (“nada satisfeito”) a 5 (“totalmente satisfeito”).

O teste prévio, normalmente aplicado a uma população pequena de pessoas que representam os grupos da amostra a estudar (Quivy & Campenhoudt, 2008; Maciel et al., 2014), foi aplicado a dez pessoas que fazem parte do universo em estudo e a duas que não fazem parte do universo, no sentido de avaliar a clareza das questões, de onde não se verificou a necessidade de aplicar nenhuma alteração.

2.3. Procedimentos

O questionário foi criado e aplicado através das ferramentas proporcionadas pelo *web Google Forms*, por ser uma plataforma que permite o preenchimento anónimo do mesmo, sendo este um dos fatores que influencia a participação nos questionários online (Couper, 2000). Foi respondido exclusivamente pela internet, sendo acedido através de um *link* que foi criado de forma automática pelo *site*, sendo aplicado entre 3 de março a 16 de março.

A recolha foi realizada através de amostragem não probabilística por conveniência, onde não existe conhecimento sobre o número total da população a qual o questionário foi aplicado nem, consequentemente, sobre a taxa de adesão, procurando-se apenas obter o maior número de inquiridos até um limite definido pela disponibilidade temporal, para a posterior análise dos resultados. O método selecionado foca-se na amostra “recolhida na parte acessível da população” (Sarmiento, 2013, p. 84). Considerando que os jovens que entram nas universidades poderão ter características sociodemográficas específicas (Oliveira & Melo-Silva, 2010), o que limitaria a recolha de dados e as possíveis conclusões, o questionário foi enviado para diferentes universidades, escolas profissionais e para outras instituições que se consideraram pertinentes para atingir o público-alvo, sendo também divulgado nas redes sociais (realça-se que apenas algumas escolas profissionais responderam ao solicitado, afirmado cooperar, conforme as figuras 18 a 23 no apêndice H).

Não se procurou obter representatividade da amostra, mas apenas um número de participantes suficiente para a análise estatística. Salienta-se também que os questionários online podem ter problemas quanto à confiança e validade dos dados (Maciel et al., 2014;

Jansen, Corley, & Jansen, 2007), visto que não é possível ao investigador, controlar se o inquirido está inserido na amostra desejada (Lynn, 2013), o que também impediu definir a representatividade da amostra.

2.4. Instrumentos de análise de dados

O tratamento e análise de dados, foram realizados através do software *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) – Versão 27 e do *SPSS Analysis of Moment Structures* (AMOS) – Versão 27 para *Windows*, sendo que a sua organização foi feita através da inserção dos dados no *Microsoft Office Excel* 2019.

Os resultados do questionário foram analisados através das frequências e percentagens e das medidas de tendência central (média, mediana) e de dispersão (desvio padrão, valor mínimo e máximo). Para as variáveis criadas de acordo com o resultado médio dos itens respetivos e confirmados na análise fatorial, foi analisada a sua sensibilidade considerando medidas de tendência central (média), de dispersão (desvio padrão, valor mínimo e máximo) e de distribuição⁴.

Para perceber quais as afirmações que medem o mesmo construto, foi realizada a extração de fatores pela utilização do método de componentes principais (Perobelli et al., 1999), que reduz a dimensionalidade dos dados para facilitar a sua interpretação e “baseia-se na decomposição da matriz de covariância ou correlação e não exige pressuposição da distribuição dos dados (...) utiliza toda a variância (compartilhada e específica) e o erro” (Silva et al., 2014, p. 205).

Para efetuar a análise da validade e fiabilidade das escalas de avaliação utilizadas, consideramos um conjunto de pressupostos (Marôco, 2018; Hair, Anderson, Babin & Black, 2010): extração de fatores com valor próprio (*eigenvalue*) superior a 1 (normalização de *Kaizer*); rotação de itens com o método *Varimax*; *Loadings item-factor* igual ou superior a 0.50; realização da análise fatorial confirmatória da estrutura fatorial obtida para analisar a sua validade, tendo-se considerado os índices de ajustamento propostos por Marôco (2010b) e Hair et al. (2010)⁵.

⁴ Simetria e curtose, considerando para avaliação da simetria da distribuição o valor obtido no coeficiente de simetria: simetria/erro de simetria. Caso o valor obtido esteja entre o intervalo de valor -1.96 e 1.96 podemos dizer que a distribuição é simétrica. No caso do valor obtido ser inferior a -1.96, a distribuição apresenta-se assimétrica positiva, existindo uma tendência para valores mais elevados, e no caso do valor ser superior a 1.96, a distribuição é considerado assimétrica negativa, o que indica uma tendência para valores mais baixos, conforme Pestana e Gageiro, 2014, Hill e Hill, 2012 e Kim, 2013

⁵ Foram utilizados os seguintes intervalos de valores para aceitação: χ^2/df - >5 ajustamento mau; [2-5] – ajustamento sofrível; [1-2] – ajustamento bom; <1 – ajustamento muito bom; Comparative Fit Index (CFI) e Goodness-of-Fit Index (GFI) - <0.8 – ajustamento mau; [0.8-0.9] – ajustamento sofrível; [0.9-0.95] – ajustamento bom; >=0.95 – ajustamento muito bom; Root Mean Square Error of Approximation

Para testar as hipóteses, foram criadas matrizes de correlações, recorrendo-se ao teste do coeficiente de correlação de *Spearman*, uma vez que nem todas as variáveis são intervalares (Artusi, Verderio & Marubini, 2002), e ao teste de Qui-Quadrado (McHugh, 2013) para determinadas relações, para a posterior aplicação de um MEE do tipo *path analysis*. Este último, é um modelo linear e uma forma de análise estatística de regressão múltipla. É usado para avaliar modelos causais, onde se observam as relações entre variáveis dependentes e independentes, de forma direta ou indireta, e capacita o cálculo da magnitude e significância das conexões causais entre as variáveis, permitindo avaliar hipóteses causais, mas não a direção da causalidade (Klem, 1995; Lleras, 2005).

Para proceder a modificações ao modelo, considerando a não adequação dos seus índices de ajustamento, recorreu-se aos índices de modificação propostos pelo programa de análise de equações estruturais SPSS AMOS. Assim, o valor a partir do qual os resultados obtidos são considerados significativos é de $p < 0.10$. Apesar do valor mais comum ser de $p < 0.05$, optou-se por um valor de significância menos exigente, dado que se pretende também confirmar hipóteses levantadas em função de estudos e de literatura prévia.

(RMSEA) - > 0.10 – ajustamento inaceitável; $[0.05-0.10]$ – ajustamento bom; ≤ 0.05 – ajustamento muito bom); análise da fiabilidade das escalas obtidas, com o recurso a análise da consistência interna adequada e respetiva fiabilidade das escalas e dos itens pelo cálculo do Alpha de Cronbach, considerando-se os valores superiores a 0.60 (sendo os intervalos de valores comuns: muito boa – > 0.9 ; boa – entre 0.8 e 0.9; razoável – entre 0.7 e 0.8; fraca, mas aceitável – 0.6 a 0.7; inadmissível e inaceitável – < 0.6 , conforme Marôco & Marques, 2006; Pestana & Gageiro, 2014; Hill & Hill, 2012; George & Mallery, 2003).

Capítulo III – Apresentação e Discussão de Resultados

3.1. Descrição da amostra e resultados.

No sentido de comprovar empiricamente as hipóteses desta investigação, realizaram-se então diversas análises e testes estatísticos aos resultados obtidos pela participação, no prazo mencionado, de um total 1960 pessoas, das quais apenas 1693 aptas a responder a todo o questionário, nomeadamente, por estarem dentro da faixa etária selecionada, conforme as idades apresentadas na figura 24 (apêndice I), e por reconhecerem um elemento da PSP em detrimento de um da GNR (cerca 93% dos respondentes informou ser capaz), sendo, este último, o número de respostas a analisar.

3.1.1. Caracterização sociodemográfica.

De acordo com as figuras e tabelas expostas no apêndice I, observou-se, na figura 25, que a maioria dos jovens pertence ao sexo feminino ($n=995$, 58.77%). Cerca de 10 (0.59%) participantes não referiram o seu sexo.

Conforme a figura 26, um número superior de jovens, referem que têm o ensino universitário incompleto ($n=701$, 41.41%), seguindo-se dos que tem apenas o 12º ano ($n=546$, 32.25%). Em menor número encontram-se os que tem apenas a escola primária ($n=2$, 0.12%). No que refere ao maior nível de escolaridade atingido pelos pais, um número superior de jovens afirma que um dos pais ou completou o ensino universitário ($n=536$, 34.66%) ou que tem apenas o 12º ano ($n=518$, 30.60%). Um número mais reduzido de participantes afirma que o maior nível de escolaridade atingido pelos pais foi o 4.º ano ou inferior ($n=197$, 11.22%) (figura 27).

Quanto ao nível do estatuto socioeconómico subjetivo podemos verificar que o mesmo é alto considerando uma escala de 1 a 10, quer no que respeita à família ($M=6.70$, $Md=7.00$, $Dp=1.54$) quer ao próprio ($M=6.70$, $Md=7.00$, $Dp=1.70$) (tabela 4). De modo específico, a maioria dos participantes consideram que a sua posição social é alta ($n=1343$, 79.33%), assim como a da sua família ($n=1281$, 75.66%) (figura 28).

Da análise das perceções dos jovens sobre o seu contexto de bairro ou vizinhança, (tabela 6) podemos concluir que, considerando uma escala que varia entre 1 a 10 pontos, existe uma tendência para pontuações mais elevadas no que diz respeito à perceção sobre a qualidade da vizinhança ($M=7.81$, $Md=8.00$), seguindo-se a segurança da vizinhança ($M=7.77$, $Md=8.00$), a cooperação das pessoas da vizinhança com os polícias ($M=7.49$, $Md=8.00$) e por fim a relação das pessoas da vizinhança com os polícias ($M=7.31$, $Md=8.00$).

Relativamente ao facto de pertencerem ou não a algum tipo de grupo minoritário, a maioria dos participantes afirma não pertencer ($n=1367$, 80.74%). Apenas 171 (10.10%) consideram pertencer a uma determinada minoria (figura 29). De modo mais específico, podemos verificar que, dos 171 participantes que referem pertencer a uma determinada minoria, uma proporção superior de participantes ($80/171$, 46.78%), afirmam pertencer a um grupo minoritário devido à sua sexualidade. De seguida encontram-se os que afirmam pertencer a uma determinada etnia ($53/171$, 30.99%), os que se consideram como imigrantes ($36/171$, 21.05%), os que pertencem a uma minoria por motivos religiosos ($25/171$, 14.62%) e por fim por outros motivos ($4/171$, 2.34%) (figura 30).

3.1.2. Interações com os polícias e o grau de satisfação com as mesmas.

De acordo com a figura 31, o modo como os participantes obtêm informações de forma mais frequente sobre os polícias, é através dos OCS ($884/1693$, 52.22%), seguindo-se as redes sociais ($510/1693$), outras pessoas ($n=96$, 5.67%) e por outros meios ($n=11$, 0.65%). 10.93% ($n=185$) referem não estar atentos a notícias sobre os polícias.

No que respeita às interações diretas involuntárias, podemos observar, de acordo com a figura 32, que um número mais reduzido de participantes afirma, nos últimos anos, ter sido abordado pelo menos uma vez pelos polícias ($n=592$, 34.97%). No que respeita a interações diretas voluntárias, também se nota um número mais reduzido de participantes a responder afirmativamente a este tipo de interação ($n=531$, 31.36%) (figura 33).

Quanto à satisfação dos participantes com os seus contactos com os polícias, é possível constatar (tabela 5), que existe uma maior tendência para os participantes estarem satisfeitos (considerando uma escala de 1 a 5) com as interações com os polícias quando esta é voluntária ($M=3.48$, $Md=4.00$) e também quando é involuntária ($M=3.84$, $Md=4.00$). A satisfação em função da observação indireta dos polícias, embora mais reduzida, também se apresenta satisfatória ($M=3.47$, $Md=4.00$).

Conforme é possível observar na figura 34, os participantes referem que os motivos específicos de contacto que tiveram com polícias se prendem, essencialmente, com o facto de terem sido abordados e/ou identificados pelos polícias ($386/1693$, 22.80%), seguindo-se os que referem terem sido vítimas de um crime ($299/1693$, 17.66%), suspeitos de cometer um crime ($118/1693$, 6.97%) e suspeitos de cometer uma incivilidade ($70/1693$, 4.13%).

3.1.3. Atitudes dos jovens relativamente aos polícias.

Quanto às atitudes perante os polícias, mediante a resposta ao conjunto de questões colocadas para a medição das mesmas, podemos concluir que existe uma tendência mais elevada (considerando os valores médios e medianos obtidos), para os participantes considerarem que os polícias proporcionam segurança ($M=3.82$, $Md=4.00$), seguindo-se, que os protegem ($M=3.81$, $Md=4.00$), são prestáveis ($M=3.74$, $Md=4.00$), importam-se com eles ($M=3.66$, $Md=4.00$), são profissionais que com quem podem contar ($M=3.65$, $Md=4.00$), em quem podem confiar ($M=3.63$, $Md=4.00$), de que gostam ($M=3.62$, $Md=4.00$), são boas pessoas ($M=3.52$, $Md=4.00$), são simpáticos ($M=3.44$, $Md=3.00$), são imparciais ($M=2.94$, $Md=3.00$), tratam as pessoas de forma justa ($M=2.87$, $Md=3.00$) e, por fim, não discriminam ninguém ($M=2.72$, $Md=3.00$) (tabela 7).

Na questão relativa à disponibilidade em cooperar com os polícias, a maioria das respostas obtidas revela uma tendência para uma maior disponibilidade em cooperar com os polícias, considerando os valores médios e medianos obtidos, numa escala de 1 a 5 ($M=4.15$, $Md=4.00$) (tabela 8).

3.2. Análise e discussão de resultados

3.2.1. Qualidades métricas das escalas.

Após a descrição dos resultados obtidos em cada uma das questões do questionário administrado aos participantes, passamos a testar a validade e fiabilidade fatorial da escala de atitudes perante os polícias.

Conforme a tabela 1, verificamos que, mediante a análise fatorial exploratória com rotação *Varimax* e com normalização de *Kaiser-Meyer-Olkin*, foi possível extrair dois fatores explicativos do conjunto de itens, denominados “atitudes gerais” (1) e “percepções sobre a imparcialidade” (2), que contribuem em 72.97% para definir as atitudes perante os polícias. Mais especificamente, verificámos que o fator relativo às atitudes gerais é constituído por 9 itens, sendo que este explica 44.53% da variância. Já o fator relativo à imparcialidade (constituído por 3 itens) apresenta um contributo menor para a variância (28.43%). Também se nota, que todos os itens saturam de forma adequada com o fator que representam (>0.30), o que é comprovativo de uma boa validade fatorial. Os índices de ajustamento ($\chi^2/gl=9.69$; $RMSEA=0.07$; $GFI=0.95$) também permitem confirmar a validade fatorial da escala, apesar do valor menos ajustado de χ^2/gl . Estes resultados vão ao encontro dos resultados obtidos pelos autores da escala, Nadal e Davidoff (2015).

Tabela 1

Análise de componentes principais da escala de atitudes.

	Fator	
	1	2
Os polícias protegem-me	0,82	
Os polícias proporcionam segurança	0,81	
Os polícias são pessoas com quem posso contar	0,81	0,35
Os polícias são prestáveis	0,80	
Os polícias são pessoas em quem posso confiar	0,80	0,38
Os polícias importam-se com pessoas como eu	0,75	0,31
Gosto dos polícias	0,70	0,44
Os polícias são simpáticos	0,58	0,45
Os polícias são boas pessoas	0,57	0,52
Os polícias não discriminam ninguém		0,88
Os polícias tratam todas as pessoas de forma justa	0,35	0,82
Os polícias são imparciais	0,34	0,82
% de variancia especifica	44.53%	28.43%
% de variancia total	72.97%	
Alfa de cronbach	0.94	0.90
X ² /gl	9.69	
RMSEA	0.07	
GFI	0.95	

No que respeita à sensibilidade fatorial de cada uma das subescalas de avaliação das atitudes face aos polícias obtidas, podemos constatar, de acordo com a tabela 2, que existe uma tendência para atitudes gerais mais positivas ($M=3.66$, $Md=3.67$, $Dp=0.73$). Apesar de também serem elevados os resultados das perceções sobre a imparcialidade ($M=2.84$, $Md=3.00$, $Dp=0.96$), estas encontram-se mais negativas comparativamente às atitudes gerais. Também conforme o coeficiente de assimetria negativo obtido, confirma-se esta maior tendência para valores mais elevados nas atitudes gerais ($Si=-7.79$). Por outro lado, o coeficiente assimétrico positivo obtido para a escala de imparcialidade (2.37), revela uma maior tendência para resultados um pouco mais baixos.

Tabela 2

Sensibilidade fatorial das subescalas de atitudes.

	Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínimo	Maximo	Simetria	Curtose
Atitudes Gerais	3,66	3,67	0,73	1,00	5,00	-7.79	7.47
Imparcialidade	2,84	3,00	0,96	1,00	5,00	2.37	-2.52

3.2.2. Correlações isoladas entre as variáveis.

Com o objetivo de analisar a correlação isolada entre as variáveis em estudo, foram construídas diversas matrizes através do coeficiente de correlação de *Spearman* (Myers & Sirois, 2004). Deste modo, conforme as tabelas expostas no apêndice J e referindo apenas as relações com $r_s > 0,10$, é possível verificar na tabela 9, que a disponibilidade dos jovens para cooperarem com os polícias está significativamente correlacionada com as atitudes gerais face aos mesmos ($r_s = 0.554$, $p = 0.000$) e com as perceções sobre a imparcialidade da atuação dos polícias ($r_s = 0.362$, $p = 0.000$).

No que respeita à relação das atitudes gerais e perceções sobre a imparcialidade com as variáveis sociodemográficas, de acordo com a tabela 10, podemos observar que: as atitudes gerais para com os polícias estão significativa e positivamente relacionadas com o ESES do agregado familiar ($r_s = 0.23$, $p < 0.001$) e do próprio ($r_s = 0.23$, $p < 0.001$) e negativamente com o facto de considerar pertencer ou a uma minoria social ($r = -0.16$, $p < 0.001$); as perceções sobre a imparcialidade relativas aos polícias relacionam-se de modo significativo e positivo com o sexo ($r_s = 0.14$, $p < 0.001$), com o ESES do agregado familiar ($r_s = 0.12$, $p < 0.001$) e de modo negativo com o facto de considerar pertencer a uma minoria ($r_s = -0.17$, $p < 0.001$).

No que respeita à relação entre atitudes gerais e perceções sobre a imparcialidade com as formas como os participantes têm conhecimento sobre a atuação dos polícias, podemos concluir, conforme a tabela 11, que não existe nenhuma relação com $r_s > 0,10$. No que respeita à relação entre estas variáveis e a satisfação indireta, é possível verificar não existem relações significativas em nenhum dos casos ($p > 0.05$) (tabela 12).

Quanto à relação entre as atitudes gerais e perceções sobre a imparcialidade com os motivos específicos de contacto com os polícias, podemos concluir, de acordo com a tabela 13, que: as atitudes gerais estão correlacionadas de modo significativo e negativo com o facto de os participantes terem tido um contacto com os polícias porque foram suspeitos de cometer incivildades ($r_s = -0.14$, $p < 0.001$) ou algum tipo de crime ($r_s = -0.17$, $p < 0.001$); as perceções sobre a imparcialidade relativas aos polícias estão correlacionadas de modo significativo e negativo, igualmente, com facto de os participantes terem tido contactos derivados da suspeita de cometerem incivildades ($r_s = -0.16$, $p < 0.001$) ou algum tipo de crime ($r_s = -0.16$, $p < 0.001$).

A relação existente entre as atitudes gerais e as perceções de imparcialidade relativas aos polícias com as interações diretas, voluntárias e involuntárias, e indiretas, assim como os vários tipos de satisfação com essas interações, encontra-se explicitada na

tabela 14. Conforme os resultados, é possível constatar que: as atitudes perante os polícias estão correlacionadas de modo significativo e positivo com a satisfação com as interações voluntárias ($r_s=0.58$, $p<0.001$), involuntárias ($r_s=0.53$, $p<0.001$) e com a satisfação verificada em função da observação indireta dos polícias e da sua atuação ($r_s=0.62$, $p<0.001$); as perceções sobre a imparcialidade na atuação estão correlacionadas de modo significativo e positivo com a satisfação das interações voluntárias ($r_s=0.51$, $p<0.001$), involuntárias ($r_s=0.36$, $p<0.001$) e com a satisfação verificada em função da observação indireta do trabalho dos polícias ($r_s=0.60$, $p<0.001$).

Por fim, quanto à relação das variáveis relacionadas com a perceção da qualidade do bairro, segurança do bairro, relação e cooperação das pessoas do bairro com os polícias com as atitudes para com os polícias e as atitudes gerais e perceções sobre a imparcialidade, podemos verificar, de acordo com a tabela 15, que: as atitudes gerais para com os polícias estão correlacionadas de modo significativo e positivo com a perceção da qualidade de vida do bairro ($r_s=0.20$, $p<0.001$), da segurança do bairro ($r_s=0.25$, $p<0.001$), da relação das pessoas do bairro com os polícias ($r_s=0.39$, $p<0.001$) e com a cooperação das pessoas do bairro com os polícias ($r_s=0.33$, $p<0.001$); as perceções sobre a imparcialidade estão correlacionadas de modo significativo e positivo com a perceção de qualidade de vida do bairro ($r_s=0.11$, $p<0.001$), da segurança do bairro ($r_s=0.18$, $p<0.001$), da relação das pessoas do bairro com os polícias ($r_s=0.29$, $p<0.001$) e com a cooperação das pessoas do bairro com os polícias ($r_s=0.24$, $p<0.001$).

No sentido de destacar a relação entre o sexo e a pertença a um grupo social minoritário com as abordagens iniciadas pelos polícias e com a delinquência, foram criadas tabelas de correlação através do teste de Qui-Quadrado, das quais se constata que existe uma associação significativa entre o sexo dos participantes com o facto de ter um contacto por ser suspeito de crime ($\chi^2=31.20$, $p<0.001$), sendo superior a proporção do sexo masculino (77/688, 11.2%) comparativamente ao sexo feminino (41/995, 4.1%), com o facto de ser suspeito de incivilidade e o sexo ($\chi^2=30.90$, $p<0.001$), sendo neste caso inferior a proporção de mulheres que são suspeitas de incivilidade (19/995, 1.9%) comparativamente aos homens (51/688, 7.4%) (tabela 16) e com o facto de ter sido abordado pelos polícias ($\chi^2=102.15$, $p<0.001$), sendo também superior o número de casos do sexo masculino (338/688, 49.1%) comparativamente ao feminino (251/995, 25.2%) (tabela 17). Quanto ao facto de se considerar como pertencente a uma minoria social, este não está correlacionado de forma significativa com o contacto derivado de ser suspeito

de crime ($\chi^2=1.67$, $p=0.204$) nem de incivilidade ($\chi^2=0.14$, $p=0.685$) (tabela 18), nem com o facto de ser abordado pelos polícias ($\chi^2=0.51$, $p=0.499$) (tabela 19).

3.2.3. Aplicação do Modelo de Equações Estruturais.

Tendo em consideração os resultados supramencionados e a literatura consultada, foi criado o MEE conforme o diagrama de caminho da figura 1, no sentido de analisar a relação direta entre as variáveis e de procurar perceber qual destas tem um impacto significativo e mais influente nas atitudes dos jovens relativamente aos polícias da PSP, tendo em consideração as ligações criadas.

Para se incluírem as variáveis seleccionadas, mais precisamente a satisfação com cada tipo de interação, foram observadas as respostas dos jovens participantes que responderam positivamente aos três tipos de interações com os polícias, obtendo-se um total de 242 jovens para o modelo, sendo normalmente aconselhado um mínimo 200 a 300 casos para cada modelo (Klem, 1995; Farias & Santos, 2000). Não foram incluídas todas as variáveis medidas no questionário para adequar o número de variáveis ao número de respostas utilizadas para o mesmo.

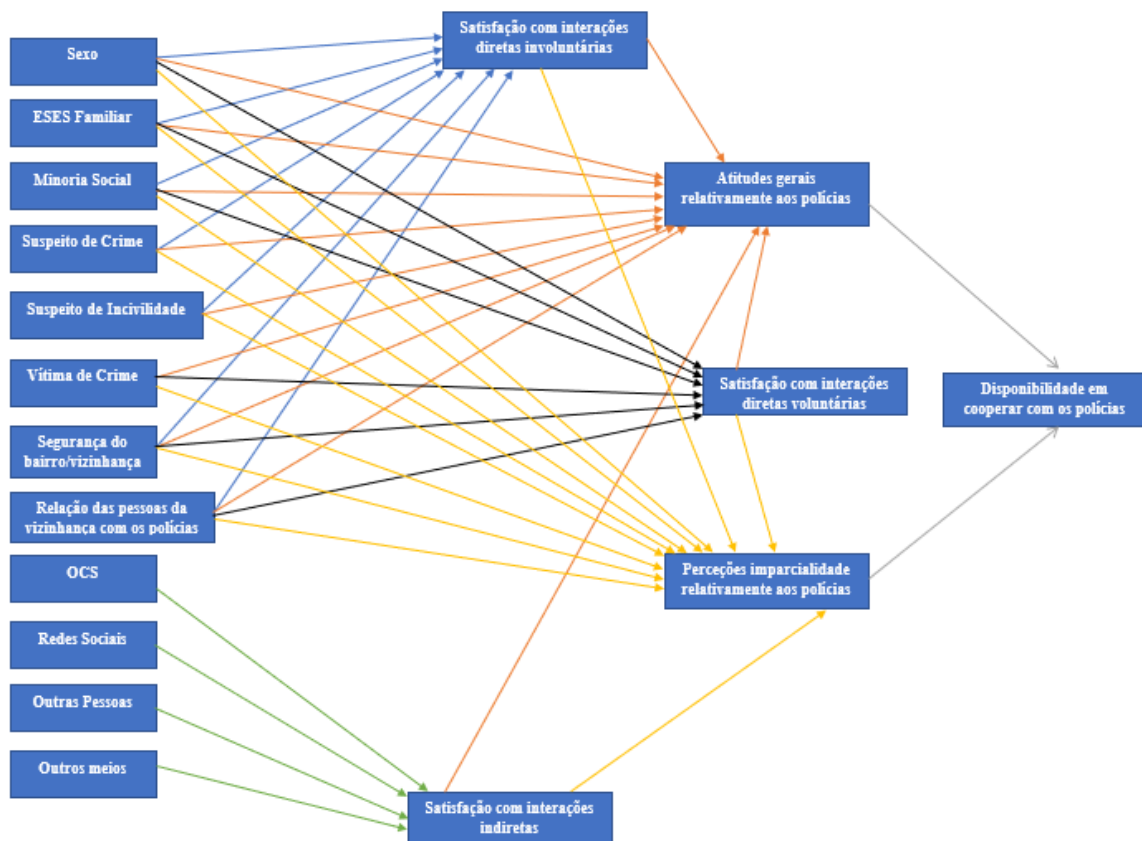


Figura 1. Modelo de Equações Estruturais.

Posteriormente, foram observadas as relações diretas entre as variáveis no modelo, obtendo-se o coeficiente beta normal (B) e o coeficiente beta padronizado (b) através de uma regressão multivariada (tabela 21 no apêndice K). De acordo Maruyama (1998), os efeitos diretos entre as variáveis são estimados através de uma análise de regressão *Ordinary Least Squares* (OLS), onde cada uma é uma equação estrutural. Tanto as variáveis não observadas, normalmente designadas por latentes, e os erros no modelo, indicam a quantidade de variância não explicada pelas variáveis exógenas ou independentes (Farias & Santos, 2000). Esta análise permite uma resposta mais precisa à pergunta de partida.

Após a aplicação do modelo é possível constatar um conjunto de relações significativas destacadas na figura 35 e tabela 20 (apêndice K), onde se apresenta o Modelo de Equações Estruturais (*path analysis*) original. Contudo em função dos índices de ajustamento obtidos não serem adequados ($\chi^2/df=6.94$, RMSEA=0.16, *Normed Fit Index* - NFI=0.87, CFI=0.88, GFI=0.88) houve a necessidade de se proceder ao ajustamento do mesmo, de acordo com os índices de modificação propostos pelo *software* SPSS AMOS.

As modificações aplicadas baseiam-se no ajuste relativo aos erros das variáveis endógenas (*cf.* figura 36), onde se pode observar que, neste modelo não recursivo e já modificado, de acordo com as correções da covariância entre resíduos, os índices de ajustamento já se apresentam mais adequados ($\chi^2/df=2.77$, RMSEA=0.09, NFI=0.95, CFI=0.97, GFI=0.95), o que torna mais válido o presente modelo porque, quando os dados são consistentes, este pode-se considerar como plausível (Klem, 1995; Farias & Santos, 2000). Com esta modificação podemos verificar no modelo final (tabela 21) que:

O nível socioeconómico subjetivo familiar tem um impacto positivo e significativo nas atitudes gerais para com os polícias (B=0.20, $p=0.002$), contribuindo para o seu aumento em 0.20 pontos.

O facto de um jovem considerar ou pensar ser considerado como pertencente a uma minoria social, contribui de modo significativo e negativo para as atitudes gerais relativas aos polícias (B=-0.35, $p=0.002$) contribuindo para a sua diminuição em 0.35 pontos.

O grau de satisfação com as interações diretas involuntárias com os polícias contribui para as atitudes gerais relativas aos polícias de forma significativa e positiva em 0.14 pontos (B=0.14, $p<0.001$) e para as perceções sobre a imparcialidade relativas aos polícias em 0.13 pontos (B=0.13, $p=0.018$).

O grau de satisfação com as interações diretas voluntárias influencia de modo significativo e positivo as atitudes gerais para com os polícias, contribuindo para o seu aumento em 0.18 pontos ($B=0.18$, $p<0.001$).

O grau de satisfação com as interações indiretas influencia de modo significativo e positivos as atitudes gerais para com os polícias ($B=0.20$, $p<0.001$) contribuindo para o seu aumento em 0.20 pontos, e para as perceções sobre a imparcialidade relativas aos polícias ($B=0.41$, $p<0.001$) que é previsto aumentarem 0.41 pontos;

As perceções da relação das pessoas do bairro ou vizinhança com os polícias têm um impacto positivo e significativo com as atitudes gerais quanto aos mesmos ($B=0.06$, $p=0.007$), tendo um aumento previsível de 0.06 pontos. Estas perceções contribuem também de modo positivo e significativo em 0.15 pontos na satisfação com as interações involuntárias ($B=0.15$, $p<0.001$) e em 0.20 pontos ($B=0.20$, $p<0.001$) para o grau de satisfação com as interações voluntárias.

O facto de existir um ou mais contactos derivados de um jovem ser suspeito de crime contribui negativa e significativamente em 0.58 pontos ($B=-0.58$, $p=0.002$) para as atitudes gerais dos jovens relativas aos polícias, e em 0.61 pontos ($B=-0.61$, $p=0.053$) para o grau de satisfação com as interações involuntárias. Já quanto aos contactos derivados de um jovem ter sido vítima de um crime, estes contribuem de modo tendencialmente significativo ($p>0.050$) e positivo para o aumento de 0.19 pontos ($B=0.19$ $p=0.090$) nas perceções de imparcialidade dos jovens face aos polícias e para uma diminuição tendencialmente significativa ($p>0.050$) de 0.19 pontos ($B=-0.19$, $p=0.096$) na satisfação com as interações voluntárias.

As atitudes gerais dos jovens relativamente aos polícias contribuem para o aumento da disponibilidade para cooperar com estes em 0.90 pontos ($B=0.90$, $p<0.001$).

3.2.4. Discussão de resultados e teste de hipóteses.

Consoante os diversos testes estatísticos aplicados, mais precisamente, o MEE aplicado (figura 36, apêndice K), inferiu-se a veracidade das hipóteses:

A hipótese **1a** encontra-se parcialmente verificada, visto que foi possível observar uma relação estatisticamente significativa e positiva entre o nível do ESES da família do jovem e as suas atitudes gerais relativamente aos polícias da PSP, mas não com as perceções sobre a imparcialidade. A hipótese **1b** encontra-se parcialmente verificada, uma vez que se verificou uma relação significativa e positiva entre as atitudes gerais relativas aos polícias com as perceções sobre a relação das pessoas do bairro, mas não

com a perceção quanto à segurança do bairro, não havendo qualquer correlação entre estas duas variáveis com as perceções sobre a imparcialidade. A hipótese **1c** encontra-se parcialmente verificada, por se observar uma relação significativa e negativa entre a pertença a um grupo social minoritário com as atitudes gerais relativamente aos polícias, mas não com as perceções sobre a imparcialidade face aos polícias. A hipótese **1d** encontra-se refutada, uma vez que através do MEE é possível observar que não existe uma relação significativa entre o sexo e as atitudes.

As hipóteses **2a** e **2c** foram verificadas, ao se observar uma relação positiva e significativa entre a satisfação pelos contactos diretos involuntários e pelos contactos indiretos com as atitudes gerais e perceções sobre a imparcialidade relativamente aos polícias. Já a hipótese **2b** foi parcialmente verificada, ao se observar uma relação positiva e significativa entre a satisfação com os contactos diretos voluntários com as atitudes gerais relativamente aos polícias, mas não com as perceções sobre a imparcialidade.

A hipótese **3a** foi parcialmente verificada, dada a correlação significativa e negativa entre o contacto derivado de um jovem ter sido suspeito de um crime com a satisfação com os contactos involuntários com os polícias e com as atitudes gerais, mas não com as perceções sobre a imparcialidade. Não existindo qualquer relação significativa entre o contacto derivado de um jovem ser suspeito de cometer uma incivilidade com as restantes variáveis no MEE, a hipótese **3b** foi refutada. Apesar de se ter verificado uma relação negativa e significativa entre o contacto derivado de vitimação prévia e a satisfação com as interações voluntárias com os polícias, o mesmo não aconteceu com as atitudes gerais e perceções sobre a imparcialidade, não se verificando na totalidade a hipótese **3c**.

A hipótese **4** foi parcialmente verificada, dada a relação significativa e positiva entre a disponibilidade em cooperar com os polícias e as atitudes gerais, mas não com as perceções sobre a imparcialidade.

Dos resultados obtidos, existe também um conjunto de possíveis ilações ou ideias que se podem formular: de acordo com a tabela 2, as atitudes gerais tendem para o neutro, sendo este um problema clássico da utilização de escalas ímpares (Cummins & Gullone, 2000), por outro lado, as atitudes sobre imparcialidade tendem a ser mais negativas.

A relação positiva e significativa entre as atitudes gerais relativamente aos polícias e a disponibilidade em cooperar com os mesmos, representa uma possível evidência da influência das atitudes na predisposição comportamental, que vai ao encontro da literatura consultada (ver Visser, 2010; Albarracin et al., 2019; Kraus, 1995, Webb, 2007; Bridenball & Jesilow, 2008). No entanto, esta relação não se verificou quanto às

percepções sobre a imparcialidade, podendo-se supor que o esforço em melhorar estas últimas, poderá não contribuir para a cooperação cidadão-polícia.

A pequena relação observada no coeficiente de *Spearman* (tabela 9, apêndice J) e a inexistência de uma correlação significativa no MEE (tabela 21, apêndice K) entre o sexo dos jovens com as atitudes gerais e com as percepções sobre a imparcialidade, são consistentes com os resultados diversificados e inconclusivos apresentados na revisão de literatura (Nihart et al., 2005), podendo-se afirmar que o sexo dos jovens não é uma variável significativa na predição das ARP na amostra estudada. É importante destacar que esta relação não se verificou mesmo tendo sido observado, na presente amostra, que os jovens do sexo masculino são tendencialmente mais abordados pela polícia e têm mais contactos derivados de serem suspeitos de crimes ou incivildades (tabelas 16 e 17, apêndice J).

Tanto o ESES familiar, como o individual apresentaram resultados semelhantes, podendo-se supor que os jovens desta faixa etária ainda são socioeconomicamente dependentes da sua família (Silveira & Wagner, 2006). Analisando-se a relação com as atitudes gerais e o ESES familiar, observa-se o que é, maioritariamente, verificado na literatura (ver Leiber et al., 1998; Reisig & Parks, 2000; Taylor et al., 2001), podendo-se assumir que a *Quality of Life*, apresentada por Reisig e Parks (2000), se demonstra como um fator importante para prever as atitudes gerais, mas não as percepções sobre a imparcialidade dos jovens relativamente aos polícias. Relativamente ao *Neighborhood Context*, é possível constatar a inexistência de uma relação significativa da segurança no bairro ou vizinhança com as atitudes, existindo, no entanto, uma clara influência das percepções quanto à relação entre as pessoas do bairro ou vizinhança e os polícias tanto com as atitudes gerais, como com o grau de satisfação com as interações diretas, voluntárias e involuntárias, com os polícias.

Ao se observarem estes resultados, pode-se assumir que as investigações e teorias observadas na literatura existente se aplicam para a amostra em análise, onde um baixo nível socioeconómico e as piores relações da comunidade ou grupo em que se insere o indivíduo com os polícias, moldam as suas atitudes. Neste sentido, a correlação significativa entre as percepções da relação das pessoas da zona em que o indivíduo habita com os polícias e o grau de satisfação com as interações diretas, poderá ser um indicador de que, ou os polícias atuam de forma diferenciada com os indivíduos que habitam em locais cuja relação das pessoas com os polícias é mais negativa, ou a predisposição dos jovens que habitam nesses locais para percecionar a intervenção dos polícias é distinta

(Bradford, 2012; Schafer et al., 2003), realçando-se a importância de melhorar as relações com as comunidades em comparação a incrementar as percepções de segurança, quando o objetivo é influenciar as atitudes e, por sua vez, a cooperação com os polícias.

Evidencia-se também que a insignificância da relação entre as percepções da segurança do bairro ou vizinhança com as restantes variáveis, pode ser originada pelo facto desta variável ter sido medida de forma subjetiva através das percepções do próprio jovem, que pode originar resultados distintos em comparação com investigações prévias, visto que, de acordo com Holm, Pedersen e Pettersen (2020), existe uma grande diversidade de conceitos de segurança percebidos pelos jovens, que não são possíveis de englobar em nenhuma perspetiva teórica de segurança, observando-se que o próprio conceito é, muitas vezes, uma percepção dos sentimentos de insegurança que são sentidos pelas pessoas que rodeiam o jovem.

Quanto ao que Reisig e Parks (2000) referem como *Experience with Police*, é possível verificar que os graus de satisfação com todos os tipos de interações com os polícias apresentaram resultados significativos na predição das atitudes e percepções sobre a imparcialidade, à exceção da relação entre o grau de satisfação com as interações voluntária com as percepções sobre a imparcialidade. Apesar de não terem sido analisadas no MEE, também as interações diretas involuntárias se demonstraram como uma variável que possui uma relação significativa e negativa com as atitudes e percepções sobre a imparcialidade quando observada a correlação direta (tabela 14, apêndice J), demonstrando, em conjunto com a relação significativa do grau de satisfação com este tipo de interação, que os contactos iniciados pelos polícias têm um maior impacto nas ARP do que os contactos voluntários por parte dos jovens. Estes resultados vão, predominantemente, ao encontro do exposto na revisão de literatura (ver Lima & Nassaro, 2011; Schafer et al., 2003; Oberwittler & Roché, 2017; Bradford et al., 2009; Webb, 2007; Wiley & Esbensen, 2016; Nihart et al., 2005) e poderão indicar que o foco da PSP, tanto na adoção de medidas que melhorem a satisfação dos jovens com o contacto direto com os polícias, em especial quando são os polícias abordam um jovem, como, principalmente, na elaboração de estratégias que permitam melhorar a satisfação com as fontes de contacto indiretas, será uma solução para a construção de atitudes e percepções mais positivas dos jovens relativamente aos polícias da PSP.

Quanto às interações diretas, podemos complementar o supramencionado ao constatar que os jovens que tiveram um contacto derivado de serem vítimas de crimes têm, tendencialmente, um menor grau de satisfações com as interações voluntárias

(considerando o $p < 0.01$, cf. tabela 21, apêndice K), tornando-se pertinente estudar se esta insatisfação é consistente na população e, em caso afirmativo, qual a razão da mesma. Na literatura consultada, uma das hipóteses mais significativas para esta insatisfação pode resultar da revitimização quando se denuncia um crime, como com as vítimas de abuso sexual (Nadal & Davidoff, 2015). No entanto, este motivo específico de contacto não se demonstrou significativo a predizer as atitudes gerais relativamente aos polícias, e demonstrou-se como positivo e significativo relativamente às perceções sobre a imparcialidade, podendo existir uma diferença desta amostra comparativamente à literatura, onde os jovens que têm um contacto por este motivo percecionam os polícias de forma mais negativa ou da mesma forma que os que não tiveram um contacto prévio (Brick et al., 2009; Wu et al., 2013).

Ainda a respeito das interações diretas, pode-se observar que os jovens que tiveram um contacto derivado da suspeita de cometerem um crime têm, tendencialmente, atitudes mais negativas e uma menor satisfação com as interações involuntárias, confirmando-se assim o impacto da delinquência grave na construção das ARP. Já o contacto derivado da suspeita de um jovem em cometer incivildades não se apresentou como um fator relevante na formação das atitudes ou perceções sobre a imparcialidade no MEE, podendo ser um indicador de que apenas aqueles que praticam atividades criminosas têm valores e crenças interligados a perceções específicas com os polícias (Wu et al., 2013; Leiber et al., 1998). Estes resultados que vão ao encontro do constatado por Brick et al. (2009) com jovens, em que o facto de terem sido detidos se demonstrou como o fator mais influente para atitudes mais negativas.

No que respeita às interações indiretas, podemos observar que, do grupo de jovens analisado que obtém informações sobre os polícias de um dos quatro meios indiretos medidos através do questionário, a observação mais frequente sobre informações relativas aos polícias ou à sua atuação através de um destes quatro meios em detrimento dos outros, não possui uma correlação significativa com o grau de satisfação com as interações indiretas. No entanto, estas questões procuraram apenas aferir a existência de interações indiretas para se avaliar posteriormente o grau de satisfação, não sendo inoportuna uma investigação futura mais detalhada quanto às fontes e frequência desta observação através de meios indiretos dada a significância do grau de satisfação deste tipo de interações com as atitudes e perceções sobre a imparcialidade.

Tal como na literatura apresentada (Brown & Benedict, 2002; Caliso et al., 2017; Peck, 2015), a pertença a um grupo social minoritário demonstrou-se como uma variável

significativa na predição de atitudes gerais tendencialmente mais negativas, não se verificando esta significância quanto às perceções sobre a imparcialidade. Também quanto ao grau de satisfação com os contactos diretos, voluntários e involuntários, com os polícias a correlação com a pertença a um grupo social minoritário não foi denotada, o que pode levantar a hipótese de que os polícias não têm uma atuação diferenciada com jovens com estas características, não sendo afetado o grau de satisfação com as interações porque a atuação policial não é distinta, nem a origem das suas atitudes mais negativas como se supõe, de certa forma, em alguma da literatura consultada (ver Oberwittler & Roché, 2017 e Sindall et al., 2016), não tendo sido observadas as causas que a literatura aponta para estas atitudes mais negativas, nomeadamente pela inexistência de uma maior frequência das abordagens dos polícias, em situações de suspeita de delinquência (tabelas 18 e 19, apêndice J).

Numa perspetiva distinta, esta correlação significativa pode surgir pela influência das atitudes relativamente aos polícias das pessoas que rodeiam o indivíduo ou da comunidade, neste caso, do grupo social minoritário (Mbuba, 2010). No entanto, estes resultados poderão estar comprometidos e serem distintos da literatura, tanto pelo tamanho da amostra, como por se terem considerado todas os tipos de grupos sociais minoritários como um só, realçando-se assim a pertinência de uma investigação mais pormenorizada.

Em suma, relativamente às atitudes gerais relativas aos polícias, os resultados obtidos nesta análise apontam tanto para a importância da satisfação com as interações diretas e indiretas com os polícias, como para a possível influência do contexto de vida e das atitudes do grupo ou comunidade em que o jovem se insere, demonstrando-se a relevância da formação dos polícias para a forma como interagem com os cidadãos, do estudo de formas eficazes de melhorar a satisfação nos meios indiretos de obtenção de informação, como os meios digitais, e ainda de se procurar melhorar as relações dos polícias com comunidades específicas através do policiamento comunitário (Mbuba, 2010), denominado policiamento de proximidade na realidade portuguesa (ver Elias, 2018). Já quanto às perceções sobre a imparcialidade relativamente aos polícias, realça-se, por um lado, o efeito das interações diretas involuntárias com os polícias e, por outro, o impacto da satisfação com as interações indiretas com os polícias, podendo-se assumir que esta componente das atitudes é moldada ou construída, maioritariamente, pelo que o jovem observa ou tem conhecimento nos meios digitais ou através das pessoas que o rodeiam.

Capítulo IV – Conclusões

Neste capítulo, explanam-se as considerações finais, fundamentadas no conhecimento teórico e prático constante nesta investigação, verificando-se os objetivos propostos e a veracidade das hipóteses inicialmente concebidas. São também sugeridos aspetos que se revelaram limitadores ao alcance dos objetivos e recomendações úteis para futuras investigações que procurem abordar a presente temática.

No primeiro capítulo procurámos explorar o conceito de atitude no âmbito da Psicologia Social, na tentativa de compreender os fundamentos teóricos deste construto e, sobretudo, a sua influência nas relações e interações sociais. Neste sentido, foi possível concluir que as atitudes se podem caracterizar por uma pré-disposição mental de um indivíduo, que influi sobre perceções avaliativas que este tem sobre um objeto ou sobre os atributos que a este interliga, podendo ser conscientes ou inconscientes. Estruturaram-se como avaliações individuais baseadas em informações ou estímulos cognitivos, afetivos ou comportamentais de um objeto, podendo ser observadas de forma unidimensional ou multidimensional. A sua formação e mudança está dependente dos mais variados aspetos inerentes às experiências da vida e, em especial, da vida em sociedade.

Posteriormente, analisámos a literatura relativa às atitudes face aos polícias, explorando não só os fenómenos e variáveis que podem ser responsáveis pela sua formação e mudança, mas também o seu papel em moldar os comportamentos. Foram possíveis extrapolar diversos fatores, tanto dependentes dos polícias e da sua atuação como outros cuja PSP tem um menor controlo ou até uma incapacidade de influir, concluindo-se que a construção de atitudes positivas relativamente aos polícias é fundamental para uma melhor eficácia e eficiência na prossecução da missão desta instituição, pelo seu papel na cooperação e forma de agir dos jovens quando confrontados com os polícias.

Após obtido este conhecimento, foram analisadas possíveis formas de medir as diferentes variáveis, sendo estas posteriormente correlacionadas de forma isolada e através de um MEE, criado com base nas relações isoladas e na revisão de literatura. É de extrema importância referir que, devido ao tipo de amostra, estes resultados e conclusões não são representativos da realidade portuguesa, não devendo, no entanto, serem desconsiderados.

Num primeiro desfecho desta investigação, constata-se que, efetivamente, as perceções sobre a imparcialidade da atuação dos polícias se encontram mais baixas do que as atitudes gerais, algo que poderá ser enfatizado para a instituição, no sentido de se ter demonstrado que este aspeto pode ser melhorado e que se podem procurar implementar medidas para alterar a forma como polícias interagem com os cidadãos, mais precisamente, com os jovens, dado que um dos aspetos que mais se relaciona com estas perceções, são as abordagens dos polícias.

Outra inferência que se destaca nesta investigação, é o facto de, no modelo aplicado, se ter concluído que as perceções sobre a imparcialidade não têm repercussões na disponibilidade dos jovens em cooperar com os polícias, quando se considera a influência das atitudes gerais e das variáveis latentes sobre a mesma.

No sentido de completar os objetivos desta investigação, uma observação mais específica aos dados recolhidos, nomeadamente pela análise do beta padronizado (b) na tabela 21 (apêndice K) no MEE modificado, é possível inferir, até certo ponto, quais as variáveis estudadas mais influentes na formação das atitudes dos jovens relativamente aos polícias, tendo em conta apenas a relação direta das variáveis do modelo. Desta feita, pode-se verificar que as variáveis que mais influenciam as atitudes gerais são, de forma decrescente, a satisfação com as interações indiretas, a satisfação quando um jovem aborda os polícias, a satisfação quando um jovem é abordado pelos polícias, os jovens que têm um contacto com polícias derivado de serem suspeitos de um crime, a perceção dos jovens quanto à relação das pessoas do bairro com vizinhança com os polícias, o ESES familiar, e, por fim, a pertença a uma minoria social. Do mesmo modo, quanto às perceções sobre a imparcialidade, é possível observar que o maior efeito se origina da satisfação com as interações indiretas, da satisfação com os contactos diretos involuntários e, tendencialmente, dos jovens que tiveram contactos com os polícias derivado de serem vítimas de um crime.

Delineadas as correlações obtidas, infere-se que, para melhorar as atitudes gerais dos jovens relativamente aos polícias e, por sua vez, a disponibilidade destes em cooperar com os polícias a PSP deve focar-se, maioritariamente, na forma como os seus profissionais interagem com os cidadãos e nas relações das comunidades com os polícias. Já quando o objetivo é influenciar as perceções sobre a imparcialidade, a organização poderá concentrar-se na forma como é exposta nos meios indiretos, nomeadamente os digitais.

De forma geral, a satisfação com as interações, diretas e indiretas, com os polícias (*Experience with Police*), demonstra-se como o fenómeno mais relevante para a formação e construção das atitudes e percepções sobre a imparcialidade dos jovens relativamente aos polícias. As conclusões enunciadas poderão coadjuvar os gestores da PSP, no sentido de realizarem um trabalho mais eficaz e eficiente na formação de atitudes e percepções dos jovens mais positivas.

Por princípio, devem-se procurar ultrapassar as dificuldades e limitações inerentes ao desenvolvimento de uma investigação científica. No entanto, as limitações temporais e os constrangimentos derivados da pandemia Covid-19, criaram obstáculos para a aplicação presencial do questionário e para a abrangência de toda a faixa etária em que se considerou estar inserido o conceito de jovem, dificultando assim a obtenção de uma amostra representativa e estatisticamente significativa. Consideramos que, estas mesmas limitações em conjunto com a dimensão deste estudo, impossibilitaram uma exploração, exposição e posterior análise mais detalhada e completa do fenómeno estudado, dada a sua indiscutível complexidade.

Para futuras investigações, sugere-se que se procure abranger uma maior faixa etária e uma população representativa, podendo haver um foco em comunidades específicas que se pretendam analisar para um melhoramento das percepções e relações com os polícias. Sob outra perspetiva, recomenda-se que se aprofunde o conhecimento relativo às formas de medir e analisar as variáveis e as suas relações, podendo-se, por exemplo, usar escalas de atitudes e de satisfação numéricas maiores e pares, aplicar este tipo de análise em bairros com características concretas e não subjetivas, estudar cada grupo social minoritário separadamente, ou ainda estudar os efeitos indiretos e totais das variáveis através de um MEE. Por último, quando existir um conhecimento mais expandido sobre a temática, poderão ser investigadas as formas de influenciar as diferentes variáveis que estão na origem das atitudes dos jovens, o que poderá originar melhores percepções sobre os polícias, fomentando uma cooperação mais ativa por parte dos cidadãos.

Referências

- Adler, N., Singh-Manoux, A., Schwartz, J., Stewart, J., Matthews, K. & Marmot, M. (2008). Social status and health: A comparison of British civil servants in Whitehall-II with European- and African-Americans in Cardia. *Social Science & Medicine*, 66(5), 1034-1045. Retirado de: <https://doi.org/10.1016/j.socscimed>.
- Ajzen, I. (2001). Nature and operation of attitudes. *Annual review of psychology*, 52(1), 27-58.
- Albarracín, D., Johnson, B. T., & Zanna, M. P. (2005). *The handbook of attitudes*. Mahwah, NJ: Erlbaum.
- Albarracín, D., Sunderrajan, A., Lohmann, S., Chang, S. & Jiang, D. (2019). The Psychology of Attitudes, Motivation, and Persuasion. Em Albarracin, D. & Johnson, B. *The Handbook of Attitudes, Volume 1: Basic Principles*. Nova Iorque: Routledge.
- Albarracín, D. & Vargas, P. (2010). Attitudes and persuasion: From biology to social responses to persuasive intent. Em *Handbook of social psychology* (5.^a ed.). Editado por Fiske, S. T., Gilbert, D. T. e Lindzey, G., 394–427. Hoboken, NJ: Wiley. doi: 10.1002/9780470561119
- Allport, G. W. (1935). Attitudes. Em C. A. Murchison (Ed.), *A handbook of social psychology* (pp. 798 – 844). Worcester, MA: Clark University Press. Retirado de PsycNetapa.org: <https://psycnetapa.org/record/1935-19907-010>
- Alves, D. (2016). *Uso excessivo da força: questões jurídicas, técnico-policiais e sociais*. Dissertação de Mestrado. Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna. Lisboa.
- Amir, D., Vallengia, C., Srinivasan, M., Sugiyama, L. S., & Dunham, Y. (2019). Measuring subjective social status in children of diverse societies. *PLOS ONE*, 14(12), e0226550. doi: 10.1371/journal.pone.0226550
- Antunes, J. (2019). *Segurança Interna: Vulnerabilidade ao Stress e Burnout na Polícia de Segurança Pública*. Dissertação de Mestrado. Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna. Lisboa.

- Araújo, C. M. D., & Lopes de Oliveira, M. C. S. (2013). Contribuições de Bourdieu ao tema do desenvolvimento adolescente em contexto institucional socioeducativo. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 8(2), 215-224. Retirado de: <http://www.seer.ufsj.edu.br>
- Archer, J. & Lloyd, B. (2002). *Sex and Gender* (2.^a Ed.). Cambridge: Cambridge University Press. doi: 10.1017/CBO9781139051910
- Artusi, R., Verderio, P., & Marubini, E. (2002). Bravais-Pearson and Spearman correlation coefficients: meaning, test of hypothesis and confidence interval. *The International journal of biological markers*, 17(2), 148-151. Retirado de <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/172460080201700213>.
- Avdija, A. S. (2010). The Role of Police Behavior in Predicting Citizens' Attitudes Toward the Police. *Applied Psychology in Criminal Justice*, 6, 15-29.
- Banaji, M. R. & Heiphetz, L. (2010). Attitudes. Em Fiske, S. T., Gilbert, D. T., & Lindzey, G. (5.^a Ed.). *Handbook of Social Psychology*, Volume 1. John Wiley & Sons.
- Baron, R. Byrne, D., Suls, J. (1989) *Exploring Social Psychology, Engineering and Project Management* (3.^a Ed.). Allyn and Bacon, Universidade de Michigan.
- Bechhofer, F., & Paterson, L. (2000). *Principles of Research Design in the Social Sciences* (1.^a Ed.). Routledge. Retirado de: <https://doi.org/10.4324/9780203136720>
- Bell, J. (2010). *Como Realizar um Projecto de Investigação* (5.^a ed.). (G. Valente, Ed.) Gradiva.
- Bendit, René. (2006). Youth sociology and comparative analysis in the European Union member states. *Papers: Revista de Sociologia*, pp. 49-76. Retirado de Raco.cat: <https://www.raco.cat/index.php/Papers/article/view/51823>
- Bergman, M. (1998). A theoretical note on the differences between attitudes, opinions, and values. *Swiss Political Science Review*, 4(2), 81-93. doi: 10.1002/j.1662-6370.1998.tb00239.x

- Bogardus, E. S. (1925). Measuring social distances. *Journal of Applied Sociology*, 9, 299-308.
- Bohan, J. S. & Russell, G. M. (1999). *Conversations about psychology and sexual orientation*. NYU Press.
- Bohner, G., Hahn, C. S., Suwalsky, J. T. D., & Haynes, O. M. (2003). Socioeconomic status, parenting, and child development: The Hollingshead Four-Factor Index of Social Status and The Socioeconomic Index of Occupations. Em M. H. Bornstein & R. H. Bradley (Ed.), *Monographs in parenting series. Socioeconomic status, parenting, and child development* (p. 29–82). Lawrence Erlbaum Associates Publishers.
- Bourdieu, P. (2007). Outline of a Theory of Practice. Em Lawrence, B & Karim A. (Ed.), *On Violence*, 189-198. Nova Iorque, EUA: Duke University Press. Retirado de: <https://doi.org/10.1515/9780822390169-024>
- Bradford, B. (2012). Policing and Social Identity: Procedural Justice, Inclusion, and Cooperation between Police and Public. *Legal Research Paper Series*, 1-24. doi: 10.1080/10439463.2012.724068
- Bradford, B., Jackson, J. & Stanko, E. (2009). Contact and confidence: revisiting the impact of public encounters with the police. *Policing and Society*, 19(1), 20-46, doi: 10.1080/10439460802457594
- Bradley, R. & Corwyn, R. (2002). Socioeconomic Status and Child Development. *Annual Review of Psychology*, 53(1), 371–399. doi: 10.1146/annurev.psych.53.100901.135233
- Breed, W. & Ktsanes, T. (1961). Pluralistic Ignorance in the Process of Opinion Formation. *Public Opinion Quarterly*, 25(3), 382. doi: 10.1086/267034
- Brick, B., Taylor, T. & Esbensen, F. (2009). Juvenile attitudes towards the police: The importance of subcultural involvement and community ties. *Journal of Criminal Justice*, 37, 488-495. doi: 10.1016/j.jcrimjus.2009.07.009
- Bridenball, B., & Jesilow, P. (2008). What Matters. *Police Quarterly*, 11(2), 151–181. doi: 10.1177/1098611107313942

- Brown, B. & Benedict, R. (2002). Perceptions of the Police: Past Findings, Methodological Issues, Conceptual Issues and Policy Implications. *Policing: An International Journal of Police Strategies & Management*, 25, 543-580. doi: 10.1108/13639510210437032
- Cabecinhas, R. & Amâncio, L. (2004). Dominação e exclusão: representações sociais sobre minorias raciais e étnicas. Atas do V Congresso Português de Sociologia: *Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção*, Universidade do Minho. Braga.
- Cacioppo, J. T., Crites, S. L., Berntson, G. G. & Coles, M. G. (1993). If attitudes affect how stimuli are processed, should they not affect the event - related brain potential? *Psychological Science*, 4, 108 – 112.
- Caliso, R. A., Canare, T. A., & Garcia, E. M. (2017). *Shaping the Public Perception toward Local Authorities: The Role of Perceived Social, Economic, and Political Insecurities*. Asian Institute of Management.
- Campenhoudt, L., Marquet, J., & Quivy, R. (2017). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (5ª ed.). (J. Marques, M. Mendes, M. Carvalho, & I. Lopes, Trads.) Lisboa: Gradiva.
- Cardoso, H. F. (2006). A quantificação do estatuto socioeconómico em populações contemporâneas e históricas: dificuldades, algumas orientações e importância na investigação orientada para a saúde. *Antropologia Portuguesa*, 22(23), 247-272.
- Carvalho, M. (2019). *Delinquência juvenil: um velho problema, novos contornos. Jornadas de direito criminal da comarca de santarém – a constituição da república portuguesa e a delinquência juvenil*. Artigo apresentado no Centro de Estudos Judiciais, 79-106. Retirado de <http://hdl.handle.net/10362/92009>
- Cerclé, A. & Somat, A. (1999). Atitudes e Alterações das Atitudes. *Manual de Psicologia Social* (pp. 165-197). Lisboa: Instituto Piaget
- Chaiken, S., & Eagly, A. H. (1983). Communication modality as a determinant of persuasion: The role of communicator salience. *Journal of Personality and Social Psychology*, 45(2), 241–256. doi: 10.1037/0022-3514.45.2.241

- Chermak, S., McGarrell, E. & Gruenewald, J. (2006). Media coverage of police misconduct and attitudes toward police. *Policing: An International Journal*, 29 (2), 261-281. Retirado de: <https://doi.org/10.1108/13639510610667664>
- Chow, H. (2011). Adolescent attitudes toward the police in a western Canadian city. *Policing: An International Journal of Police Strategies & Management*, 34, 638-653.
- Clemente, P. (2010). Polícia e segurança: breves notas. Lusíada. *Política internacional e segurança*, 4, p. 139-169. doi: 10.34628/pfq5-kz27
- Coimbra, C., Bocco, F. & Nascimento, M. (2005). Subvertendo o conceito de adolescência. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 57(1), 2-11. Retirado de Redalyc.org: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=2290/229017444002>
- Coulton, C. J., Korbin, J. E. & Su, M. (1996). Measuring neighborhood context for young children in an urban area. *American Journal of Community Psychology*, 24(1), 5-32. doi:10.1007/bf02511881
- Couper, M. P. (2000). *Web Surveys: A Review of Issues and Approaches*. 64, 464-494.
- Craemer, T. (2007). An evolutionary model of racial attitude formation: Socially shared and idiosyncratic racial attitudes. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 614, 74-101.
- Crano, W. & Prislin, R. (2006). Attitudes and Persuasion. *Annual review of psychology*. 57, 345-74. doi: 10.1146/annurev.psych.57.102904.190034.
- Cristina, A. S. (2014). *Desigualdades socioeconómicas no tabagismo em jovens dos 15 aos 17 anos: estudo SILNE*. Dissertação de Mestrado. Universidade Nova de Lisboa. Lisboa.
- Cristina, A., Alves, J. & Perelman, J. (2016). Desigualdades socioeconómicas no tabagismo em jovens dos 15 aos 17 anos. *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, 34 (1), 69-76. doi: 10.1016/j.rpsp.2015.09.002
- Cummins, R. & Gullone, E. (2000). Why we should not use 5-point Likert scales: The case for subjective quality of life measurement. *Proceedings, Second International*

Conference on Quality of Life in Cities, 74-93. Singapura: National University of Singapore. Retirado de:

<https://www.researchgate.net/file.PostFileLoader.html?id=586e1b0bed99e1fee15524a1&assetKey=AS%3A447110639296516%401483610891715>

da Silveira, E. (2009). Sociologia das emoções: o sentimento como fenómeno resultante de processos sociais. *Revista Sociologia Ciência & Vida*, 23, 18-27. São Paulo.

Damásio, M. (2017), *A Estranha Ordem das Coisas – a vida, os sentimentos e as culturas humanas*. Lisboa: Círculo de Leitores

de Sousa, A. F. (2016). *Manual de Direito Policial: Direito da ordem e segurança públicas*. Vida Economica Editorial. Retirado de

[https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=h7tJDgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA19&dq=de+Sousa,+A.+F.+\(2016\).+Manual+de+Direito+Policial:+Direito+da+ordem+e+seguran%C3%A7a+p%C3%BAblicas.+Vida+Economica+Editorial.&ots=zX7rNXJJwX&sig=9aaOPhPCS_cQ8YBVO3APdoxrYN0&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false](https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=h7tJDgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA19&dq=de+Sousa,+A.+F.+(2016).+Manual+de+Direito+Policial:+Direito+da+ordem+e+seguran%C3%A7a+p%C3%BAblicas.+Vida+Economica+Editorial.&ots=zX7rNXJJwX&sig=9aaOPhPCS_cQ8YBVO3APdoxrYN0&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false)

DeBord, K. A., Fischer, A. R., Bieschke, K. J. & Perez, R. M. (2017). *Handbook of sexual orientation and gender diversity in counseling and psychotherapy* (pp. xiv-468). American Psychological Association.

Defleur, M. L. & Westie, F. R. (1963). Attitude as a scientific concept. *Social Forces*, 42(1), 17–31. <https://doi.org/10.2307/2574941>

Departamento das Nações Unidas de Assuntos Económicos e Sociais (s.d.). Definition of Youth. Retirado de: <https://www.un.org/esa/socdev/documents/youth/fact-sheets/youth-definition.pdf>

Development Services Group, Inc. (2018). *Interactions between Youth and Law Enforcement*. Literature review. Washington, D.C.: Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention. Retirado de: <https://www.ojjdp.gov/mpg/litreviews/Interactions-Youth-Law-Enforcement.pdf>

Diani, M. (1992). The Concept of Social Movement. *The Sociological Review*, 40(1), 1–25. Retirado de: <https://doi.org/10.1111/j.1467-954X.1992.tb02943.x>

- Dowler, K. (2002). Media Influence on Citizen Attitudes Toward Police Effectiveness. *Policing and Society*, 12 (3), 227-238. doi: 10.1080/10439460290032369
- Dunham, R. & Alpert, G. (1988). Neighborhood differences in attitudes toward policing: Evidence for a mixed-strategy model for policing in a multi-ethnic setting. *Journal of Criminal Law and Criminology*, 79, 504-521. doi: 10.2307/1143473
- Durkheim, É. (1894). Les Règles de la Méthode Sociologique. *Revue Philosophique de la France et de l'Étranger*, 37, 465-498. Retirado de <http://www.jstor.org/stable/41075966>
- Durkheim, É. (1898). Représentations individuelles et représentations collectives. *Revue de Métaphysique et de Morale*, 6(3), 273-302. Retirado de Northwestern.edu: <https://jcllc.law.northwestern.edu/>
- Durkheim, É. (2007). *As Regras do Método Sociológico* (3.^a ed.). (P. Neves, Trad.) São Paulo: Martins Fontes (Trabalho original publicado em 1895).
- Eagly, A. H. & Chaiken, S. (1993). *The psychology of attitudes*. Orlando, FL: Harcourt Brace Jovanovich College Publishers.
- Edwards, A. L. (1983). *Techniques of attitude scale construction*. Ardent Media.
- Elias, L. (2018). *Ciências Policiais e Segurança Interna: desafios e prospetiva*. 351-741. Lisboa: ISCPSI.
- Entwislea, D. R. & Astone, N. M. (1994). Some Practical Guidelines for Measuring Youth's Race/Ethnicity and Socioeconomic Status. *Child Development*, 65(6), 1521–1540. doi: 10.1111/j.1467-8624.1994.tb00833.x
- Epley, N. & Waytz, A. (2010). Mind Perception. Em Fiske, S. T., Gilbert, D. T., & Lindzey, G. (5.^a Ed.). *Handbook of Social Psychology*, Volume 1. John Wiley & Sons.
- European Comission. (dezembro de 2019). European Comission: *Public Opinion*. Obtido em 16 de fevereiro de 2021, de <https://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/index.cfm/Chart/getChart/chartType/gridChart/themeKy/18/groupKy/88/savFile/850>

- Factor, R., Castilo, J. & Rattner, A. (2014). Procedural justice, minorities, and religiosity. *Police Practice and Research*, 15(2), 130-142, doi: 10.1080/15614263.2013.874171
- Fagan, J. & Tyler, T. R. (2005). Legal socialization of children and adolescents. *Social justice research*, 18(3), 217-241.
- Farias, S. & Santos, R. (2000). Modelagem de equações estruturais e satisfação do consumidor: uma investigação teórica e prática. *Revista de Administração Contemporânea*, 4(3), 107-132. doi: 10.1590/S1415-65552000000300007
- Farr, Robert (1994) Attitudes, social representations and social attitudes. *Papers on social representations*, 3 (1). pp. 30-33. Retirado de Psr.jku.at: http://www.psr.jku.at/PSR1994/3_1994Farr.pdf
- Fazio, R. H. (2007). Attitudes as object - evaluation associations of varying strength. *Social Cognition*, 25, 603-637. doi: 10.1521/soco.2007.25.5.603
- Ferreira, N. J. (2017). *A Comunicação de Crise: Contributo para a atividade operacional da Polícia*. Lisboa: ISCPSI.
- Festinger, L. (1957). *A theory of cognitive dissonance*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- Fine, A., Padilla, K. & Tom, K. (2020). Police Legitimacy: Identifying Developmental Trends and Whether Youths' Perceptions Can be Changed. *Journal of Experimental Criminology*. doi: 10.1007/s11292-020-09438-7
- Fraser, C. (1994). Attitudes, social representations and widespread beliefs. *Papers on social representations*, 3, 13-25. Retirado de ResearchGate.net: https://www.researchgate.net/publication/289066366_Attitudes_Social_Representations_and_Widespread_Beliefs
- Freire, Teresa & Fonte, Carla (2007). Escala de atitudes face ao lazer em adolescentes e jovens adultos. *Paidéia*, 17(36), 79-87. doi: 10.1590/S0103-863X2007000100008.

- Freitas, D. F., Coimbra, S., Marturano, E. M. & Fontaine, A. M. (2015). Adaptação da Escala de Discriminação Quotidiana para Jovens Portugueses. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 28(4), 708-717. <https://dx.doi.org/10.1590/1678-7153.201528408>
- Frias, J. (2012). *A percepção da actividade policial: Condicionantes da actividade da PSP face ao sentimento de insegurança*. Dissertação de Mestrado. Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna. Lisboa.
- Gabinete de Estudos e Planeamento (2018). Relatório de Atividades. Lisboa, Portugal: Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública. Retirado de: https://www.essp.pt/media/filer_public/2a/e9/2ae9fe53-2bc0-41df-83b1-bbda19ab3f94/normas_de_elaboracao_de_trabalhos_escritos_v2.pdf
- George, D. & Mallery P (2003). *SPSS for Windows step by step: A simple guide and reference (11.0 update)* (4.^a Ed.). Boston: Allyn & Baco. Retirado de <https://wps.ablongman.com/wps/media/objects/385/394732/george4answers.pdf>.
- Giordano, P. (1976). The sense of injustice? An analysis of juveniles' reactions to the justice system. *Criminology*, 14, 93-111.
- Glasman, L. R. & Albarracín, D. (2006). Forming attitudes that predict future behavior: A meta-analysis of the attitude-behavior relation. *Psychological Bulletin*, 132, 778–822.
- Gold, M. & Douvan, E. (1997). *A New Outline of Social Psychology*. American Psychological Association.
- Greenwald, A. G. & Banaji, M. R. (1995). Implicit social cognition: Attitudes, self-esteem, and stereotypes. *Psychological Review*, 102, 4 – 27.
- Hair, J. Anderson, R., Babin, B. & Black, W. (2010). *Multivariate Data Analysis: A Global Perspective* (7.^a Ed.). Londres: Pearson Education.
- Hall, S. (2021). The Fateful Triangle: Race, Ethnicity, Nation (2017). Em *Racism in America* (pp. 130-141). Harvard University Press.

- Hammond, A., Sloboda, Z., Tonkin, P., Stephens, R., Teasdale, B., Grey, S. & William, J. (2008). Do adolescents perceive police officers as credible instructors of substance abuse prevention programs? *Health Education Research*, 23, 682-696.
- Hill, M. & Hill, A. (2012). *Investigação por Questionário* (2.^a Ed.). Lisboa: Edições Sílabo. Retirado de <http://hdl.handle.net/10400.2/8497>.
- Hinds, L. (2009). Youth, police legitimacy and informal contact. *Journal of police and criminal psychology*, 24(1), 10-21.
- Holm, N., Pedersen, L. & Pettersen, E. (2020). Youth, gender, and perceptions of security in Norway. *International Journal of Adolescence and Youth*, 25(1), 421-434. doi: 10.1080/02673843.2019.1669060
- Hunt, S., Alonso, J., Bucquet, D. & McKenna, W. (1991). Cross-cultural adaptation of health measures. *Health Policy*, 19(2), 33-44. Retirado de: [http://dx.doi.org/10.1016/0168-8510\(91\)90072-6](http://dx.doi.org/10.1016/0168-8510(91)90072-6)
- Intravia, J., Thompson, A. & Pickett, J. (2020). Net legitimacy: internet and social media exposure and attitudes toward the police. *Sociological Spectrum*, 40 (1), 58-80. doi: 10.1080/02732173.2020.1720554
- Intravia, J., Wolff, K. & Piquero, A. (2018). Investigating the Effects of Media Consumption on Attitudes Toward Police Legitimacy. *Deviant Behavior*, 39 (8), 963-980. doi: 10.1080/01639625.2017.1343038
- Jackson, J. & Bradford, B. (2019). *Measuring Public Attitudes towards the Police*. doi: 10.13140/RG.2.2.36499.84003
- Jansen, K. J., Corley, K. G. & Jansen, B. J. (2007). *E-Survey Methodology*. Estados Unidos da América: Idea Group Inc. doi: 10.4018/978-1-59140-792-8.ch001
- Jesilow, P., Meyer, J. & Namazzi, N. (1995). Public Attitudes Toward the Police. *American Journal of Police*, XIV (2), 67-88.
- Johnson, M. & Junker, B. (2014). Attitude Scaling. *Wiley Statsref: Statistics Reference Online*, 1-11. doi: 10.1002/9781118445112.stat063797

- Jovchelovitch, S. (2001). *Social representations, public life and social construction*. London: LSE Research Online. Retirado de: <http://eprints.lse.ac.uk/2649>
- Kaplan, A. (1975). *A conduta na pesquisa: Metodologia para as ciências do comportamento* (2 Ed.). São Paulo: E.P.U.
- Kassin, S. M., Fein, S., Markus, H. R., & Brehm, S. S. (2013). Attitudes. In *Social psychology* (9.^a ed). Belmont, Estados Unidos da América: Cengage Learning.
- Kim, H. (2013). Statistical notes for clinical researchers: assessing normal distribution (2) using skewness and kurtosis. *Restorative dentistry & endodontics*, 38(1), 52. doi: 10.5395/rde.2013.38.1.52
- Klem, L. (1995). *Path analysis*. Em L. G. Grimm & P. R. Yarnold (Ed.), Reading and understanding multivariate statistics (p. 65–97). American Psychological Association. Retirado de <https://psycnet.apa.org/record/1995-97110-003>.
- Kraus, S. J. (1995). Attitudes and the prediction of behavior: A meta-analysis of the empirical literature. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 21, 58–75.
- Lane, S. T. M. (2017). *O que é psicologia social*. Brasiliense.
- Lawrence, R., 2000. *The Politics of Force*. CA: University of California Press. Retirado de Google.pt: https://books.google.pt/books?hl=ptPT&lr=&id=C7gwDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PR11&dq=Lawrence,%20AB,+2000.+The+Politics+of+Force&ots=xVJy7qlhGZ&sig=edAykjfWU9H15YzdmNk9URee5xo&redir_esc=y#v=onepage&q=Lawrence%20C%20AB%20202000.%20The%20Politics%20of%20Force&f=false
- Leiber, Michael J., Nalla, M. & Farnworth, M. (1998). Explaining Juveniles' Attitudes toward the Police. *Justice Quarterly*, 15, 151-174. doi: 10.1080/07418829800093671
- Likert, R. (1932). A technique for the measurement of attitudes. *Archives of Psychology*, 140, 1 – 55.
- Lima, L. d., & Nassaro, A. L. (2011). Estratégias de Policiamento Preventivo: "Indiferença Zero". *Uma Boa Experiência de Polícia* (1.^a ed.). São Paulo: Triunfal.

- Lindsay, P. H. & Norman, D. A. (2013). *Human information processing: An introduction to psychology*. Academic press.
- Lleras, C. (2005). Path analysis. *Encyclopedia of social measurement*, 3(1), 25-30. Retirado de researchgate.net.
- Lynn, P. (2013). Issues of Coverage and Sampling in Web Surveys for the General Population: An Overview. *NCRM Web Survey Network Opening Conference*, (p. 7). Londres.
- Maciel, O., Nunes, A. & Claudino, S. (2014). Recurso ao Inquérito por Questionário na Avaliação do Papel das Tecnologias de Informação Geográfica no Ensino de Geografia. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, 153-177. doi: 10.17127/got/2014.6.010
- Maio, G. R. & Olson, J. M. (2000). What is a “value-expressive” attitude. *Why we evaluate: Functions of attitudes*, 249-269.
- Maguire, E. & Johnson, D. (2010). Measuring public perceptions of the police. *Policing: An International Journal of Police Strategies and Management*, 33, 703-730.
- Malczewski, E. (2013). Durkheim’s Sui Generis Reality and the Central Subject Matter of Social Science. Em E. Malczewski, & H. F. Dahms (ed.), *Social Theories of History and Histories of Social Theory (Current Perspectives in Social Theory)*, (Vol. 31, pp. 161-175). Emerald Group Publishing Limited. doi: 10.1108/S0278-1204(2013)0000031004
- Maneesriwongul, W. & Dixon, J. K. (2004). Instrument translation process: a methods review. *Journal of Advanced Nursing*, 48 (2), 175–186. doi: 10.1111/j.1365-2648.2004.03185.x
- Marconi, M. D., & Lakatos, E. M. (2017). *Técnicas de pesquisa: Planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados* (8.^a ed.). São Paulo: Atlas.
- Marôco, J. (2010b). *Análise de Equações estruturais: fundamentos teóricos, software e aplicações*. ReportNumber, Lda. Retirado de <https://books.google.pt/books?hl=pt->

PT&lr=&id=oYK1MG8tc3UC&oi=fnd&pg=PR9&dq=Maroco,+J.+(2010b).+An
%C3%A1lise+de+Equa%C3%A7%C3%B5es+estruturais:+fundamentos+te%C3
%B3ricos,+software+e+aplica%C3%A7%C3%B5es.+Pero+Pinheiro:Report+Nu
mber.&ots=0m_2M10I9D&sig=YWsLTEci8TCtLTwySutSfZ-
5PaM&redir_esc=y#v=onepage&q=Maroco%2C%20J.%20(2010b).%20An%C3
%A1lise%20de%20Equa%C3%A7%C3%B5es%20estruturais%3A%20fundamen
tos%20te%C3%B3ricos%2C%20software%20e%20aplica%C3%A7%C3%B5es.
%20Pero%20Pinheiro%3AReport%20Number.&f=false

Marôco, J. (2018). *Análise Estatística com o SPSS Statistics: 7ª edição*. ReportNumber, Lda. Retirado de [https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=Ki5gDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PP1&dq=Mar%C3%B4co,+J.+\(2018\).+An%C3%A1lise+Estat%C3%ADstica+com+o+SPSS+Statistics.+\(7%C2%AA+Ed.\).+ReportNumber,+Lda.&ots=zNpsqyEbJE&sig=tfnxM96TG9qoBJQgTuEA8MqhccQ&redir_esc=y#v=onepage&q=Mar%C3%B4co%2C%20J.%20\(2018\).%20An%C3%A1lise%20Estat%C3%ADstica%20com%20o%20SPSS%20Statistics.%20\(7%C2%AA%20Ed.\).%20ReportNumber%2C%20Lda.&f=false](https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=Ki5gDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PP1&dq=Mar%C3%B4co,+J.+(2018).+An%C3%A1lise+Estat%C3%ADstica+com+o+SPSS+Statistics.+(7%C2%AA+Ed.).+ReportNumber,+Lda.&ots=zNpsqyEbJE&sig=tfnxM96TG9qoBJQgTuEA8MqhccQ&redir_esc=y#v=onepage&q=Mar%C3%B4co%2C%20J.%20(2018).%20An%C3%A1lise%20Estat%C3%ADstica%20com%20o%20SPSS%20Statistics.%20(7%C2%AA%20Ed.).%20ReportNumber%2C%20Lda.&f=false)

Marôco, J. & Garcia-Marques, T. (2006). Qual a Fiabilidade do Alfa de Cronbach? Questões Antigas e Soluções Modernas? *Laboratório de Psicologia*, 4(1), 65-90. Retirado de <http://publicacoes.ispa.pt/publicacoes/index.php/lp/article/view/763/706>.

Maruyama, G. (1998). *Basics of structural equation modeling*. Sage. Retirado de https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=q9zhGIIYw7kC&oi=fnd&pg=PR11&dq=MARUYAMA,+%C2%AABasics+of+structural+equation+modeling.+1998.&ots=jj-MFnw1i4&sig=lqD9A7TDE6vLaB0efcLaUmuLF0c&redir_esc=y#v=onepage&q=MARUYAMA%2C%20%C2%ABasics%20of%20structural%20equation%20modeling.%201998.&f=false

Mbuba, J. M. (2010). Attitudes Toward the Police: The Significance of Race and Other Factors Among College Students. *Journal of Ethnicity in Criminal Justice*, 8(3), 201–215. doi:10.1080/15377938.2010.502846

- McGuire, W. J. (1968). The nature of attitudes and attitude change. Em G. Lindzey & E. Aronson (Eds.), *The handbook of social psychology* (pp. 136 – 314). Reading, MA: Addison - Wesley.
- McGuire, W. J. (1985). The nature of attitude and attitude change. Em G. Lindzey & E. Aronson (Eds.), *Handbook of social psychology* (pp. 233 – 346). Reading, MA: Addison - Wesley.
- McHugh, M. L. (2013). The chi-square test of independence. *Biochemia medica*, 23(2), 143-149. Retirado de: <https://doi.org/10.11613/BM.2013.018>
- Medeiros, G. (2018). *Continuidade e mudança nas atitudes sociais face à PSP - uma análise exploratória*. Dissertação de Mestrado. Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna. Lisboa.
- Michael, A. & Joanne, R. (2007). Attitudes in social context: A social identity perspective. *European Review of Social Psychology*, 18(1), 89-131. doi: 10.1080/10463280701592070
- Montuschi, E. (2003). *Objects of social science*. A&C Black. Retirado de https://books.google.pt/books?hl=ptPT&lr=&id=V6mvAwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PR5&dq=Objects+of+Social+Science&ots=TbVShESSon&sig=W1-cxK0Cqo0sn8Tdt-n2NFHJvmM&redir_esc=y#v=onepage&q=Objects%20of%20Social%20Science&f=false
- Morgan, M. (2016). Matthen, M. (Ed). The Oxford Handbook of Philosophy of Perception. *Perception*, 45(6), 711–713. Retirado de: <https://doi.org/10.1177/0301006616647532>
- Moscovici, S. (1978). *A Representação Social da Psicanálise*. (Cabral, A., Trad.) Brasil: Rio de Janeiro.
- Moscovici, S. (1979). *El Psicoanálisis, su Imagen y su Público*. (Finetti, N. M., Trad.) Argentina: Hueml.

- Mota, T. (2010). *Qualidade do serviço policial: inquérito de opinião sobre a PSP*. Dissertação de Mestrado. Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna. Lisboa.
- Mueller, C. W. & Parcel, T. L. (1981). *Measures of Socioeconomic Status: Alternatives and Recommendations*. *Child Development*, 52(1), 13. doi: 10.2307/1129211
- Murphy, K. (2015). Does procedural justice matter to youth? Comparing adults' and youths' willingness to collaborate with police. *Policing and Society*, 25(1), 53-76.
- Myers, L. & Sirois, M. J. (2004). Spearman correlation coefficients, differences between. *Encyclopedia of statistical sciences*. doi: 10.1002/0471667196.ess5050
- Nadal, K. L. & Davidoff, K. C. (2015). Perceptions of Police Scale (POPS): Measuring Attitudes towards Law Enforcement and Beliefs about Police Bias. *American Research Institute for Policy Development*, 3(2), 1-9. doi: 10.15640/jpbs.v3n2a1
- Navarro-Carrillo, G., Alonso-Ferres, M., Moya, M., & Valor-Segura, I. (2020). Socioeconomic Status and Psychological Well-Being: Revisiting the Role of Subjective Socioeconomic Status. *Frontiers in Psychology*, 11. doi: 10.3389/fpsyg.2020.01303
- Neto, F. (1998). *Psicologia social*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Nihart, T., Lersch, K., Sellers, C. & Mieczkowski, T. (2005). Kids, Cops, Parents and Teachers: Exploring Juvenile Attitudes Toward Authority Figures. *Western Criminology Review*, 6(1).
- Nunes, C. (2019). *As redes sociais na imagem da marca PSP (Polícia de Segurança Pública)*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa. Instituto Superior de Economia e Gestão.
- Oberwittler, D. & Roché, S. (2017). *Police-Citizen Relations Across the World: Comparing sources and contexts of trust and legitimacy*. Routledge. Retirado de Google.pt:
<https://books.google.pt/books?hl=ptPT&lr=&id=tGYPEAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA73&dq=attitudes+towards+police+france&ots=s7rHpueGdw&sig=iqBRsJS2jd>

YXdVeEhOB4HebsStU&redir_esc=y#v=onepage&q=attitudes%20towards%20police%20france&f=false

- O'Connor, C.D. (2008). Citizen attitudes toward the police in Canada, *Policing: An International Journal*, 31(4), 578-595. <https://doi.org/10.1108/13639510810910571>
- Oliveira, Melina Del'Arco de, & Melo-Silva, Lucy Leal. (2010). Estudantes universitários: a influência das variáveis socio-econômicas e culturais na carreira. *Psicologia Escolar e Educacional*, 14 (1), 23-34. Retirado de: <https://doi.org/10.1590/S1413-85572010000100003>
- Osgood, C. E., Suci, G. J. & Tannenbaum, P. H. (1957). *The measurement of meaning*. Champaign, IL: University of Illinois Press.
- Papachristos, A. V., Meares, T. L. & Fagan, J. (2012). Why do criminals obey the law? The influence of legitimacy and social networks on active gun offenders. *Journal of Criminal Law & Criminology*. 102, 397–440. Retirado de NorthWestern.edu: <https://scholarlycommons.law.northwestern.edu/jclc/vol102/iss2/3>
- Park, A., Brennan, J., Chanfreau, J., Finnegan, J., Griggs, J. & Kiss, Z. (2015). *The effect of Higher Education on graduates' attitudes: Secondary Analysis of the British Social Attitudes Survey*. Department of Business innovation and Skills
- Payne, G. & Payne, J. (2004). Attitude scales. Em Payne, G., & Payne, J. Sage. *Key Concepts in Social Research* (pp. 18-22). London: SAGE Publications, Ltd. doi: 10.4135/9781849209397
- Peck, J. H. (2015). Minority perceptions of the police: A state-of-the-art review. *Policing: an international journal of police strategies & management*. 38 (1), 173-203. Retirado de: <https://doi.org/10.1108/PIJPSM-01-2015-0001>
- Perobelli, F., Oliveira, A. & Novy, L. (1999). Planejamento regional e potenciais de desenvolvimento dos municípios de Minas Gerais na região em torno de Juiz de Fora: uma aplicação da análise fatorial. *Nova Economia*, 9(1), 121-150. Retirado de <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/2194>.

- Pestana, M. & Gageiro, J. (2014). *Análise de dados para ciências sociais - a complementaridade do SPSS* (6.^a Ed.). Lisboa: Edições Sílabo. doi: 10.13140/2.1.2491.7284
- Petty, R. E., & Cacioppo, J. T. (1984). The effects of involvement on responses to argument quantity and quality: Central and peripheral routes to persuasion. *Journal of Personality and Social Psychology*, 46(1), 69–81. Retirado de: <https://doi.org/10.1037/0022-3514.46.1.69>
- Petty, R. E., Wegener, D. T., & Fabrigar, L. R. (1997). Attitudes and attitude change. *Annual Review of Psychology*, 48, 609 – 647.
- Petty, R. & Wegener, D. (1998). Attitude change: Multiple roles for persuasion variables. Em Gilbert, D., Fiske, S. & Lindzey, G. *The handbook of social psychology* (pp. 323-390) McGraw-HillEditors. Retirado de ResearchGate.net: https://www.researchgate.net/publication/260673115_Attitude_change_Multiple_roles_for_persuasion_variables
- Poiares, N. (2018). *As profissões (para) jurídicas em Portugal: Requisitos, mandados e convergências*. Porto: Fronteira do Caos.
- PSP (s.d.). *Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade*. Retirado a 21 de fevereiro de 2021 de <https://www.psp.pt/Pages/atividades/MIPP.aspx?lang=pt>
- Ouarasse, O. A. & van de Vijver, F. J. (2005). The role of demographic variables and acculturation attitudes in predicting sociocultural and psychological adaptation in Moroccans in the Netherlands. *International Journal of Intercultural Relations*, 29(3), 251-272. Retirado de: <https://doi.org/10.1016/j.ijintrel.2005.06.005>
- Quinta, M. (2016). *Antecedentes da intenção de praticar Voluntariado Jovem: um estudo empírico em Portugal*. Dissertação de Mestrado. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto. Instituto Politécnico do Porto, Porto.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. V. (1995). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (Marques, J., Mendes, M., Carvalho, M., Trad.). Portugal: Gradiva.

- Quivy, R. & Campenhoudt, L. V. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (5.^a ed.). Portugal: Gradiva.
- Rao, S. (2004). Faculty attitudes and students with disabilities in higher education: A literature review. *College Student Journal*, 28, 191–198. Retirado de Gale.Com: <https://go.gale.com/ps/anonymous?id=GALE%7CA119741925&sid=googleScholar&v=2.1&it=r&linkaccess=abs&issn=01463934&p=AONE&sw=w>
- Raposo, J. (2006). *Direito policial, Introdução. Noções Fundamentais, a Polícia em sentido institucional*. Coimbra, Almedina.
- Reisig, M. & Andrew L. Giacomazzi. (1998). Citizen Perceptions of Community Policing: Are Attitudes toward Police Important? *Policing: An International Journal of Police Strategies and Management*, 21(3), 547-561. doi: 10.1108/13639519810228822
- Reisig, M. & Cancino, J. (2004). Incivilities in nonmetropolitan communities: The effects of structural constraints, social conditions, and crime. *Journal of Criminal Justice*, 32(1), 15-29.
- Reisig, M. D., & Parks, R. B. (2000). Experience, Quality of Life, and Neighborhood Context: A Hierarchical Analysis of Satisfaction with Police. Em *Justice Quarterly* (Vol. 17, pp. 607-630). Academy of Criminal Justice Sciences. doi: 10.1080/07418820000094681
- Ren, L., Cao, L., Lovrich, N. & Gaffney, M. (2005). Linking confidence in the police with the performance of the police: Community policing can make a difference. *Journal of Criminal Justice*, 33, 55-66. doi: 10.1016/j.jcrimjus.2004.10.003
- Reynolds, J. J., Estrada-Reynolds, V., & Nunez, N. (2018). Development and validation of the Attitudes Towards Police Legitimacy Scale. *Law and Human Behavior*, 42(2), 119–134. <https://doi.org/10.1037/lhb0000281>
- Rodrigues, A., Assmar, E. M., & Jablonski, B. (2009). Atitudes: Conceito e Formação. Em *Psicologia Social* (27.^a ed., pp. 81-112). Petrópolis: Vozes.

- Rohde, I., & Rohde, K. (2011). Risk attitudes in a social context. *Journal of Risk and Uncertainty*, 43, 205–225. Retirado de: <https://doi.org/10.1007/s11166-011-9127-z>
- Roles, R., Moak, S. C. & ten Bensele, T. (2016). Perceptions of police among Hispanic immigrants of Mexican origin in the southeast United States. *American Journal of Criminal Justice*, 41(2), 202-219. <https://doi.org/10.1007/s12103-015-9299-1>
- Rosenbaum, D. P., Schuck, A. M., Costello, S. K., Hawkins, D. F. & Ring, M. K. (2005). Attitudes Toward the Police: The Effects of Direct and Vicarious Experience. *Police Quarterly*, 8(3), 343–365. Retirado de <https://doi.org/10.1177/1098611104271085>
- Rosenberg, M. J. & Hovland, C. I. (1960). Cognitive, affective and behavioral components of attitudes. In M. J. Rosenberg (Ed.), *Attitude organization and change* (pp. 1-14). New Haven, CT: Yale University Press.
- Sammur, G. (2015). Attitudes, Social Representations and Points of View. Em G. Sammur, E. Andreouli, G. Gaskell, J. Valsiner (Ed.). *The Cambridge Handbook of Social Representations* (pp. 96-112). Cambridge University Press. doi: 10.1017/CBO9781107323650.010
- Santo, P. (2010). *Introdução à Metodologia das Ciências Sociais*. Lisboa: Sílabo.
- Sarmiento, M. (2013). *Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses*. Lisboa: Universidade Lusíada.
- Schafer, J. A., Huebner, B. M. & Bynum, T. S. (2003). Citizen Perceptions of Police Services: Race, Neighborhood Context, and Community Policing. *Police Quarterly*, 6(4), 440–468. doi: 10.1177/1098611102250459
- Schuck, A. M., Rosenbaum, D. P. & Hawkins, D. F. (2008). The Influence of Race/Ethnicity, Social Class, and Neighborhood Context on Residents' Attitudes Toward the Police. *Police Quarterly*, 11, 496-519. doi: 10.1177/1098611108318115
- Schwartz, S. & Bilsky, W. (1987). Toward a Universal Structure of Human Values. *Journal of Personality and Social Psychology*, 53, 550-562.

- Schwarz, N. & Bohner, G. (2001). The construction of attitudes. Em A. Tesser & N. Schwarz (Eds.), *Blackwell handbook of social psychology* (pp. 436 – 457). Oxford: Blackwell.
- Sergeant, H. (2008). *The Public and the Police*. Londres: Civitas.
- Silva, N., Ferreira, W., Cirillo, M. & Scalón, J. (2014). O uso da análise fatorial na descrição e identificação dos perfis característicos de municípios de Minas Gerais. *Revista Brasileira de Biometria*, 32(2), 201-215. Retirado de http://jaguar.fcav.unesp.br/RME/fasciculos/v32/v32_n2/A3_Naje_Wederson.pdf
- Silveira, P. G. & Wagner, A. (2006). Ninho cheio: a permanência do adulto jovem em sua família de origem. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 23(4), 441-453. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2006000400012>
- Sindall, K., McCarthy, D. J., & Brunton-Smith, I. (2016). Young people and the formation of attitudes towards the police. *European Journal of Criminology*, 14(3), 344–364. doi:10.1177/1477370816661739
- Smith, E. & DeCoster, J. (2000). Dual - process models in social and cognitive psychology: Conceptual integration and links to underlying memory systems. *Personality and Social Psychology Review*, 4, 108 – 131.
- Smith, E. & Hawkins, R. O. (1973). Victimization, Types of Citizen-Police Contacts, and Attitudes toward the Police. *Law & Society Review*, 8(1), 135. doi:10.2307/3052811
- Smith, E. & Semin, G. R. (2004). Socially situated cognition: Cognition in its social context. Em M. P. Zanna (Ed.), *Advances in experimental social psychology* (pp. 53 – 117). San Diego, CA: Elsevier Academic Press.
- Stalans, L. (2007). Community Attitudes toward the Police. Em J. R. Greene (Ed.), *The Encyclopedia of Police Science* (3ª ed., Vol. 1, pp. 192-195). Estados Unidos da América: Routledge.
- Stoudt, B.G., Fine, M., & Fox, M. (2012). Growing up policed in the age of aggressive policing policies. *New York Law School Review*, 56, 1331-1370.

- Taylor, Terrance J., Turner, K., Esbensen, F. & Winfree, Jr. (2001). Coppin' an Attitude: Attitudinal Differences among Juveniles toward Police. *Journal of Criminal Justice*, 29, 295- 305. doi: 10.1016/S0047-2352(01)00089-7
- Thurstone, L. L. (1928a). Attitudes can be measured. *American Journal of Sociology*, 33, 529 – 554.
- Thurstone, L. L. (1928b). Scale construction with weighted observations. *Journal of Educational Psychology*, 19, 441 – 453.
- Trinkner, R. & Tyler, T. R. (2016). Legal socialization: Coercion versus consent in an era of mistrust. *Annual Review of Law and Social Science*, 12, 417-439.
- Tyler, T. (2001). Public trust and confidence in legal authorities: What do majority and minority group members want from the law and legal authorities? *Behavioral Sciences & the Law*, 19, 215-235.
- Vala, J. (1996). Representações sociais: para uma psicologia social do pensamento social. Em J. Vala, & M. B. Monteiro, *Psicologia Social* (9.^a ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Vala, J. (1997). Representações Sociais e Percepções Intergrupais. *Análise Social*, XXXII (140), 7-29.
- Vala, J. & Castro, P. (2013). Pensamento Social e Representações Sociais. Em J. Vala, & M. B. Monteiro, *Psicologia Social* (9.^a ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- van de Vijver, F. & Hambleton, R. (1996). Translating tests: Some practical guidelines. *European Psychologist*, 1(2), 89–99. Retirado de: <https://doi.org/10.1027/1016-9040.1.2.89>
- Vinuto, J. (2014). A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, 22(44). Retirado de: <https://doi.org/10.20396/tematicas.v22i44.10977>

- Visser, P. S. (2010). Attitudes. Em Weiner I. B. & Craighead, W. E. *The Corsini encyclopedia of psychology*, 1(4), 182–184. Vol. Nova Iorque: Wiley. Retirado de: <https://doi.org/10.1002/9780470479216.corpsy0097>
- Visser, P. S. & Mirabile, R. R. (2004). Attitudes in the Social Context: The Impact of Social Network Composition on Individual-Level Attitude Strength. *Journal of Personality and Social Psychology*, 87(6), 779-795. Retirado de: <https://doi.org/10.1037/0022-3514.87.6.779>
- Walters, G. D. (2019). Predicting early adolescent offending with criminal victimization and delinquent peer associations by way of negative attitudes toward the police. *Law and Human Behavior*, 43(6), 517–526. <https://doi.org/10.1037/lhb0000341>
- Wardle, J., & Steptoe, A. (2003). Socioeconomic differences in attitudes and beliefs about healthy lifestyles. *Journal of Epidemiology & Community Health*, 57(6), 440-443. Retirado de: <http://dx.doi.org/10.1136/jech.57.6.440>
- Webb, V. (2007). Attitudes Toward the Police: Overview. Em J. R. Greene (Ed.), *The Encyclopedia of Police Science* (3ª ed., Vol. 1, pp. 73-79). Estados Unidos da América: Routledge.
- Webb, V. & Marshall, C. (1995). The relative importance of race and ethnicity on citizen attitudes toward the police. *American Journal of Police*, 14, 45-66. doi: 10.1108/07358549510102749
- Wiley, S. A., & Esbensen, F.-A. (2016). The Effect of Police Contact: Does Official Intervention Result in Deviance Amplification? *Crime & Delinquency*, 62(3), 283-307. doi: 10.1177/0011128713492496
- Wood, J. K. & Fabrigar, L. R., (2015). *Attitudes*. doi: 10.1093/OBO/9780199828340-0074
- Wu, Y., Lake, R., & Cao, L. (2013). Race, Social Bonds, and Juvenile Attitudes toward the Police. *Justice Quarterly*, 32(3), 445–470. doi: 10.1080/07418825.2013.778325

- Wu, Y., Sun, I. Y., & Smith, B. W. (2011). Race, immigration, and policing: Chinese immigrants' satisfaction with police. *Justice Quarterly*, 28(5), 745-774. Retirado de: <https://doi.org/10.1080/07418825.2010.535009>
- Wu, Y., Sun, I. Y. & Triplett, R. A. (2009). Race, Class or Neighborhood Context: Which Matters More in Measuring Satisfaction with Police? *Justice Quarterly*, 26, 125-156. doi: 10.1080/07418820802119950
- Zahn, R., Moll, J., Krueger, F., Huey, E. D., Garrido, G. & Grafman, J. (2007). Social concepts are represented in the superior anterior temporal cortex. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 104 (15), 6430-6435. doi: 10.1073/pnas.0607061104
- Zaller, J. R., & Feldman, S. (1992). A simple theory of the survey response. *American Journal of Political Science*, 36, 579 – 616.
- Zanella, L. C. (2011). *Metodologia de Pesquisa* (2.^a ed.). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.
- Zanna, M. P., & Rempel, J. K. (1988). Attitudes: A new look to an old concept. Em Bar-Tal, D. & Kruglanski, A. W. (Eds.), *Social psychology of knowledge* (pp. 315-334). New York: Cambridge University Press.

Legislação

- Acórdão n.º RP201305222289/12.3TAVNG.P1, do Processo n.º 2289/12.3TAVNG.P1 do Tribunal da Relação do Porto de 22-05-2013. Acedido a 5 de outubro de 2020. Disponível em www.dre.pt.
- Decreto de Aprovação da Constituição. Diário da República: I série. N.º 86 (1976). Constituição da República Portuguesa. Lisboa: da Assembleia Constituinte. Acedido a 5 de outubro de 2020. Disponível em www.dre.pt.
- Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de março. Diário da República, I-A Série. N.º 63 (1995). Código Penal. Lisboa: Ministério da Justiça. Acedido a 5 de outubro de 2020. Disponível em www.dre.pt.

Decreto-Lei n.º 243/2015, de 19 de outubro. Diário da República, I série. N.º 204 (2015).
Estatuto profissional do pessoal com funções policiais da Polícia de Segurança Pública. Lisboa: XIX Governo Constitucional. Acedido a 5 de outubro de 2020.
Disponível em www.dre.pt.

Decreto-Lei n.º 401/82, de 23 de setembro. Diário da República, I série. N.º 221 (1982),
1º Suplemento. Regime Penal Aplicável a Jovens Delinquentes. Lisboa: Ministério da Justiça. Acedido a 5 de outubro de 2020. Disponível em www.dre.pt.

Decreto-Lei n.º 406/74 de 29 de agosto. Diário do Governo, 1º Suplemento, I Série. N.º 201 (1974). Lisboa: Ministérios da Administração Interna e da Justiça. Acedido a 5 de outubro de 2020. Disponível em www.dre.pt.

Lei n.º 30/2000 de 29 de novembro. Diário da República, I-A Série. N.º 276 (2000).
Lisboa: Assembleia da República. Acedido a 5 de outubro de 2020. Disponível em www.dre.pt.

Lei n.º 46/86 de 14 de outubro. Diário da República n.º 237/1986, I Série de 1986-10-14.
Lei de Bases do Sistema Educativo. Lisboa: Assembleia da República. Acedido a 5 de outubro de 2020. Disponível em www.dre.pt.

Lei n.º 61/2013, de 23 de agosto. Diário da República, I Série. N.º 162 (2013). Lisboa:
Assembleia da República. Acedido a 5 de outubro de 2020. Disponível em www.dre.pt.

Lei n.º 72/2013, 3 de setembro. Diário da República, I Série. N.º 169 (2013). Código da
Estrada. Lisboa: Assembleia da República. Acedido a 5 de outubro de 2020.
Disponível em www.dre.pt.

Lei n.º 147/99, de 01 de setembro. Diário da República, I-A série. N.º (1999). Lei de
Proteção de Crianças e Jovens em Perigo. Lisboa: Assembleia da República.
Acedido a 2 de fevereiro de 2021. Disponível em www.dre.pt.

Lei n.º 166/99, de 14 de setembro. Diário da República, I-A série. N.º 215 (1999). Lei
Tutelar Educativa. Lisboa: Assembleia da República. Acedido a 5 de outubro de
2020. Disponível em www.dre.pt.

Anexos e Apêndices

Apêndices

Apêndice A: Estrutura dos dados questionados.

Tabela 3

Modelo de investigação.

Dimensões	Variáveis	Questões	Indicadores
Controlo da Amostra	Idade	Q1	Distribuição por apto ou não apto
	Diferenciação entre PSP e GNR	Q2	Distribuição por apto ou não apto
Interações diretas com os polícias da PSP	Contactos involuntários	Q3	Distribuição por existência de interação direta involuntária com polícias nos últimos anos
	Satisfação com os contactos involuntários	Q4	Distribuição da satisfação das interações iniciadas pelo polícia
	Contacto voluntários	Q5	Distribuição por existência de interação direta voluntária com polícias nos últimos anos
	Satisfação com os contactos voluntários	Q6	Distribuição da satisfação das interações iniciadas pelo cidadão

Motivos específicos de contacto	Contacto por vitimação prévia	Q7	Distribuição por vitimização
	Contacto por suspeita de envolvimento em crimes		Distribuição por suspeita de envolvimento em crimes
	Contacto por suspeita de envolvimento em incivilidades		Distribuição por suspeita de envolvimento em incivilidades
	Contacto por ter sido abordado ou identificado		Distribuição por ter sido abordado/identificad o
Interações indiretas com os polícias da PSP	Fontes de informação indireta sobre a PSP	Q8	Distribuição por tipo de interação indireta mais frequente
	Satisfação as interações indiretas	Q9	Distribuição da satisfação das interações indiretas
Atitudes relativamente aos polícias da PSP	Atitudes gerais relativamente aos polícias	Q10	Média das atitudes relativamente aos polícias da PSP
	Perceções sobre a imparcialidade dos polícias		Média da perceção da imparcialidade da atuação dos polícias da PSP
	Disponibilidad e em cooperar com os polícias		Média da disponibilidade em

			cooperar ou ajudar os polícias
Caracterizaçã o Sociodemográfica	Sexo	Q11	Distribuição por sexo
	Pertença a grupo social minoritário	Q12	Distribuição por pertença a grupo social minoritário
		Q13	Distribuição por grupo social minoritário
	SES	Q14	Distribuição por estatuto social subjeto familiar
		Q15	Distribuição por estatuto social subjeto individual
		Q16	Distribuição por nível de escolaridade individual
		Q17	Distribuição por nível de escolaridade dos pais
	Contexto de bairro ou vizinhança	Q18	Distribuição por qualidade de vida na vizinhança
		Q19	Distribuição por segurança na vizinhança
		Q20	Distribuição por relação das pessoas da

			vizinhança com os polícias da PSP
		Q21	Distribuição por colaboração da vizinhança com os polícias da PSP

Apêndice B: Autorização para o uso da *Perceptions of Police Scale*.

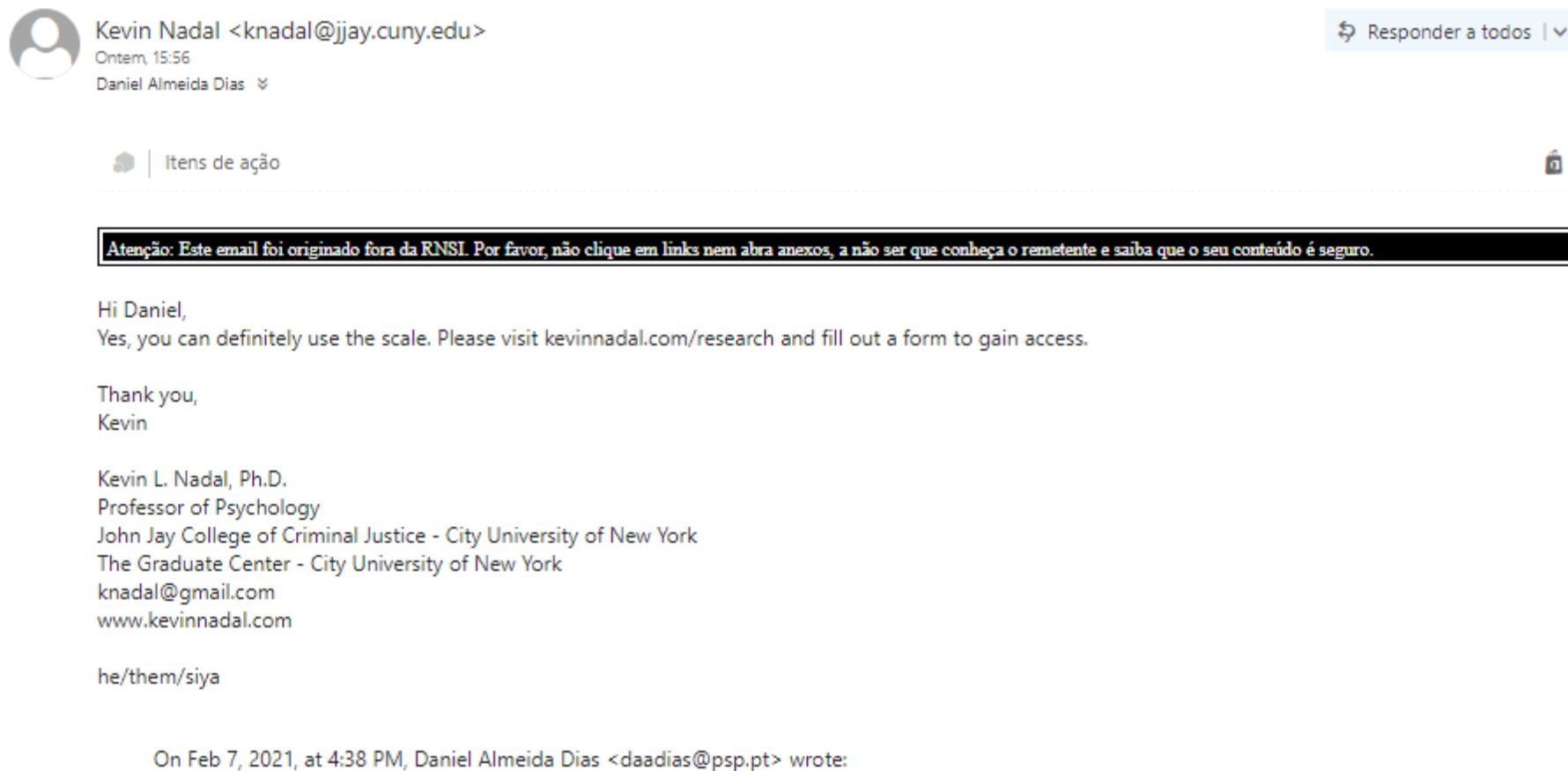


Figura 2. Autorização do uso da *Perceptions of Police Scale* (Nadal & Davidoff, 2015).

Apêndice C: Tradução e apreciação da tradução da *Perceptions of Police Scale*.

Regarding the 1-5 scoring, I prefer "Neutro", but you could also say "Não concordo nem discordo".
Your translations are all correct, but following are my preferences:

Pontuação de 1 a 5:

1 - "Concordo totalmente" 2- "Concordo" 3 - "Não concordo nem discordo" 4 - "Discordo" 5 - "Discordo Totalmente"

1. ____ Os polícias são amigáveis.
2. ____ Os polícias protegem-me.
3. ____ Os polícias tratam todas as pessoas de forma justa.
4. ____ Eu gosto da polícia.
5. ____ Os polícias são boas pessoas.
6. ____ Os polícias não discriminam.
7. ____ Os polícias oferecem segurança.
8. ____ Os polícias são prestáveis.
9. ____ Os polícias são confiáveis.
10. ____ Posso contar com a polícia.
11. ____ Os polícias são imparciais.
12. ____ Os polícias importam-se com a minha comunidade.

*Figura 3. Tradução da *Perceptions of Police Scale*.*

Pontuação de 1 a 5:

1 - "Concordo totalmente" 2- "Concordo" 3 - "Não concordo nem discordo" 4 - "Discordo" 5 - "Discordo Totalmente"

1. ____ Os polícias são ~~amigáveis~~. **amáveis**. (*Amigável* normalmente não se aplica a pessoas mas a coisas que as pessoas fazem - conversas, jogos, sorrisos,... "Friendly" não é uma palavra fácil de traduzir, depende muito do contexto, mas a atendendo ao objetivo deste escala (avaliar a perceção que as pessoas têm da polícia), penso que amável será a melhor opção.
2. ____ Os polícias protegem-me.
3. ____ Os polícias tratam todas as pessoas de forma justa.
4. ____ Eu gosto da polícia.
5. ____ Os polícias são boas pessoas.
6. ____ Os polícias não discriminam **ninguém**.
7. ____ Os polícias ~~oferecem~~ **proporcionam** segurança.
8. ____ Os polícias são **prestáveis**.
9. ____ Os polícias são ~~confiáveis~~ **—pessoas em quem posso confiar**.
10. ____ Posso contar com a polícia. **Os polícias são pessoas com quem posso contar**. (*só para manter a estrutura das frases anteriores*)
11. ____ Os polícias são imparciais.
12. ____ Os polícias importam-se com a minha comunidade.

Figura 4. Apreciação e verificação da tradução da Perceptions of Police Scale.

Apêndice D: Autorização para o uso da *Escala de Discriminação Quotidiana*.

Escala de Discriminação Quotidiana para Dissertação de Mestrado.



Daniela Freitas <daniela.ffreitas@gmail.com>

Ontem, 10:20

Daniel Almeida Dias; susana@fpce.up.pt

Responder a todos

Atenção: Este email foi originado fora da RNSI. Por favor, não clique em links nem abra anexos, a não ser que conheça o remetente e saiba que o seu conteúdo é seguro.

Exmo Daniel,

Penso que com os documento que envei em anexo poderá aferir, juntamente com as pessoas que orientam o trabalho, se a escala é apropriada ao objectivo do estudo. Da minha parte, está à vontade para usar o instrumento.

Os melhores cumprimentos,

Daniela

Figura 5. Autorização para o uso da Escala de Discriminação Quotidiana adaptada para jovens portugueses (Freitas et al., 2015).

Apêndice E: Autorização para o uso do instrumento de medição do ESES e nível de escolaridade.

DECLARAÇÃO

Eu, Andreia Sofia Cristina, CC 13266496, venho por este meio autorizar Daniel Almeida Dias, a utilizar as variáveis Posição Social Subjetiva e Nível de escolaridade do pai/mãe, da tese “Desigualdades Socioeconómicas no tabagismo em jovens dos 15 aos 17 anos – Estudo SILNE”, por mim elaborada com a orientação do Professor Doutor Julian Perelman e Co- Orientação da Professora Doutora Joana Alves.

Assinado por : **ANDREIA SOFIA CRISTINA**
Num. de Identificação: BI13266496
Data: 2021.02.15 15:55:26+00'00'



Figura 6. Autorização para o uso do instrumento relativo à Posição Social Subjetiva e ao nível de escolaridade do pai ou mãe (Cristina, 2014).

Apêndice F: Autorização para o uso da escala de Jackson e Bradford (2019).

Attitude Scale for Master's Dissertation.



Jackson,JP <J.P.Jackson@lse.ac.uk>

Hoje, 16:49

Daniel Almeida Dias

Resp

Atenção: Este email foi originado fora da RNSI. Por favor, não clique em links nem abra anexos, a não ser que conheça o remetente e saiba que o seu conteúdo é seguro.

Go for it Daniel!

Jon

...



Daniel Almeida Dias

Your Excellency, Professor Jonathan Jackson, I am a student cadet at the Higher Institute of Police Sciences and Internal Security (Instituto Superior de Ciências Policiais e Segura.

Figura 7. Autorização para o uso da escala de atitudes criada por Jackson e Bradford (2019).

Apêndice G: Questionário aplicado.

Atitudes dos Jovens relativamente à Polícia de Segurança Pública (PSP)

UMA ANÁLISE DAS ATITUDES E PERCEÇÕES SOBRE OS POLÍCIAS E A SUA ATUAÇÃO

Este questionário é exclusivamente dirigido a pessoas entre os 18 e os 25 anos de idade.
Se tem menos de 18 anos ou mais de 25, por favor não preencha. Obrigado.

***Obrigatório**

Questionário inserido no âmbito da Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências
Policiais e Segurança Interna | ISCPSI 2021



1. Declaração de consentimento. *

Este questionário insere-se numa Dissertação de Mestrado e tem como objetivo conhecer as atitudes e perceções de jovens relativamente aos polícias da Polícia de Segurança Pública (PSP). As respostas dadas serão recolhidas e tratadas de forma automática e anónima. Nenhuma questão solicita nome, morada ou qualquer outro elemento que permita identificar quem responde. Quando submeter as suas respostas, no final do questionário, estará a dar o seu consentimento para o tratamento dos dados recolhidos nos termos descritos e ainda de acordo com os Termos de Privacidade da Google LLC. Muito obrigado pela sua colaboração.

Marcar tudo o que for aplicável.

☐ Declaro que consinto.

Figura 8. Questionário aplicado 1/10.

2. 1. Qual é a sua idade? *

Marcar apenas uma oval.

☐ 18

☐ 19

☐ 20

☐ 21

☐ 22

☐ 23

☐ 24

☐ 25

☐ Outro. *Avançar para a secção 14 (Obrigado pela sua colaboração!)*

Questionário relativo aos profissionais da PSP e não relativo aos profissionais da GNR.

3. 2. Consegue distinguir entre um profissional da Polícia de Segurança Pública (PSP) e um profissional da Guarda Nacional Republicana (GNR)? (por exemplo, através da farda ou da área em que trabalham, visto que este questionário diz exclusivamente respeito à PSP) *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não *Avançar para a secção 14 (Obrigado pela sua colaboração!)*

Figura 9. Questionário aplicado 2/10.

4. 3. Nos últimos anos, foi contactado ou abordado por um polícia da PSP? (apenas as situações em que um polícia se dirigiu a si) *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim Avançar para a pergunta 5
☐ Não Avançar para a pergunta 6

[https://docs.google.com/forms/d/1eBDBQNhJbJFDMGfIAUGCuDFJvGLP81oE9LZq\\$bnZqXA/edit](https://docs.google.com/forms/d/1eBDBQNhJbJFDMGfIAUGCuDFJvGLP81oE9LZq$bnZqXA/edit)

2/9

08/03/2021

Atitudes dos Jovens relativamente à Polícia de Segurança Pública (PSP)

5. 4. Se respondeu que sim, indique por favor qual o seu grau de satisfação com esse(s) contacto(s): *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Não fiquei nada satisfeita(o)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Fiquei totalmente satisfeita(o)

Figura 10. Questionário aplicado 3/10.

6. 5. Nos últimos anos, teve a iniciativa de abordar ou contactar um polícia da PSP?
(apenas as situações em que você se dirigiu a um polícia) *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim Avançar para a pergunta 7

☐ Não Avançar para a pergunta 8

7. 6. Se respondeu que sim, indique por favor qual o seu grau de satisfação com esse(s) contacto(s): *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Não fiquei nada satisfeita(o)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Fiquei totalmente satisfeita(o)

8. 7. Das seguintes situações, selecione aquelas que o(a) levaram a interagir com os polícias: (selecione nenhuma, uma ou mais opções)

Marcar tudo o que for aplicável.

☐ Porque fui vítima de um crime

☐ Porque fui considerado suspeito(a) de ter cometido um crime

☐ Porque fui considerado suspeito(a) de ter cometido uma incivilidade (consumir drogas, fazer grafites ilegais, participar em manifestações ilegais, etc.)

☐ Porque fui abordado(a) e/ou identificado(a) pelo(s) polícia(s)

Figura 11. Questionário aplicado 4/10.

9. 8. Indique de quais das seguintes opções costuma, mais frequentemente, obter conhecimento da atuação dos polícias da PSP? (selecione a opção mais frequente) *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Redes sociais ou internet
- ☐ Órgãos de comunicação social (televisão, rádio, jornais, etc.)
- ☐ Por parte de outra(s) pessoa(s)
- ☐ Não costumo estar atento a informações sobre a polícia
Avançar para a pergunta 11
- ☐ Outra: _____

10. 9. Qual o seu grau de satisfação com a(s) atuação(ões) da PSP que observou por meio digital ou que teve conhecimento por parte de outra(s) pessoa(s)? *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada satisfeito	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Totalmente satisfeito

Figura 12. Questionário aplicado 5/10.

11. 10. Assinale o seu grau de concordância ou discordância com as seguintes afirmações, apenas relativas aos polícias da PSP. *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
Os polícias são simpáticos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os polícias protegem-me	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os polícias tratam todas as pessoas de forma justa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Gosto dos polícias	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os polícias são boas pessoas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os polícias não discriminam ninguém	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os polícias proporcionam segurança	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os polícias são prestáveis	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os polícias são pessoas em quem posso confiar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os polícias são pessoas com quem posso contar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os polícias são imparciais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os polícias importam-se com pessoas como eu	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Considero estar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Figura 13. Questionário aplicado 6/10.

disponível para
ajudar ou colaborar
com os polícias

Faltam apenas 10 questões!

12. 11. Qual é o seu sexo?

Marcar apenas uma oval.

☐ Masculino

☐ Feminino

13. 12. Considera-se ou é considerada(o) como fazendo parte de uma minoria em Portugal (em termos de origem étnico-racial, religião, orientação sexual, por ser imigrante, etc.)? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não *Avançar para a pergunta 15*

☐ Não sei *Avançar para a pergunta 15*

14. 13. Se respondeu sim, indique a que tipo(s) de minoria(s) considera pertencer: (selecione uma ou mais opções) *

Marcar tudo o que for aplicável.

☐ Étnico-racial

☐ Sexual

☐ Imigrante

☐ Religiosa

Outra: ☐ _____

Figura 14. Questionário aplicado 7/10.

15. 14. Imaginando uma escala social de 1 a 10, em que o 1 significa menos dinheiro, menos acesso à educação e empregos menos prestigiados, e o 10 significa a situação oposta, selecione a posição em que considera que o seu AGREGADO FAMILIAR se situa. *

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

16. 15. Relativamente a SI PRÓPRIO, imaginando uma escala social de 1 a 10, em que o 1 significa menos dinheiro, menos acesso à educação e empregos menos prestigiados, e o 10 significa a situação oposta, selecione a posição que considera ser a sua. *

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

17. 16. Qual o seu nível de escolaridade? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Terminou a escola primária (4.º ano) ou nível inferior
- ☐ Escola secundária incompleta
- ☐ Completou a escola secundária (12.º ano)
- ☐ Ensino universitário incompleto
- ☐ Completou o ensino universitário
- ☐ Não sei

Figura 15. Questionário aplicado 8/10.

18. 17. Qual o maior nível de escolaridade que os seus pais atingiram? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Terminou a escola primária (4.º ano) ou nível inferior
- ☐ Escola secundária incompleta
- ☐ Completou a escola secundária (12.º ano)
- ☐ Ensino universitário incompleto
- ☐ Completou o ensino universitário
- ☐ Não sei

Últimas questões!

19. 18. Atribua uma posição, de 1 (muito mau) a 10 (muito bom) à qualidade de vida do seu bairro ou vizinhança. *

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

20. 19. Atribua uma posição, de 1 (muito mau) a 10 (muito bom) à segurança no seu bairro ou vizinhança. *

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Figura 16. Questionário aplicado 9/10.

21. 20. Atribua uma posição, de 1 (muito mau) a 10 (muito bom) à relação dos polícias com as pessoas do seu bairro ou vizinhança. *

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

22. 21. Atribua uma posição, de 1 (muito mau) a 10 (muito bom) à disponibilidade de cooperação das pessoas do seu bairro ou vizinhança para com os polícias. *

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Obrigado
pela sua
colaboração!

Não se esqueça de submeter as suas respostas. Se tiver interesse em conhecer os principais resultados deste estudo envie uma mensagem para:
danieldalmeida@outlook.pt

Figura 17. Questionário aplicado 10/10.

Apêndice H: Colaboração dos estabelecimentos de ensino na divulgação do questionário.

Colaboração no âmbito da Dissertação de Mestrado



Daniel Almeida Dias

Ontem, 23:25

secretaria@epge.edu.pt

Responder a todos



Declaração Daniel Dias....

163 KB

Transferir

Exmos. Srs. da Escola Profissional Gil Eanes de Portimão

Eu, Daniel Almeida Dias, Aspirante a Oficial de Polícia da Polícia da Segurança Pública, a frequentar o 5.º ano do 33.º Curso de Formação de Oficiais de Polícia que engloba o Mestrado Integrado em Ciências Polícias e Segurança Interna, no Instituto Superior de Ciências Polícias e Segurança Interna (ISCPSI), venho, por este meio, solicitar a vossa colaboração no âmbito da Dissertação de Mestrado subordinada ao tema "Atitudes de jovens relativamente à Polícia de Segurança Pública". Esta investigação procura perceber quais são, e o que influencia as perceções que os jovens de 18 a 25 anos têm dos polícias da PSP, o que permitirá à PSP delinear estratégias para desempenhar um melhor trabalho ao servir este grupo da sociedade portuguesa.

Assim, solicito o reencaminhamento do link do questionário para todos os estudantes, no sentido de recolher a maior quantidade de dados possível. A colaboração dos jovens é fulcral para a conclusão deste estudo. O questionário tem 21 questões e demora, em média, 5 minutos.

Link: https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdTiHU7w1O3BJp7evWHT5LkX3LSRjvhU1dxFsb-V0dkezSQnA/viewform?usp=sf_link

Muito obrigado.

Melhores cumprimentos,
Aspirante a Oficial de Polícia Daniel Almeida Dias
M/157247



Figura 18. E-mail modelo enviado aos estabelecimentos de ensino.



Figura 19. Colaboração por parte da Escola Profissional de Valongo.



Teresa Isabel Fanado Bernardino <teresa.bernardino@cenfim.pt>

qui 04-03, 11:25

Daniel Almeida Dias; Ana Margarida Coelho Ferreira <ana.ferreira@cenfim.pt> ✉

Atenção: Este email foi originado fora da RNSI. Por favor, não clique em links nem abra anexos, a não ser que conheça o remetente e saiba que o seu conteúdo é seguro.

Bom dia, Daniel Dias.

O CENFIM de Oliveira de Azeméis irá colaborar no seu projeto, fazendo chegar o inquérito a todos os jovens que se encontram em formação neste Núcleo. Continuação de bom trabalho e muito sucesso.

Com as melhores cumprimentos,

Teresa Bernardino

Diretora de Núcleo / CENFIM - Oliveira de Azeméis

E-mail: teresa.bernardino@cenfim.pt T. 93 606 85 71



Núcleo de Oliveira de Azeméis

Rua do Alto da Fábrica, Zona Industrial - AP 282- 3721-909 OLIVEIRA DE AZEMÉIS, PORTUGAL

Tel. (+351) 25 666 13 50 | Fax. (+351) 25 666 13 59

E-mail: azemeis@cenfim.pt | Site: cenfim.pt



Antes de imprimir este e-mail, pense que estará a gastar papel e tinta. Proteja o Ambiente.

Before printing this page think about your responsibility with the Natural Environment & Cost Saving.

Figura 20. Colaboração por parte do Centro de Formação Profissional da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica.



Joana Ribeiro <joana.ribeiro@professores.ruizcosta.edu.pt>

qui 04-03, 10:45

Daniel Almeida Dias; Dulce Sousa <dulce.sousa@ruizcosta.edu.pt> ✉

Atenção: Este email foi originado fora da RNSI. Por favor, não clique em links nem abra anexos, a não ser que conheça o remetente e saiba que o seu conteúdo é seguro.

Bom dia!

Informamos que iremos solicitar aos nossos alunos o preenchimento durante o dia de amanhã para que o inquérito possa ser contextualizado em aula e respondido com a maior seriedade possível.

Melhores cumprimentos,



Joana Ribeiro . ORIENTADORA EDUCATIVA
joana.ribeiro@professores.ruizcosta.edu.pt

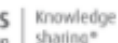
Rua Brito Capelo, 688 4450-068 Matosinhos . Tel. 229 957 735
Tlm. 93 531 08 00 . info@ruizcosta.edu.pt . www.ruizcosta.edu.pt



COFINANCIADO POR



uma escola



PENSE BEM ANTES DE IMPRIMIR ESTE EMAIL.

Figura 21. Colaboração por parte da Escola Profissional Ruiz Costa.

Colaboração no âmbito da Dissertação de Mestrado



Fernando Rodrigues <fernando.rodrigues@esprodouro.com>

Responder a todos

Hoje, 10:27

gestores@esprodouro.com; Aliança Perfeita <aliancaperfeita@esprodouro.com>; geral-esprodouro@esprodouro.com; Daniel Almeida Dias



Declaração Daniel Dias....

163 KB

Transferir

Atenção: Este email foi originado fora da RNSI. Por favor, não clique em links nem abra anexos, a não ser que conheça o remetente e saiba que o seu conteúdo é seguro.

Bom dia,

A pedido do Ex.mo Sr. Aspirante a Oficial de Polícia da PSP Daniel Almeida Dias, que sou a deferir, solicito aos Gestores de Aluno que realizem com os alunos com mais de 18 anos o referido questionário disponível no link do email abaixo e ao Departamento Aliança Perfeita a verificação de resposta de todos os alunos.

É para nós uma honra participar em processos de investigação que melhorem a intervenção das forças de segurança na nossa sociedade.

Com um forte abraço cheio de atitude com Felicidade,

FERNANDO RODRIGUES

Diretor Geral e Pedagógico

CHO - Chief Happiness Officer

esprodouro.com

fernando.rodrigues@esprodouro.com

+351 254 481 033



Rua Oliveira dos Amores,
5130 - 338, S. João da Pesqueira,
Viseu - Portugal



(+351) 254 481 033



geral@esprodouro.com



WWW.ESPRODOURO.COM

esproDOURO

ESCOLA PROFISSIONAL DO ALTO DOURO



Figura 22. Colaboração por parte da Escola Profissional do Alto Douro.

Questionário_“Atitudes de jovens relativamente à Polícia de Segurança Pública”



ETIC_Algarve | Secretaria <secretaria@eticalgarve.com>

ter 09-03, 10:42

Daniel Almeida Dias

Responder a todos

Atenção: Este email foi originado fora da RNSI. Por favor, não clique em links nem abra anexos, a não ser que conheça o remetente e saiba que o seu conteúdo é seguro.

Caros formandos,

Encaminhamo-vos o pedido que recebemos de um aluno Aspirante a Oficial de Polícia da Polícia de Segurança Pública, a frequentar o 5.º ano do 33.º Curso de Formação de Oficiais de Polícia que engloba o Mestrado Integrado em Ciências Polícias e Segurança Interna, no Instituto Superior de Ciências Polícias e Segurança Interna (ISCPSI) que pede a vossa colaboração através de um questionário para a sua Dissertação de Mestrado cujo tema é “Atitudes de jovens relativamente à Polícia de Segurança Pública”.

Link: https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdTiHU7w1Q3BJp7evWHT5LkX3LSRjyhU1dxFsb-V0dkezSQnA/viewform?usp=sf_link

Obrigada pela vossa atenção e contributo.

Ena Salvé-Rainha



Figura 23. Colaboração por parte da Escola de Tecnologias, Inovação e Criação do Algarve.

Apêndice I: Descrição da amostra e dos resultados.

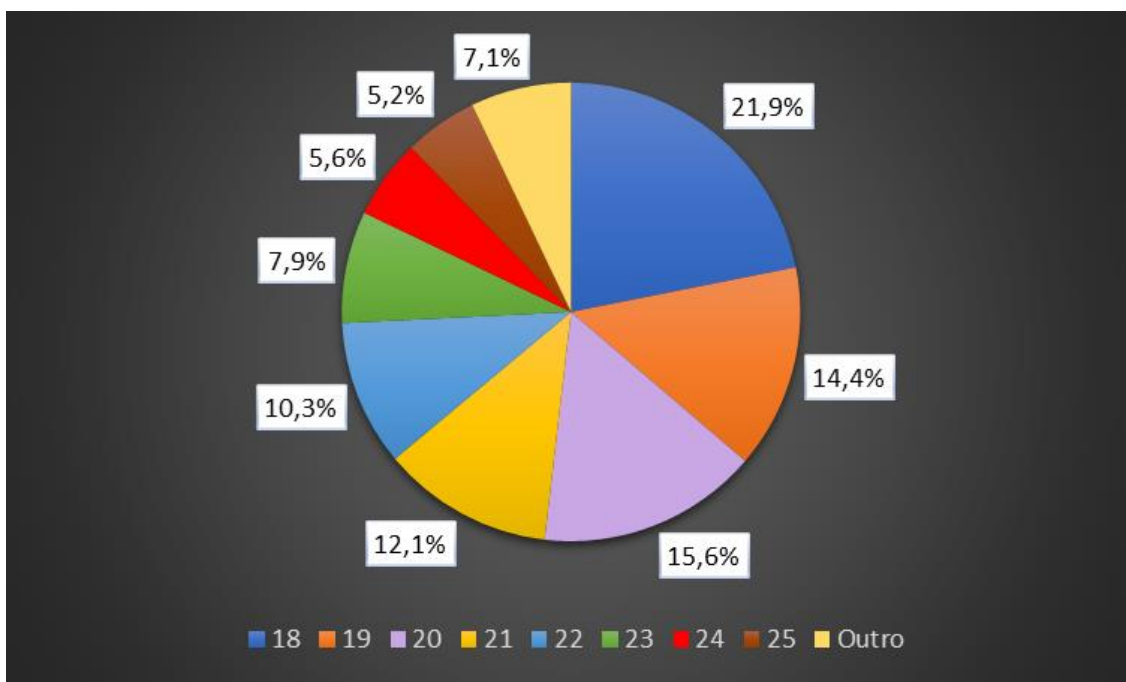


Figura 24. Idades dos respondentes.

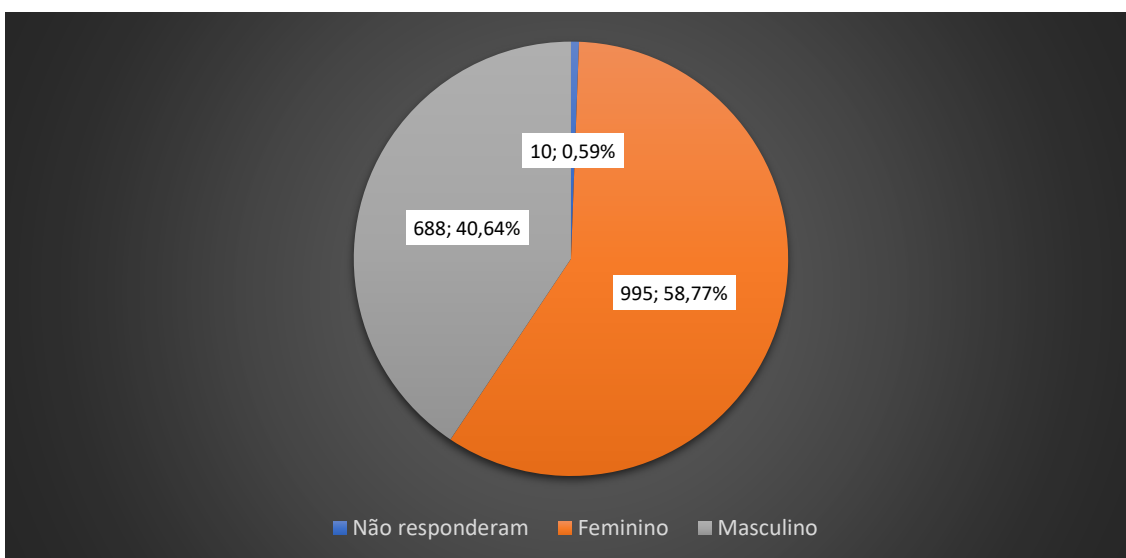


Figura 25. Distribuição por sexo.

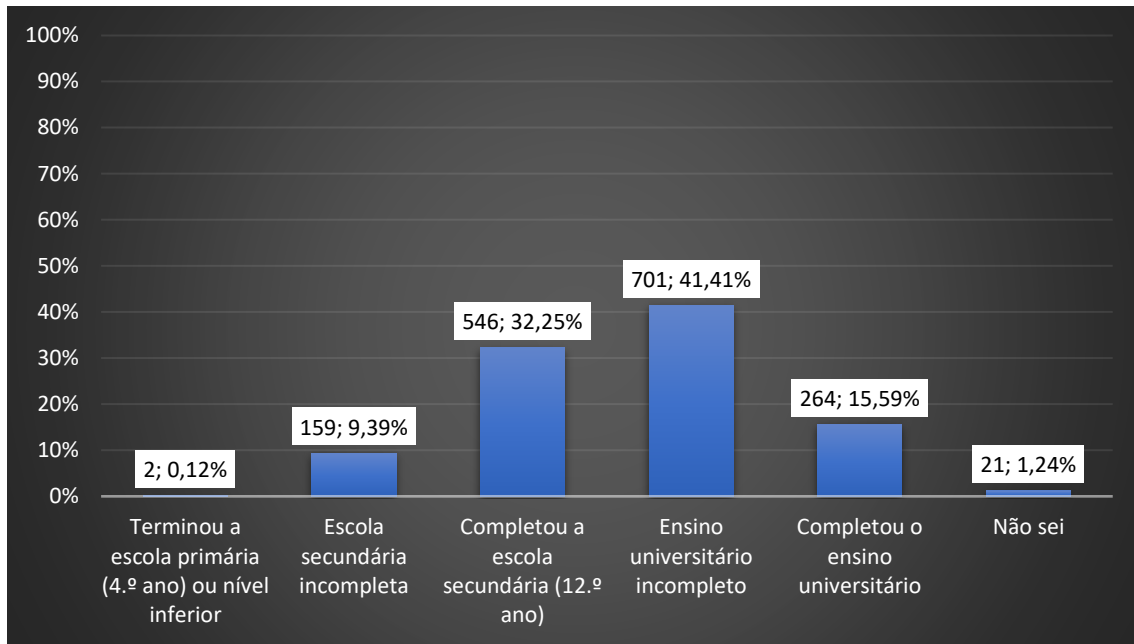


Figura 26. Nível de escolaridade dos jovens.

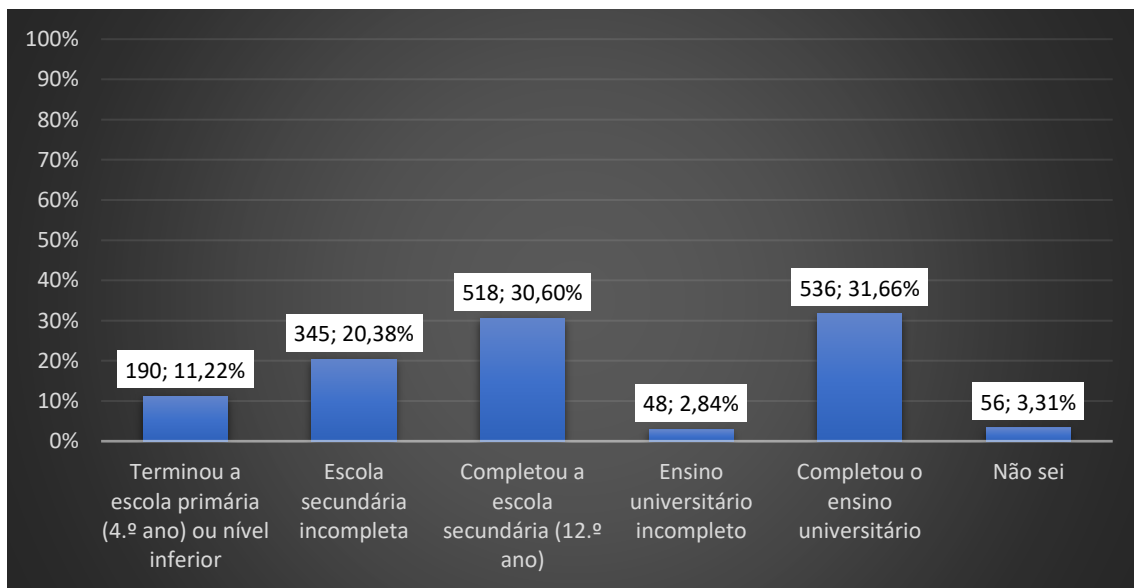


Figura 27. Maior nível de escolaridade dos pais dos jovens.

Tabela 4

Distribuição do estatuto socioeconómico subjetivo familiar e do próprio.

Nível socioeconómico que considera ter	Média	Mediana	Desvio Padrão	Mín	Máx
a família	6,70	7.00	1,54	1.00	10.00
a própria pessoa	6,70	7.00	1,70	1.00	10.00

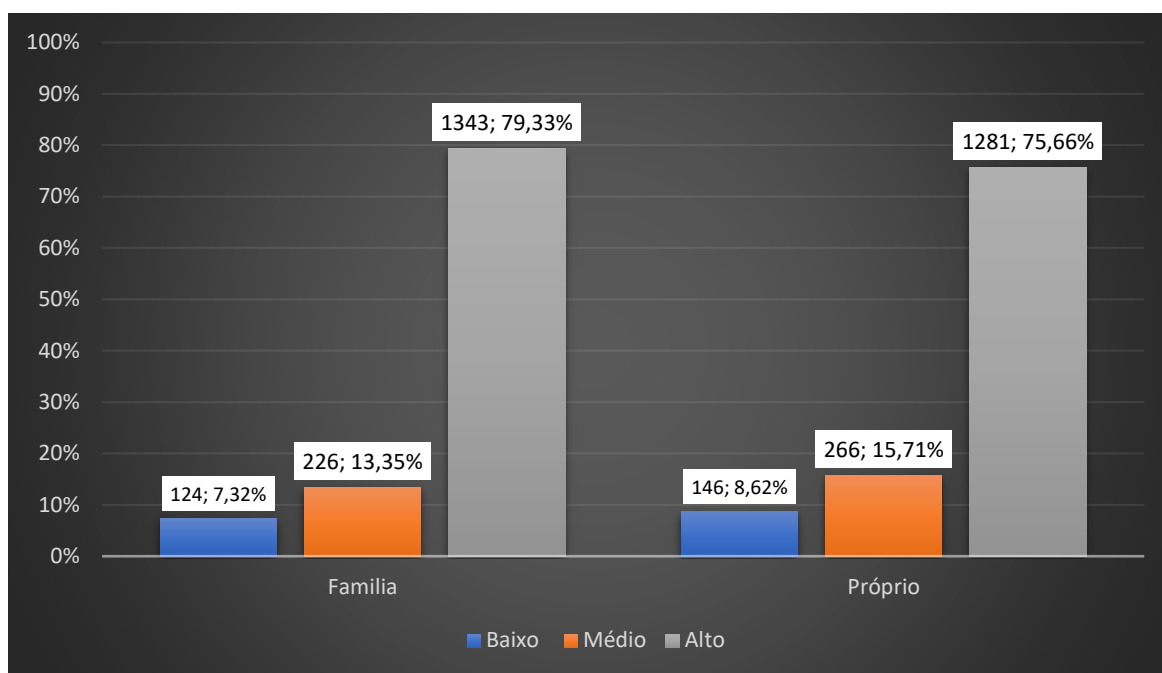


Figura 28. Distribuição por estatuto socioeconómico individual e familiar.

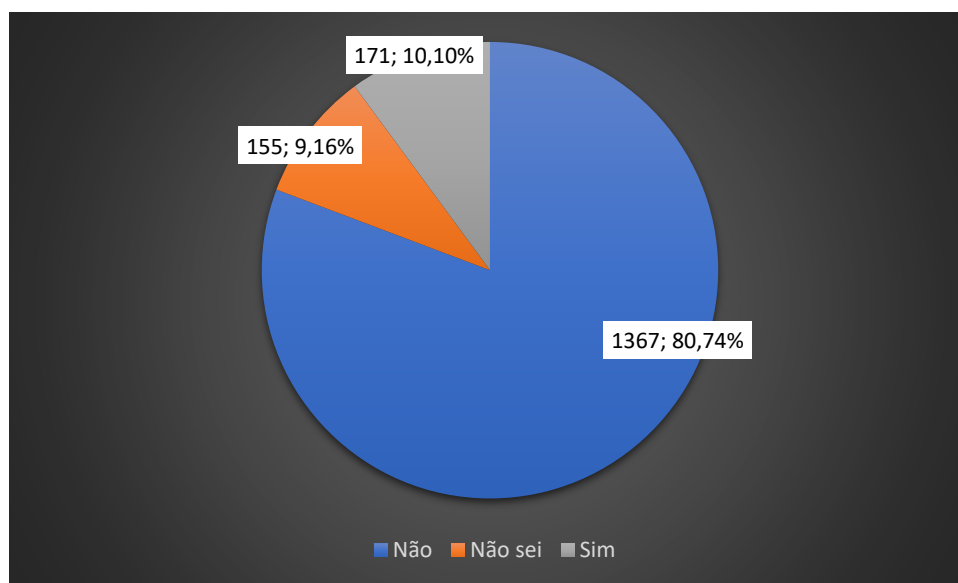


Figura 29. Pertença a grupo social minoritário.

Atitudes de Jovens Relativamente à Polícia de Segurança Pública

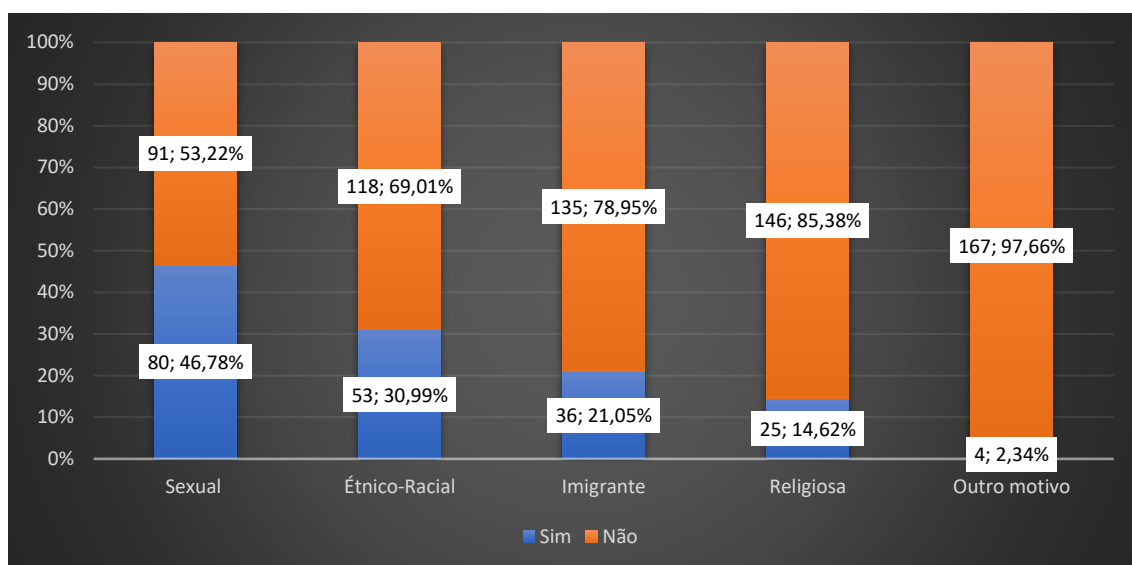


Figura 30. Distribuição por tipo de grupo social minoritário.

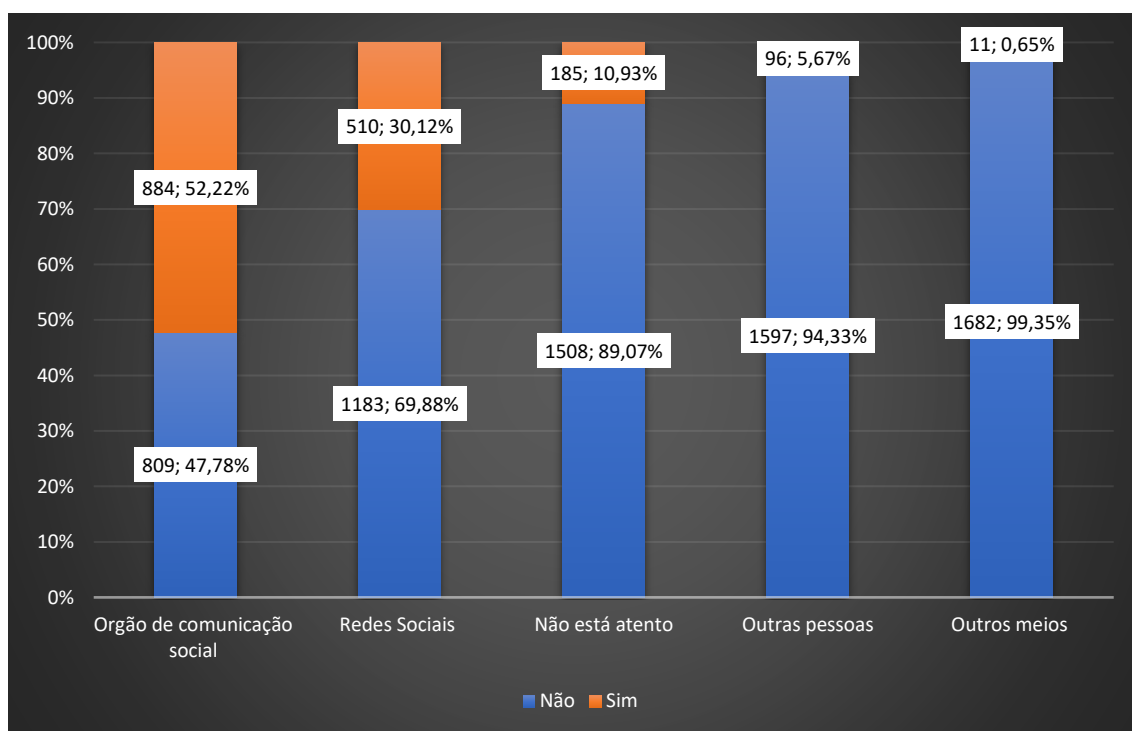


Figura 31. Distribuição por meio indireto de observação da atuação dos polícias mais frequente.

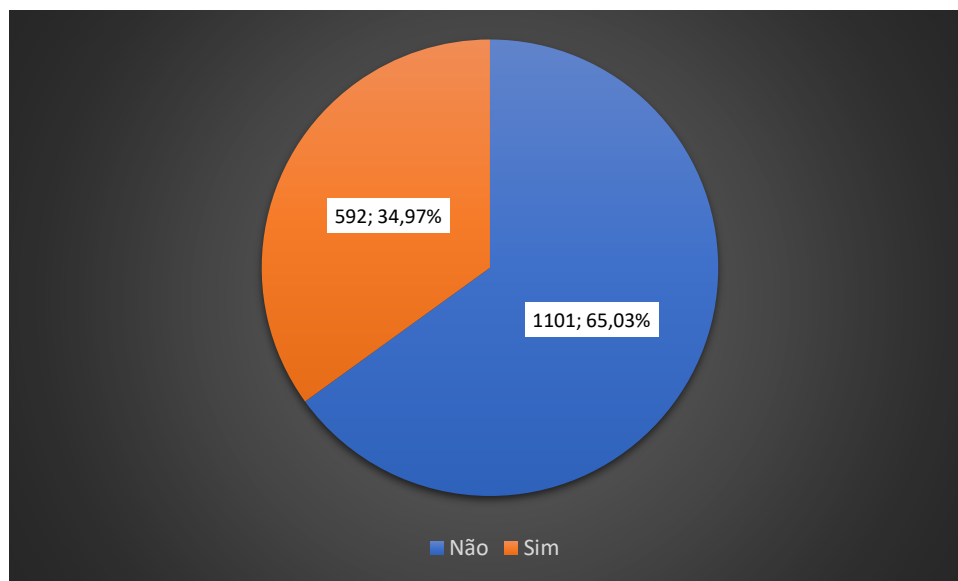


Figura 32. Interações diretas involuntárias com os polícias.

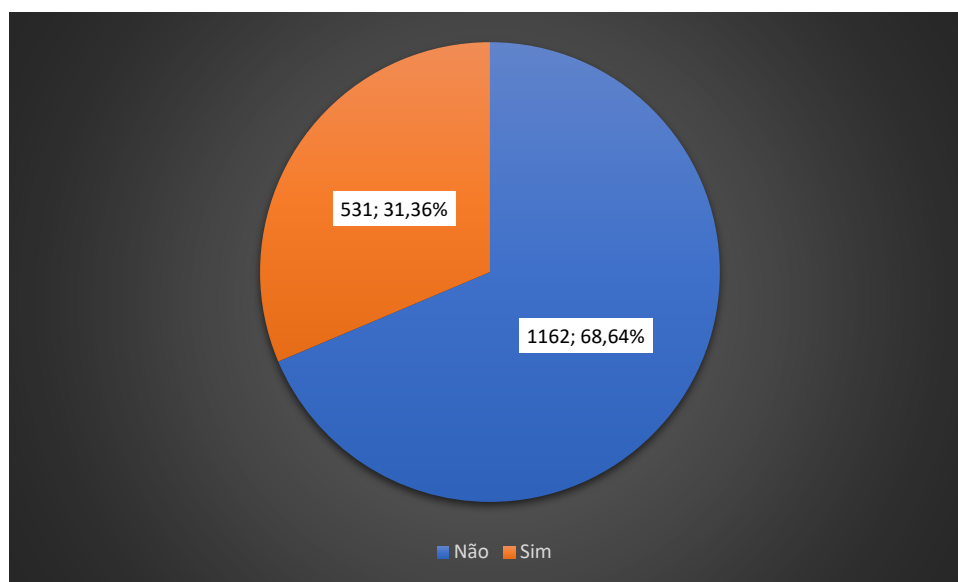


Figura 33. Interações diretas voluntárias com os polícias.

Tabela 5

Satisfação das interações diretas, voluntárias e involuntárias, e indiretas com os polícias.

	1	2	3	4	5	Média	Mediana
Satisfação quando abordou	61(3,6%)	76(4,5%)	143(8,4%)	143(8,4%)	169(10,0%)	3,48	4.00
Satisfação quando abordado	29(1,7%)	35(2,1%)	117(6,9%)	160(9,5%)	190(11,2%)	3,84	4.00
Satisfação pela observação de actuação ou informação de outras pessoas	76(4,5%)	140(8,3%)	528(31,2%)	531(31,4%)	233(13,8%)	3,47	4.00

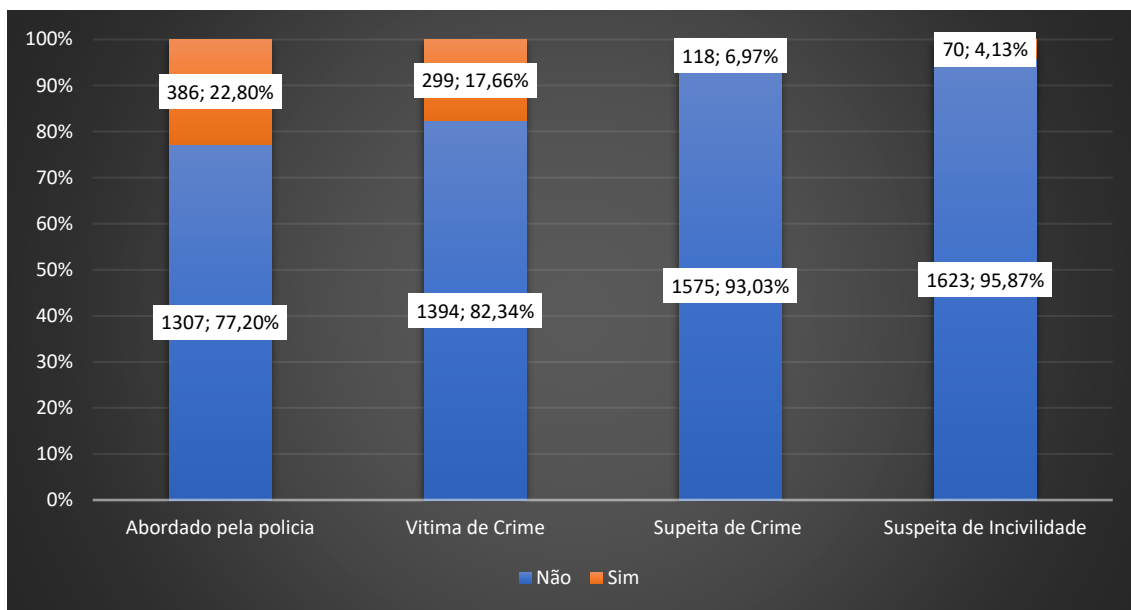


Figura 34. Distribuição por motivos de contacto com os polícias.

Tabela 6

Níveis do contexto de bairro ou vizinhança.

	Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Qualidade de vida do seu bairro ou vizinhança	7,81	8	1,73	1	10
Segurança no seu bairro e vizinhança	7,77	8	1,98	1	10
Relação das pessoas do seu bairro ou vizinhança com os polícias	7,31	8	2,15	1	10
Cooperação das pessoas do seu bairro ou vizinhança com os polícias	7,49	8	2,04	1	10

Tabela 7

Distribuição da escala de atitudes relativamente aos polícias da PSP.

Escala de Atitudes	1	2	3	4	5	Média	Mediana
Os polícias são simpáticos	33(1,9%)	135(8,0%)	734(43,4%)	639(37,7%)	152(9,0%)	3,44	3,00
Os polícias protegem-me	27(1,6%)	99(5,8%)	383(22,6%)	844(49,9%)	340(20,1%)	3,81	4,00
Os polícias tratam todas as pessoas de forma justa	193(11,4%)	432(25,5%)	592(35,0%)	355(21,0%)	121(7,1%)	2,87	3,00
Gosto dos polícias	58(3,4%)	79(4,7%)	617(36,4%)	629(37,0%)	313(18,5%)	3,62	4
Os polícias são boas pessoas	21(1,2%)	48(2,8%)	873(51,6%)	540(31,9%)	211(12,5%)	3,52	3
Os polícias não discriminam ninguém	217(12,8%)	492(29,1%)	642(37,9%)	236(13,9%)	106(6,3%)	2,72	3
Os polícias proporcionam segurança	31(1,8%)	97(5,7%)	347(20,5%)	891(52,6%)	327(19,3%)	3,82	4
Os polícias são prestáveis	24(1,4%)	82(4,8%)	458(27,1%)	852(50,3%)	277(16,4%)	3,74	4
Os polícias são pessoas em quem posso confiar	44(2,6%)	114(6,7%)	525(31,0%)	731(43,2%)	279(16,5%)	3,63	4

Atitudes de Jovens Relativamente à Polícia de Segurança Pública

Os polícias são pessoas com quem posso contar	42(2,5%)	104(6,1%)	514(30,4%)	759(44,8%)	274(16,2%)	3,65	4
Os polícias são imparciais	151(8,9%)	385(22,7%)	696(41,1%)	343(20,3%)	118(7,0%)	2,94	3
Os polícias importam-se com pessoas como eu	53(3,1%)	91(5,4%)	524(31,0%)	741(43,8%)	284(16,8%)	3,66	4

Tabela 8

Distribuição da disponibilidade em cooperar com os polícias da PSP.

Disponibilidade para cooperar com os polícias	1	2	3	4	5	Média	Mediana
	39(2,3%)	47(2,8%)	186(11,0%)	743(43,9%)	678(40,0%)	4,15	4.00

Apêndice J: Análise e discussão de resultados.

Tabela 9

Matriz de correlações das atitudes com a disponibilidade de cooperação com os polícias.

		1	2	3
	N			
1 Atitudes Gerais	r _s	1.000		
	N	1693		
2 Imparcialidade	r _s	.698**	1.000	
	N	1693	1693	
3 Colaboração com os polícias	r _s	.554**	.362**	1.000
	N	1693	1693	1693

Nota. *p<0.05; **p<0.01

Tabela 10

Correlação das atitudes com as variáveis sociodemográficas.

		1	2	3	4	5	6	7	8	9
1 Sexo	r _s	1,000								
	N	1693								
2 Escolaridade do Próprio	r _s	-.138**	1,000							
	N	1661	1693							
3 Escolaridade dos Pais	r _s	.090**	.252**	1,000						
	N	1628	1624	1637						
4 ESES do Próprio	r _s	-.050*	.161**	.170**	1,000					
	N	1683	1671	1637	1693					
5 ESES do Agregado Familiar	r _s	-.066**	.174**	.254**	.556**	1,000				
	N	1683	1671	1637	1693	1693				
6 Pertença a Minoria	r _s	-.015	-.080**	-.059**	-.078**	-.130**	1,000			
	N	1683	1671	1637	1693	1693	1693			
7 Atitudes Gerais	r _s	.054*	.042	.044	.184**	.224**	-.158**	1,000		
	N	1683	1671	1637	1693	1693	1693	1693		
8 Imparcialidade	r _s	.138**	-.065**	-.056*	.067**	.118**	-.170**	.698**	1,000	
	N	1683	1671	1637	1693	1693	1693	1693	1693	
9 Colaboração com os polícias	r _s	-.017	.072**	.046	.115**	.142**	-.086**	.554**	.362**	1,000
	N	1683	1671	1637	1693	1693	1693	1693	1693	1693

Nota. *p<0.05; **p<0.01

Tabela 11

Correlação entre as atitudes e o meio de interação indireta com os polícias mais frequente.

		1	2	3	4	5	6	7
1 Órgãos de comunicação social	r _s	1,000						
	N	1693						
2 Redes Sociais	r _s	-.686**	1,000					
	N	1693	1693					
3 Outros meios	r _s	-.085**	-.053*	1,000				
	N	1693	1693	1693				
4 Outras pessoas	r _s	-.256**	-.161**	-.020	1,000			
	N	1693	1693	1693	1637			
5 Atitudes Gerais	r _s	.069**	.055**	.063**	.005	1,000		
	N	1693	1693	1693	1693	1693		
6 Imparcialidade	r _s	-.013	.075**	.054**	.025	.698**	1,000	
	N	1693	1693	1693	1693	1693	1693	

Nota. *p<0.05; **p<0.01

Tabela 12

Correlação entre o meio de obtenção de informação indireta mais frequente e a satisfação com as interações indiretas.

		1	2	3	4	5
1 Órgãos de comunicação social	r _s	1,000				
	N	1508				
2 Redes Sociais	r _s	-.686**	1,000			
	N	1508	1508			
3 Outros meios	r _s	-.085**	-.053*	1,000		
	N	1508	1508	1508		
4 Outras pessoas	r _s	-.256**	-.161**	-.020	1,000	
	N	1508	1508	1508	1508	
5 Satisfação com interações indiretas	r _s	-.022	.012	.037	.022	1,000
	N	1508	1508	1508	1508	1508

Nota. *p<0.05; **p<0.01

Tabela 13

Correlação entre as atitudes e os motivos de contacto com os polícias.

		1	2	3	4	5	6	7
1 Suspeito de Incivilidade	r _s	1,000						
	N	1693						
2 Vítima de Crime	r _s	-.096**	1,000					
	N	1693	1693					
3 Foi abordado ou identificado pelos polícias	r _s	-.113**	-.041	1,000				
	N	1693	1693	1693				
4 Suspeito de Crime	r _s	.759**	.013	-.149**	1,000			
	N	1693	1693	1693	1693			
5 Atitudes Gerais	r _s	-.138**	-.006	-.021	-.172**	1,000		
	N	1693	1693	1693	1693	1693		
6 Imparcialidade	r _s	-.158**	.013	-.001	-.164**	.698**	1,000	
	N	1693	1693	1693	1693	1693	1693	

Nota. *p<0.05; **p<0.01

Tabela 14

Correlação entre as atitudes e as interações com os polícias e nível de satisfação dessas interações.

		1	2	3	4	5	6	7	8
1 Abordou os polícias	r _s	1,000							
	N	1693							
2 Foi abordado pelos polícias	r _s	.244**	1,000						
	N	1693	1693						
3 Satisfação quando abordou os polícias	r _s	.064	-	1,000					
	N	592	-	592					
4 Satisfação quando foi abordado pelos polícias	r _s	-	.091*	.595**	1,000				
	N	-	531	277	531				
5 Satisfação com as interações indiretas	r _s	.027	-.088**	.579**	.487**	1,000			
	N	1508	1508	531	468	1508			
7 Atitudes Gerais	r _s	.031	-.064**	.579**	.530**	.622**	1,000		
	N	1693	1693	592	531	1508	1693		
8 Imparcialidade	r _s	.002	-.065**	.512**	.362**	.595**	.698**	1,000	
	N	1693	1693	592	531	1508	1693	1693	

Nota. *p<0.05; **p<0.01

Tabela 15

Correlação entre as atitudes e o contexto de bairro ou vizinhança.

		1	2	3	4	5	6	7
1 Qualidade do Bairro	r _s	1,000						
	N	1693						
2 Segurança do Bairro	r _s	.694**	1,000					
	N	1693	1693					
3 Relação das pessoas do bairro com os polícias	r _s	.508**	.608**	1,000				
	N	1693	1693	1693				
4 Cooperação das pessoas do bairro com os polícias	r _s	.538**	.589**	.750**	1,000			
	N	1693	1693	1693	1693			
5 Atitudes Gerais	r _s	.201**	.249**	.394**	.334**	1.000		
	N	1693	1693	1693	1693	1693		
6 Imparcialidade	r _s	.114**	.181**	.290**	.243**	.698**	1.000	
	N	1693	1693	1693	1693	1693	1693	

Nota. *p<0.05; **p<0.01

Tabela 16

Correlação entre o Sexo e o contacto com polícias derivados de suspeita de crimes ou incividades.

<i>Suspeito de crime</i>	<i>Sexo</i>		<i>x² (p)</i>
	<i>Feminino</i>	<i>Masculino</i>	
	<i>n (%)</i>	<i>n (%)</i>	
Não	954 (95.9%)	611 (88.8%)	31.20 (<0.001)
Sim	41 (4.1%)	77 (11.2%)	
Total	995 (100.0%)	688 (100.0%)	
<i>Suspeito de Incivilidade</i>	<i>Sexo</i>		<i>x² (p)</i>
	<i>Feminino</i>	<i>Masculino</i>	
	<i>n (%)</i>	<i>n (%)</i>	
Não	976 (98.1%)	637 (92.6%)	30.90 (p<0.001)
Sim	19 (1.9%)	51 (7.4%)	
Total	995 (100.0%)	688 (100.0%)	

Tabela 17

Correlação entre o Sexo e o facto de ter sido abordado pelos polícias (interações involuntárias).

<i>Abordado pela polícia</i>	<i>Sexo</i>		<i>x² (p)</i>
	<i>Feminino</i>	<i>Masculino</i>	
	<i>n (%)</i>	<i>n (%)</i>	
Não	744 (74.8%)	350 (50.9%)	102.15 (<0.001)
Sim	251 (25.2%)	338 (49.1%)	
Total	995 (100.0%)	688 (100.0%)	

Tabela 18

Correlação entre o Minoria e o contacto com polícias derivados de suspeita de crimes ou incivilidades.

<i>Suspeito de crime</i>	<i>Minoria</i>		$\chi^2 (p)$
	<i>Não</i> <i>n (%)</i>	<i>Sim</i> <i>n (%)</i>	
Não	1420 (93.3%)	155 (90.6%)	1.67 (0.204)
Sim	102 (6.7%)	16 (9.4%)	
Total	1522 (100.0%)	171 (100.0%)	
<i>Suspeito de Incivilidade</i>	<i>Minoria</i>		$\chi^2 (p)$
	<i>Não</i> <i>n (%)</i>	<i>Sim</i> <i>n (%)</i>	
Não	1460 (95.9%)	163 (95.3%)	0.14 (0.685)
Sim	62 (4.1%)	8 (4.7%)	
Total	1522 (100.0%)	171 (100.0%)	

Tabela 19

Correlação entre o Minoria e o facto de ter sido abordados pelos polícias (interações involuntárias).

<i>Abordado pela polícia</i>	<i>Minoria</i>		$\chi^2 (p)$
	<i>Não</i> <i>n (%)</i>	<i>Sim</i> <i>n (%)</i>	
Não	994 (65.3%)	107 (62.6%)	0.51 (0.499)
Sim	528 (34.7%)	64 (37.4%)	
Total	1522 (100.0%)	171 (100.0%)	

Apêndice K: Aplicação do Modelo de Equações Estruturais.

Tabela 20

Resultados do Modelo de Equações Estruturais (original).

Variáveis Independentes	Variáveis Dependentes	B	b	t	p
Sexo	Atitudes Gerais	-0.03	-0.02	-0.33	0.743
	Imparcialidade	0.17	0.09	1.61	0.106
	Satisfação quando abordado	-0.08	-0.03	-0.53	0.594
	Satisfação quando aborda	0.02	0.01	0.11	0.910
ESES Familiar	Atitudes Gerais	0.20	0.15	3.05	0.002
	Imparcialidade	0.06	0.04	0.60	0.550
	Satisfação quando abordado	0.13	0.06	0.99	0.321
	Satisfação quando aborda	0.12	0.06	1.00	0.316
Pertença a Minoria	Atitudes Gerais	-0.35	-0.15	-3.09	0.002
	Imparcialidade	-0.25	-0.11	-1.57	0.117
	Satisfação quando abordado	-0.29	-0.08	-1.32	0.187
	Satisfação quando aborda	-0.26	-0.08	-1.34	0.179
Satisfação quando abordado (contacto direto involuntário)	Atitudes Gerais	0.14	0.22	4.22	<0.001
	Imparcialidade	0.13	0.16	2.88	0.004
Satisfação quando abordou (contacto direto vluntário)	Atitudes Gerais	0.18	0.27	4.93	<0.001
	Imparcialidade	0.06	0.08	1.23	0.218
Satisfação indirecta	Atitudes Gerais	0.20	0.29	6.18	<0.001
	Imparcialidade	0.41	0.47	9.09	<0.001
Informação por redes sociais	Satisfação Indirecta	0.29	0.12	0.25	0.800
Informação por órgãos de comunicação social	Satisfação indirecta	0.47	0.21	0.41	0.681
Informação por outros meios	Satisfação Indirecta	0.67	0.09	0.54	0.589
Informação por outras pessoas	Satisfação Indirecta	0.48	0.12	0.41	0.682
Segurança do Bairro	Atitudes Gerais	0.01	0.03	0.35	0.730
	Imparcialidade	0.03	0.05	0.75	0.453
	Satisfação quando abordado	-0.07	-0.11	-1.52	0.129
	Satisfação quando aborda	-0.05	-0.08	-1.19	0.233
Relação Bairro-Polícias	Atitudes Gerais	0.06	0.16	2.48	0.013
	Imparcialidade	0.03	0.05	0.76	0.448
	Satisfação quando abordado	0.24	0.42	5.98	<0.001
	Satisfação quando aborda	0.27	0.52	7.56	<0.001
Suspeito de Incivilidade	Atitudes Gerais	0.41	0.11	1.54	0.124
	Imparcialidade	0.21	0.05	0.57	0.566
	Satisfação quando abordado	-0.45	-0.07	-0.88	0.378
Suspeito de Crime	Atitudes Gerais	-0.58	-0.21	-2.83	0.005
	Imparcialidade	-0.40	-0.12	-1.43	0.153
	Satisfação quando abordado	-0.96	-0.21	-2.49	0.013
Vitima de Crime	Atitudes Gerais	0.10	0.06	1.18	0.238
	Imparcialidade	0.19	0.11	1.70	0.089
	Satisfação quando aborda	-0.20	-0.08	-1.44	0.149
Atitudes Gerais	Disponibilidade para cooperação	0.90	0.75	16.12	<0.001
Percepções de Imparcialidade	Disponibilidade para cooperação	-0.03	-0.04	-0.75	0.451

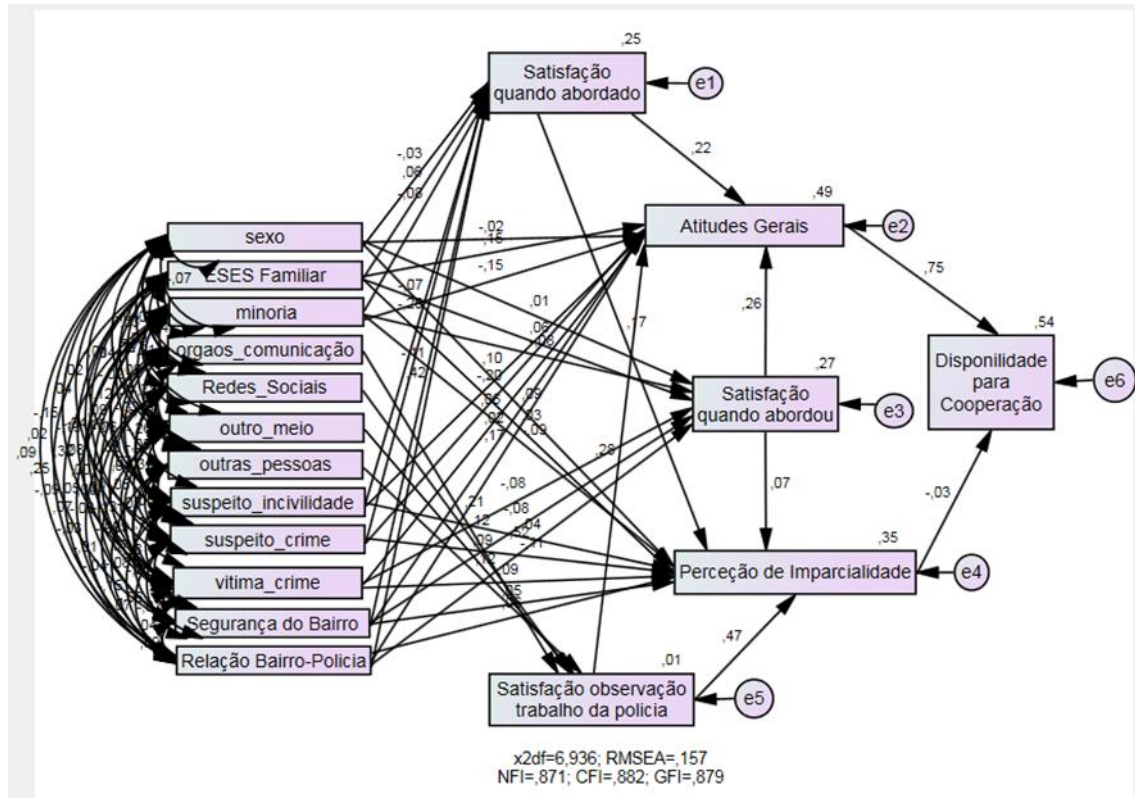


Figura 35. Modelo de Equações Estruturais aplicado através do *software* AMOS (original).

Tabela 21

Resultados do Modelo de Equações Estruturais (modificado).

Variáveis Independentes	Variáveis Dependentes	B	b	t	p
Sexo	Atitudes Gerais	-0.03	-0.02	-0.33	0.743
	Imparcialidade	0.17	0.08	1.61	0.107
	Satisfação quando abordado	-0.11	-0.05	-0.84	0.402
	Satisfação quando aborda	0.00	0.00	0.02	0.983
ESES Familiar	Atitudes Gerais	0.20	0.15	3.05	0.002
	Imparcialidade	0.06	0.03	0.60	0.548
	Satisfação quando abordado	0.08	0.04	0.66	0.511
	Satisfação quando aborda	0.07	0.04	0.69	0.492
Pertença a Minoria	Atitudes Gerais	-0.35	-0.14	-3.12	0.002
	Imparcialidade	-0.25	-0.08	-1.58	0.114
	Satisfação quando abordado	-0.05	-0.01	-0.24	0.808
	Satisfação quando aborda	-0.04	-0.01	-0.24	0.809
Satisfação quando abordado (contacto direto involuntário)	Atitudes Gerais	0.14	0.20	3.46	<0.001
	Imparcialidade	0.13	0.16	2.36	0.018
Satisfação quando abordou (contacto direto voluntário)	Atitudes Gerais	0.18	0.24	4.16	<0.001
	Imparcialidade	0.06	0.07	1.04	0.299
Satisfação indirecta	Atitudes Gerais	0.20	0.27	5.32	<0.001
	Imparcialidade	0.41	0.46	7.83	<0.001
Informação por redes sociais	Satisfação Indirecta	0.43	0.18	0.44	0.661
Informação por órgãos de comunicação social		0.67	0.29	0.68	0.499
Informação por outros meios		0.51	0.07	0.48	0.634
Informação por outras pessoas		0.65	0.17	0.65	0.519
Segurança do Bairro	Atitudes Gerais	0.01	0.02	0.35	0.728
	Imparcialidade	0.03	0.05	0.75	0.450

	Satisfação quando abordado	-0.03	-0.05	-0.79	0.429
	Satisfação quando aborda	-0.02	-0.04	-0.57	0.570
Relação Bairro-Polícias	Atitudes Gerais	0.06	0.16	2.69	0.007
	Imparcialidade	0.03	0.06	0.82	0.410
	Satisfação quando abordado	0.15	0.29	4.32	<0.001
	Satisfação quando aborda	0.20	0.41	6.15	<0.001
Suspeito de incivildade	Atitudes Gerais	0.41	0.10	1.54	0.124
	Imparcialidade	0.21	0.04	0.57	0.565
	Satisfação quando abordado	-0.24	-0.04	-0.56	0.574
Suspeito de Crime	Atitudes Gerais	-0.58	-0.19	-2.83	0.005
	Imparcialidade	-0.40	-0.11	-1.44	0.151
	Satisfação quando abordado	-0.61	-0.14	-1.94	0.053
Vitima de Crime	Atitudes Gerais	0.10	0.06	1.18	0.239
	Imparcialidade	0.19	0.09	1.70	0.090
	Satisfação quando aborda	-0.19	-0.08	-1.66	0.096
Atitudes Gerais	Disponibilidade para cooperação	0.90	0.77	13.14	<0.001
Perceções de Imparcialidade	Disponibilidade para cooperação	-0.03	-0.04	-0.62	0.539

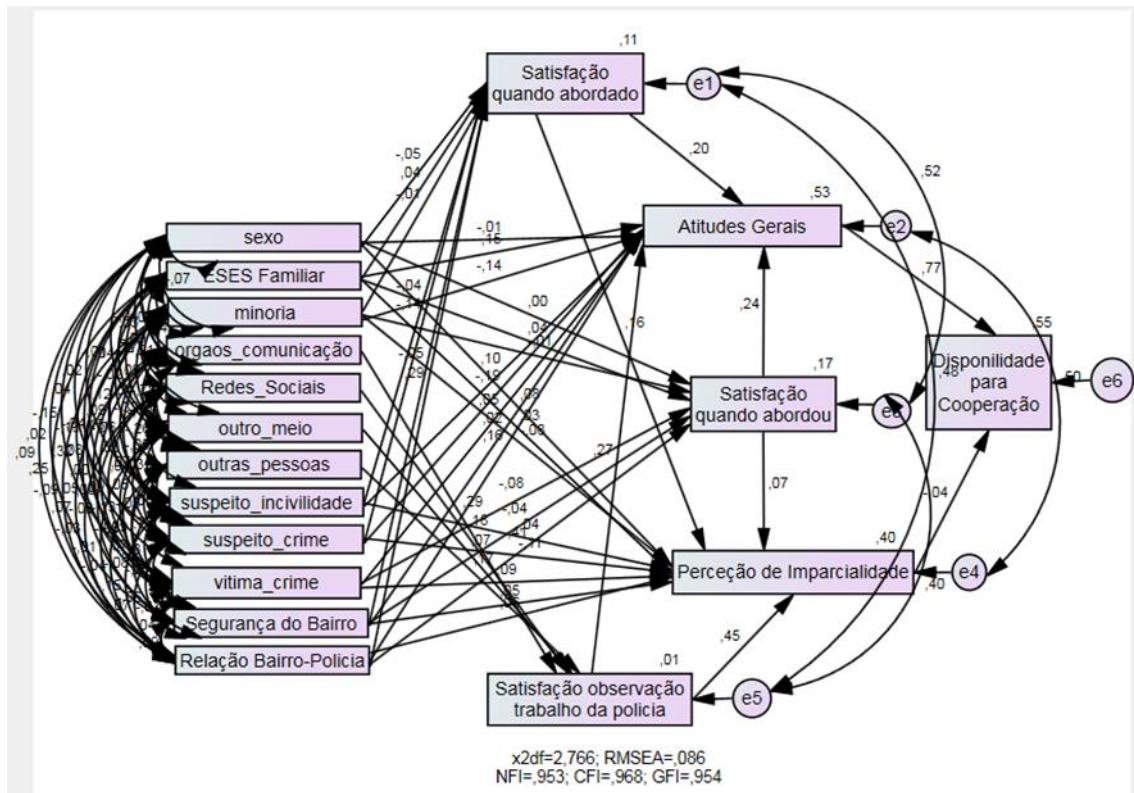


Figura 36. Modelo de Equações Estruturais aplicado através do software AMOS (modificado).

Anexos

Anexo A: Perceptions of Police Scale (Nadal & Davidoff, 2015).

PERCEPTIONS OF POLICE SCALE

Authors: Nadal, K. L., & Davidoff, K. C. (2015)

Directions. Below are questions regarding perceptions of the police in the United States (U.S.). Using the 5-point scale, please rate how much you personally agree or disagree with each statement. Record your response to the left of each item.

	1	2	3	4	5
	I Strongly Agree				I Strongly Disagree
1. _____ Police officers are friendly.					
2. _____ Police officers protect me.					
3. _____ Police officers treat all people fairly.					
4. _____ I like the police.					
5. _____ The police are good people.					
6. _____ The police do not discriminate.					
7. _____ The police provide safety.					
8. _____ The police are helpful.					
9. _____ The police are trustworthy.					
10. _____ The police are reliable.					
11. _____ Police officers are unbiased.					
12. _____ Police officers care about my community.					

Figura 37. Perceptions of Police Scale.

Fonte: Nadal & Davidoff (2015).